

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Educação

Adriele Braz Ponçada

**Os processos de autodeterminação da Escola Indígena Pataxó Boca da Mata do
Território Indígena Barra velha**

Belo Horizonte

2023

Adriele Braz Ponçada

**Os processos de autodeterminação da Escola Indígena Pataxó Boca da Mata do TI
Barra velha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação Matemática

Orientadora: Vanessa Sena Tomaz

Belo Horizonte

2023

P79

^ -

Ponçada, Adriele Braz, 1996-

Os processos de autodeterminação da escola indígena Pataxó Boca da Mata do território indígena Barra velha [manuscrito] / Adriele Braz Ponçada. -- Belo Horizonte, 2023.

138 f. : enc, il., color.

1. Educação -- Teses. 2. Autodeterminação (Educação) -- Teses.

3. Índigenas -- Educação -- Teses. 4. Índios Pataxó -- Educação -- Teses.

5. Educação intercultural -- Teses. 6. Professores indígenas -- Prática de ensino -- Teses. 7. Aldeia Boca

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA

ADRIELE BRAZ PONÇADA

Realizou-se, no dia 16 de novembro de 2023, às 14:00 horas, na sala 5102 da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1535ª defesa de dissertação, intitulada *Os processos de autodeterminação da escola indígena Pataxó Boca da Mata do Território Indígena Barra Velha*, apresentada por ADRIELE BRAZ PONÇADA, número de registro 2021653808, graduada no curso de FORM. INTERCULT. PARA EDUCADORES INDÍGENAS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Vanessa Sena Tomaz - Orientadora (UFMG), Dra. Antônia Santana Braz (UFBA) – Mestra Japira, Prof. Filipe Santos Fernandes (UFMG) e Profa. Danielle Alves Martins (UEMG).

A comissão considerou a dissertação APROVADA, destacando a qualidade da pesquisa, marcada por traços identitários de uma indígena pesquisadora, e a sua importância para a história, para a cultura, para a luta e para a educação escolar indígena do povo Pataxó. A comissão recomenda a divulgação da pesquisa em espaços indígenas e não indígenas.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2023.

Profa. Vanessa Sena Tomaz (Doutora)

Dra. Antônia Santana Braz (Doutora) – Mestra Japira

Prof. Filipe Santos Fernandes (Doutor)

Profa. Danielle Alves Martins (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por Filipe Santos Fernandes, Professor do Magistério Superior, em 21/11/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Vanessa Sena Tomaz, Coordenador(a) de curso, em 21/11/2023, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Danielle Alves Martins, Usuária Externa, em 22/11/2023, às 21:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Antônia Santana Braz, Usuária Externa, em 04/12/2023, às 20:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2829054 e o código CRC F174B100.

Dedico este trabalho
A Escola Indígena Pataxó Boca da Mata pela luta e resistência,
As lideranças Pataxó do TI Barra Velha.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me escolher “como a menina dos olhos teus” e me abençoar com tão grande vitória e por ter me fortalecido nos momentos mais difíceis. Agradeço em memória dos anciãos Pataxó que não se encontram mais entre nós, que lutaram pelo território Indígena Barra Velha do Monte Pascoal que acreditaram nas futuras gerações. Sou um resultado dessas lutas sangrentas.

A conquista da educação escolar é reconquista da educação escolar indígena intercultural e diferenciada. Luto também por isso e percebo que os caminhos que percorri me levaram a ser uma pesquisadora indígena.

Gratidão à base de toda essa trajetória, à minha família que se constitui por minha Mãe Elena Braz, meu pai Jovino Ponçada, meus irmãos Elivelton, Andreia, Elismarcia, Rigazonia, Kekilis, Rilbert, Ebert, Amaranta, e Arissana, aos meus cunhados (as), aos meus sobrinhos (as), às minhas avós Antônia Braz e Noêmia Braz, ao meu companheiro Gilzimar pelo seu amor e carinho.

Agradeço a minha amiga Mariane Araújo por todo apoio e incentivo que me encorajou a entrar na pós-graduação, em 2021.

A minha orientadora Profa. Dra. Vanessa Sena Tomaz, pela paciência, dedicação e compreensão. Ao longo do percurso se tornou uma amiga, passamos alguns momentos de alegrias e desafios. Mas nada nos impediu da conclusão final.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e inclusão social pelo apoio durante o curso. Aos professores da comissão de Ações afirmativas que me apoiaram, mesmo sendo uma membra novata da comissão, me ajudaram e compartilharam suas experiências comigo.

À Capes, o programa de bolsa contribuiu para minha permanência no curso do PPGE.

Agradeço à Linha de Pesquisa em Educação Matemática do PPGE/FAE/UFMG.

Agradeço as lideranças da minha aldeia Boca da Mata, especialmente as lideranças pioneiras na Educação Escolar Indígena de Boca da Mata, diretor Jovino Ponçada e à coordenadora Juliana Santana.

Meus agradecimentos aos demais coordenadores da Escola 2023, Emanuel, Cleidiane, Marconis, aos meus colegas e parentes professores Ektanay, Josicleide, Joseane, Romário, Ronaldo, Diones, José Raimundo (Pataxió), Mônica, Simone, Luciana, Patxió, Cosme e aos demais funcionários e alunos da escola de Boca da Mata que apoiaram esta pesquisa.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar como os saberes tradicionais transmitidos na escola Pataxó de Boca da Mata configuram/constituem processos de autodeterminação do povo, na construção de uma escola indígena intercultural e diferenciada. Deste modo, esta pesquisa discute a trajetória de enfrentamento do povo Pataxó contra modelos de educação escolar colonial, o que caracterizamos como um processo de autodeterminação da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata. A pesquisa foi fundamentada nos princípios e valores da cultura e nos modos de produção e transmissão de conhecimentos Pataxó: da ciência fundamentada na relação com o território, na espiritualidade e no fazer cotidiano e coletivo do povo. Na cultura Pataxó, o conhecimento é transmitido principalmente a partir das histórias contadas oralmente pelos mais velhos, sendo esse a principal referência para metodologia nesta pesquisa. Dialogamos com estudos de outros autores indígenas para construir o desenho metodológico desta pesquisa, notadamente daqueles que apontam caminhos para uma educação indígena construída a partir de diálogos interculturais, do reconhecimento e valorização de epistemologias indígenas dentro do território acadêmico e daqueles que militam para políticas públicas educacionais para educação escolar indígena no Brasil. Além desses, buscamos contribuições de pesquisadores indígenas estrangeiros e brasileiros sobre contar histórias indígenas como metodologias de pesquisa e prática pedagógica para sustentar o modo como esta pesquisa foi desenvolvida. Utilizamos vários procedimentos de pesquisa, entre eles o diário de campo foi o maior suporte para registro do que vivenciei no início da pesquisa, participando da luta pela autodemarcação para ampliação do território Barra Velha, juntamente com a comunidade e a escola de Boca da Mata. Além do diário de campo, participei de práticas educativas tradicionais que ocorreram durante o movimento de retomada nas aldeias Krokxi II, Jaqueira e a Base Azul, áreas de retomada do território de Barra Velha, que aconteceram no formato de rodas de conversa, com participação de estudantes, lideranças e professores. Também participei de práticas educativas tradicionais em formato de rodas de conversa e oficinas na aldeia Boca da Mata, registrando tudo no diário de campo, áudio e vídeo. A análise do material de pesquisa possibilitou descrever e identificar práticas tradicionais que são desenvolvidas na escola, no seu cotidiano, em eventos e nos movimentos de retomada. Discutiu-se os saberes que são compartilhados nessas práticas, indicando que essas práticas educativas, caracterizam a escola diferenciada Pataxó e as importância dessas práticas nos processos de autodeterminação do povo e para a autodemarcação do território para ampliação do território de Barra Velha. Desse modo, a presença dos saberes tradicionais na escola Pataxó de Boca da Mata fortalece os movimentos de retomada para ampliação do território Pataxó de Barra Velha. A análise das práticas educativas Pataxó registradas nesta pesquisa mostra que, a escola está sempre junta da comunidade e, deste modo, institui-se uma prática pedagógica na escola que valoriza e fortalece as lutas e os modos de vida Pataxó, concretizando uma educação escolar indígena diferenciada em Boca da Mata. Nessa educação, os conhecimentos escolares são parte das epistemologias do povo Pataxó que tem como centralidade o território e a espiritualidade, permitindo diálogos interculturais com diversos saberes e conhecimentos.

Palavra-chave: Povo Pataxó. Educação Escolar Indígena, Aldeia Boca da Mata, Metodologias indígenas, Práticas Educativas Indígenas. Autodeterminação.

The processes of self-determination at the Pataxó indigenous school Boca da Mata at TI Barra Velha

This master's thesis aims to analyze how the traditional knowledge transmitted at the Pataxó school in Boca da Mata configures/constitutes processes of self-determination of the people, to build an intercultural and differentiated indigenous school. In this way, this research discusses the trajectory of confrontation of the Pataxó people against models of colonial school education, which we characterize as a process of self-determination of the Pataxó school in Boca da Mata. Such as Edson Kayapó, on the construction of an intercultural dialogue, based on the recognition of other epistemologies in the academic territory, Gersem Baniwa on the context of indigenous school education in Brazil and Achibald, on research methodologies and pedagogies based on indigenous histories. I used a field diary, which was the greatest support for recording what I experienced at the beginning of the research, participating in the struggle for self-demarcation territory together with the community and school of Boca da Mata. In addition to the field diary, I made audio records and photographs of the traditional practices that occurred during the movement to retake the village Krokxi II, Jaqueira and Base Azul, in the territory of Barra Velha; participation in traditional practices carried out at school; conversation with leaders and teachers and interviews with students. All recorded in audio, photographs and videos. The analysis of the research material made it possible to describe and identify the practices that constitute what we characterize as self-determination processes at school. This characterization considered the work with the knowledge transmitted in school practices, strengthening a broader process of self-determination of the Pataxó people in the struggle to expand the territory of Barra Velha. In this way, the presence of traditional knowledge in the Pataxó Boca da Mata school is characterized as processes of self-determination of the school, which in turn, strengthens the processes of self-determination for the expansion of the Pataxó territory of Barra Velha. This process of school self-determination establishes a pedagogical practice that values and strengthens their Pataxó struggles and ways of life, characterizing differentiated indigenous school education in Boca da Mata. In this education, school knowledge is part of the epistemologies of the people whose centrality is territory and spirituality, allowing intercultural dialogues with different knowledge and knowledge.

Keywords: Pataxó People, Indigenous School Education, Boca da Mata, indigenous methodologies, Indigenous Educational Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa TI Barra Velha	44
Figura 2- Prática ervas Medicinais Pataxó.	67
Figura 3- Prática do Awê.....	69
Figura 4- Prática da armadilha Mundéu	70
Figura 5- Práticas das construções de barracas da palha Pataxó.	72
Figura 6- Histórias de vida dos anciãos e lideranças.	73
Figura 7- Pinturas corporais e grafismos Pataxó.	75
Figura 8- Culinária tradicional Pataxó.....	76
Figura 9- Mapa locais de retomada 2023.	78
Figura 10- Passeata de Sete de Setembro em 2022	89
Figura 11- Local de retomada Base Krokxi.....	93
Figura 12- Local de retomada Base Jaqueira.	94
Figura 13- Grafismos Pataxó em retomada.	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

FaE – Faculdade de Educação

FIEI – Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas

Funai - Fundação Nacional do Índio

BA – Bahia

TI – Terra Indígena

Funai- Fundação Nacional do Indígena

ISA- Instituto Socioambiental

CIMI- Conselho Missionário Indigenista

GEPEPI- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Pluriepistêmica e Intercultural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

PROLIND – Programa de apoio às Licenciaturas Indígenas

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

PEC- Proposta de Emenda Parlamentar

PL- Proposta de Lei

STF- Supremo Tribunal Federal

CF- Constituição Federal

Art.- Artigo

OIT – Organização Internacional do Trabalho

CCJ- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ONU- Organização das Nações Unidas

AEEI- Atendimento Educacional Especializado Integral

EF- Ensino Fundamental

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

PPP- Projeto Político Pedagógico

COOPLANJÉ- Cooperativa de Trabalho de Reflorestamento da Aldeia Pataxó Boca da Mata

UNEB- Universidade Nacional Estadual da Bahia

UPT- Universidade Para Todos

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LICEEI- Licenciatura em Educação

SEC-Secretaria da Educação

ARUPÃB- Organização: Articulação de Educação Escolar Indígena e Professores Pataxó de Porto Seguro

EJAI- Educação de Jovens, Adultos e Idosos

FNEEI – Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
2	Território e movimentos de autodeterminação indígena	30
2.1	O direito à autodeterminação de um povo.....	37
2.2	O Povo Pataxó.....	40
2.3	Aldeia Boca da Mata.....	45
3.	A luta por uma escola indígena intercultural e diferenciada Pataxó na aldeia Boca da Mata	51
3.1	A Educação Escolar Indígena na aldeia Pataxó Boca da Mata.....	51
3.2.	Políticas para uma educação indígena Pataxó em Boca da Mata	58
3.3	Como funciona a nossa escola indígena hoje	60
4	Práticas educativas tradicionais Pataxó na aldeia Boca da Mata.....	64
4.1.	Práticas educativas Pataxó no cotidiano da escola	65
4.2	Práticas educativas na retomada do Território Indígena Barra Velha do Monte Pascoal	77
5	Saberes Pataxó nas práticas educativas na escola: movimento de autodeterminação da escola indígena diferenciada.....	98
5.1.	A escola na “retomada”	103
6	Considerações Finais.....	111
7	Referencias.....	117
8	Anexos.....	122
	Anexo 1- Parecer final do Projeto de Pesquisa – CONEP.....	122
	Anexo 2 – Quadro Síntese do Material de Pesquisa	123
	Anexo 3 - Quadro síntese do PPP da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata.....	124
	Apêndice - Biografias de Lideranças elaboradas pelos Alunos do 3º ano do EM.....	126

1 Introdução

O povo Pataxó está localizado, principalmente, no extremo sul do estado da Bahia e norte de Minas Gerais, com uma população de 13.588 habitantes (IBGE, 2022). É falante da língua Patxohã, pertencente à família Maxakali, do tronco macro-jê. Desde os primeiros contatos com os europeus, face ao processo de colonização, o povo Pataxó sempre viveu em lutas e resistências para reivindicar e proteger seus territórios tradicionais. Em 1982, tivemos parte do território ancestral de Barra Velha demarcado e desde então lutamos pela demarcação do restante do nosso território.

A luta pelo direito de viver em nossos territórios é marcada por violências, por massacres e tentativas de desterritorialização do nosso povo, em prol dos grandes produtores rurais e empreendimentos imobiliários. Para enfrentar todas essas violações de direitos, vivemos frequentemente em movimento de autodemarcação para ampliação do território Pataxó de Barra Velha, movimento este que chamamos de *retomada*.

Sou uma jovem mulher indígena Pataxó que vive no território de Barra Velha, na aldeia Boca da Mata. Sempre vivi ouvindo histórias e acompanhando meus parentes nesses movimentos. Portanto, a luta pela terra está na base de sustentação de toda esta pesquisa. Trago nesta dissertação a história de lutas e conquistas do meu povo Pataxó, entre elas a luta por uma educação escolar indígena que respeite a nossa cultura, nosso território e nossa história. Também me pauto na certeza de que a conquista da escola em nosso território trouxe outras lutas que, assim como na luta pela terra, é uma luta por autodeterminação por uma educação escolar indígena Pataxó intercultural e diferenciada.

Portanto, nesta pesquisa analisamos como a participação da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata nas retomadas do território ancestral, que são processos de autodeterminação do meu povo, configura, por sua vez, processos de autodeterminação de uma escola indígena intercultural e diferenciada.

De fato, esta pesquisa não se inicia agora. É uma trajetória que começa na Licenciatura em Formação Intercultural para educadores indígenas (FIEI), curso ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Enquanto estudava na licenciatura, que funciona em módulos alternados na UFMG e na aldeia, participava das reuniões comunitárias, dos projetos da aldeia, do plantio de roça com meus pais, dos festejos

tradicionais, entre outras atividades. Fui adquirindo conhecimentos que me levaram a ser uma liderança indígena jovem, uma professora atuante na sua comunidade. Reconheço que minha formação em diferentes tempos e espaços me ajudou a conhecer melhor meus direitos e deveres, enquanto cidadã indígena neste país.

Desde a graduação, sempre tive o anseio de desenvolver experiências de aprendizagem que relacionassem os conhecimentos tradicionais e o científico, dentro da matemática da escola. Mas, no início, era apenas uma jovem professora em processo de aprendizagem, até que um dia, comecei a trabalhar nesse objetivo em minhas aulas. As experiências em sala de aula como professora me ajudaram a compreender a importância de ensinar matemática, utilizando práticas tradicionais que estão presentes no cotidiano da aldeia e na cultura do povo Pataxó.

Junto com isso veio o meu tema de Percurso, pesquisa que realizamos no Fiei. No trabalho que foi intitulado “Moytãxó'wãý apekôy'txê ug iõp koxuk txóp kioiã tsaêhú upâ pataxi txó hãhãwré urauna'há makiamé: pinturas corporais e os grafismos dos objetos artesanais das aldeias do território Barra Velha” (PONÇADA, 2018), identifiquei as ideias matemáticas nas pinturas corporais praticadas pelo povo Pataxó, do território de Barra Velha. Descrevi e comparei a diversidade dos grafismos encontrados nas pinturas corporais e nos objetos artesanais das aldeias Pataxó de Boca da Mata e de Barra Velha. O motivo principal para escolha do tema foi o meu interesse em aprender mais sobre essa prática ancestral do meu povo e registrar a diversidade das pinturas corporais, para a compreensão do quanto são importantes para o fortalecimento da cultura. No esforço de compreender o significado das pinturas corporais da nossa cultura, percebi que, apesar das diferenças observadas nos grafismos expressos nas pinturas corporais e dos artesanatos, ambos carregam uma afirmação cultural para o povo Pataxó.

Enquanto fazia a pesquisa do Percurso do Fiei comecei a atuar como professora indígena em minha aldeia. Passei a desenvolver práticas em sala de aula para o ensino de matemática, utilizando os conhecimentos tradicionais das pinturas corporais Pataxó, buscando relacionar esses saberes da pintura corporal Pataxó com o estudo de conteúdos escolares ligados à geometria, às grandezas e medidas. Desde então, venho tentando compreender melhor as relações entre os saberes que circulam nas práticas tradicionais Pataxó e as práticas escolares dos conteúdos do currículo escolar.

Embora eu não tenha aprofundado nessa questão, as experiências de fazer o Percorso e trabalhar práticas matemáticas na escola Pataxó de Boca da Mata tentando estabelecer relação com os conhecimentos tradicionais Pataxó se mostraram um caminho promissor para fortalecer nossa proposta de educação indígena intercultural e diferenciada. Trazer os conhecimentos tradicionais do povo Pataxó para a escola, seria forma de ter uma educação fundamentada nas formas de produção do conhecimento indígena. Portanto, minha proposta inicial para o mestrado seria a análise dessas práticas educativas escolares com vistas a entender como seria uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada Pataxó.

Há outras pesquisas realizadas com e sobre meu povo Pataxó (TCCs, dissertações, Teses entre outros) que discutem a luta pela educação escolar diferenciada. Entre elas citamos trabalhos de parentes Pataxó, tais como Braz (2016); Santos (2018); Ponçada (2018). Esses trabalhos contribuíram para produção de conhecimento em diversas áreas para o povo Pataxó: gestão territorial, saúde, educação, infraestrutura e práticas de sustentabilidade para o povo Pataxó.

Almeida (2016) e Ponçada (2018) são trabalhos de TCC do Fiei, de autoria de parentes aldeia Pataxó de Boca da Mata. O primeiro estuda as narrativas próprias do povo Pataxó que circulam na Aldeia Boca da Mata, como uns dos caminhos para resguardar a memória das histórias do povo e potencializar a educação indígena no contexto da comunidade. O segundo, Ponçada (2018) apresenta algumas ervas utilizadas pelo povo Pataxó no processo tradicional de cura, assim como analisa a forma de preparo e as dosagens utilizadas na elaboração dos remédios tradicionais da medicina Pataxó da Aldeia Boca da Mata. Destaco ainda o trabalho do parente Braz (2016) que buscou registrar, entender, valorizar e fortalecer o processo de retomada linguística do nosso povo e a luta pelo ensino de nossa língua ancestral-materna – o Patxôhã, na escola e o trabalho de pesquisa de Santos (2018), um percurso do Fiei que conta a história da demarcação da Terra Indígena de Barra Velha, através dos depoimentos de anciãs e de anciões pataxó de Barra Velha, que participaram da luta pela demarcação. Considero que esses trabalhos trouxeram melhorias para o nosso povo pela forte relação das temáticas de pesquisa com o nosso território ancestral, mostrando a força das pesquisas de autoria indígena na luta pela autodeterminação do nosso povo.

Vale mencionar que o trabalho de pesquisa realizado no Fiei por Josiane Ponçada (PONÇADA, 2018), sobre as plantas medicinais, os remédios e banhos terapêuticos que reúnem saberes tradicionais da medicina Pataxó, teve desdobramentos que gerou um outro projeto de criação da Farmácia Viva, em nossa aldeia.

Também os trabalhos de pesquisadores não indígenas contribuem para melhoria da nossa educação, quando desenvolvidos em parceria com conosco e respeitem nossos tempos, espaços, valores e princípios, isto é, garantem o nosso protagonismo no modo como a pesquisa é proposta e desenvolvida. Este é o caso das pesquisas de Brito (2019), Araújo (2012) e Martins (2022). Brito (2012) analisa os modos como educadores e educadoras indígenas em formação, da etnia Pataxó, do Fiei-UFMG, na habilitação em Matemática apropriam-se de práticas (discursivas) de numeramento escolar. Em sua análise, a autora identificou tensões que ocorre na composição de um currículo da Educação Escolar Indígena. Essas tensões ocorrem, no confronto entre, de um lado, demandas e discursos que propõem um projeto diferenciado baseado nas tradições e vivências da aldeia e, de outro lado, a força da estruturação do sistema escolar. Araújo (2019) analisa os tensionamentos que emergem dos Percursos, pesquisas de autoria indígena, desenvolvidas no Fiei e identifica as tensões que ocorrem quando se busca estabelecer relações entre práticas da tradição indígena e práticas matemáticas, utilizando o trabalho de percurso de minha autoria para essa análise. Martins (2022) buscou compreender as práticas educativas que fundamentam o currículo do Ensino Médio da Escola Indígena Pataxó de Barra Velha. Compartilhando a elaboração desse currículo com os professores Pataxó, a autora afirma que a prática educativa que fundamenta o trabalho pedagógico no Ensino Médio da escola é o Ritual da Lua Cheia, configurando um currículo intercultural. Essa elaboração do currículo é marcada por colonialidades, a partir das relações que são estabelecidas entre diferentes racionalidades que se colocam em disputa: a lógica ocidental de educação – capitalista neoliberal – versus a educação ancestral. Esses trabalhos nos ajudam a trilhar nosso caminho nesta pesquisa, pois já nos alertam acerca das tensões que temos de enfrentar para a construção de uma escola indígena intercultural e diferenciada

Todos esses trabalhos também nos mostram que a busca por uma escola indígena diferenciada vem sendo uma longa e dura luta. Mas também que conseguimos reconquistar alguns direitos a partir da Constituição Federal de 1988, pois nela os povos

indígenas foram reconhecidos pelo Estado Brasileiro nos Artigos 231 e 232. Esse é um marco histórico que assegurou os direitos dos povos originários à sua diversidade cultural e à proteção de seus territórios tradicionais. A CF 88 trouxe avanços no que diz respeito à educação escolar, pois ela garantiu o direito à uma educação escolar indígena e diferenciada. Essa educação assegura aos povos indígenas o uso das próprias línguas nas escolas e a adotar seus próprios processos de aprendizagem.

É importante destacar que esta pesquisa se integra a um conjunto de estudos no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Pluriepistêmica e Intercultural (GEPEPI), sediado na Faculdade de Educação, do qual participo.

O GEPEPI reúne pesquisadores indígenas e não indígenas em pesquisa, compõem mestrandos e doutorandos, professores, alunos de graduação, pajés e anciãos, com protagonismo de indígenas dos povos Maxakali, Pataxó e Xakriabá e não indígenas de diferentes áreas (Educação – Ed. Matemática, Linguagens, Pedagogia; Design). O grupo é uma parceria entre nós, povos indígenas, e outras comunidades tradicionais, que, ao desenvolver suas pesquisas nos cursos de formação de professores, apontaram a importância das questões que eles próprios trazem para investigar, em oposição ou complementação àquelas que os pesquisadores levavam para suas comunidades. Eles também revelaram a necessidade de desenvolver metodologias de ensino e de pesquisa inter-relacionadas com suas tradições, interrogando definitivamente as metodologias que são historicamente utilizadas em pesquisas acadêmicas sobre ou com essas populações.

Entre as pesquisas do grupo, destaco pela autoria indígena ou pela temática, algumas que proporcionam um diálogo e provocam reflexões com o tema da minha pesquisa. A pesquisa em desenvolvimento é de autoria de Lúcio Flávio Maxakali, pertencente ao povo Maxakali (MG), aborda “Tappet mĩy ax Tikmũ’ũn yã ũyõg hãm xomã ax pip pãyã yã kux nõ’ã pax (A escola Tikmũ’ũn e a violação de seus direitos)”. Em sua pesquisa, Lucio discute o modo como o povo Maxakali vive e produz conhecimento e reflete sobre o modelo de escola que tiveram e ainda têm hoje. Estudando a proposta de Lúcio, percebi que para fazer a minha pesquisa também teria de refletir sobre os modos de produzir conhecimento do meu povo Pataxó, pois esses são a base para fundamentar uma perspectiva de escola indígena diferenciada.

Outra pesquisa, é a de Txahá Pataxó, pertencente ao povo Pataxó da aldeia Muã Mimãtxi de Itapeirica (MG). Esta pesquisa, em andamento, intitulada “A matemática e as práticas

sociais da aldeia Muã Mimãtxi” traz um ponto importante que são os caminhos metodológicos que a pesquisadora trilhou, a partir de suas vivências próprias e coletivas na aldeia. A discussão dessa pesquisa em um encontro do grupo GEPEPI me orientou sobre a importância de estabelecer um forte diálogo com minha comunidade e construir um instrumento de registro desse diálogo, que foi concretizado em um diário de campo. Percebi também que eu tinha de fazer pesquisa com a minha comunidade e não sobre ela.

Também pesquisas de não indígenas, participantes do GEPEPI, me ajudaram a pensar um modo como nós, indígenas, fazemos pesquisas. A pesquisadora Paula Silva (SILVA, 2022) desenvolveu sua pesquisa no território Maxakali. Ela conta que entrou em campo com um objetivo de investigar o modo de fazer escola do povo Maxakali, mas no decorrer da pesquisa foi aprendendo com os Tikmũ’ũn que fazem pesquisa ou se tornam pesquisadores, vivendo e aprendendo sobre a epistemologia Maxakali. A pesquisa da Paula e dos Maxakali vem nos afirmar, mais uma vez, que o que a comunidade científica chama de fundamentação teórica e metodológica para fazer pesquisa não convém com os modos de vida dos povos indígenas. Então, coloquei o desafio para mim de que teria de buscar o nosso próprio jeito de fazer pesquisa com a minha comunidade para construir nossos próprios ‘referenciais’ e ‘metodologias’. Ainda dentro deste grupo de pesquisa, temos a pesquisa de Martins (2022), citada acima, como um dos estudos que inspira e orienta minha pesquisa por analisar uma experiência de elaboração de um currículo intercultural indígena Pataxó, na Escola Indígena Pataxó de Barra Velha.

Não podemos desconsiderar que, desde o processo de colonização, somos vistos como povos nativos que não acompanham a sociedade, os avanços tecnológicos. Então, assim como outros indígenas que estão na academia, temos um grande desafio em romper essa ideia equivocada em relação a nós, povos indígenas, e descolonizar as mentes, e até mesmo os conceitos, a partir do reconhecimento dos nossos modos de vida e nossos valores ancestrais.

Como indígena Pataxó, fui sempre orientada pelos conhecimentos dos mais velhos e de meus pais. Esses conhecimentos se baseiam na vivência pelo território, contudo, foi quando pude adentrar no território acadêmico, da universidade, que me permitiu refletir sobre o compromisso que tenho com minha comunidade e com meu povo ao fazer pesquisa. O Mestrado precisava ser algo para abrir mais a mente, conhecer coisas novas para fortalecer ainda mais nos direitos, nossa educação diferenciada.

Por isso, digo que o Mestrado foi um espaço de formação acadêmica e política. Pude participar e aprender em outros espaços de luta, como é a Comissão de Ações Afirmativas da Pós-graduação do PPGE, pela permanência dos estudantes cotistas na pós-graduação. Quando entrei no PPGE, conheci o coletivo de cotistas do PPGE, participando de um seminário na disciplina ‘Quarta na pós’, em 2021. Nesse seminário, conheci a Sílvia Regina que era a representante dos estudantes cotistas dentro da comissão. Ela me convidou para uma reunião on-line para apresentar o grupo. Nessa reunião, o grupo me convidou para fazer parte da comissão, como representante dos estudantes indígenas. Eu aceitei e comecei a acompanhar as reuniões e as demandas dos estudantes do PPGE-UFMG. Participando dessa comissão, conheci outros professores do Programa de pós-graduação, como Filipe Fernandes, Mônica Rahme, Francisco Coutinho, Ademilson Soares, Luiz Alberto Gonçalves¹, o que foi possível aprender e dialogar com eles algumas questões enfrentadas no programa, em relação à permanência dos estudantes indígenas.

No final de 2022, tive a oportunidade de participar da escrita de um livro, em comemoração aos 50 anos do PPGE-UFMG. Pensei o quanto seria relevante o relato de nós, indígenas, para ter registros de nossa luta no ensino superior, desde o processo de seleção para o ingresso e a nossa permanência na pós-graduação. Assim, escrevi um capítulo intitulado “Ações afirmativas: demarcando territórios, seguindo uma trilha, com um pé na aldeia e um pé no mundo” (COLETIVO INDÍGENA, 2022). Para a escrita do capítulo, tivemos a participação dos parentes indígenas que também eram estudantes à época: Siwê Pataxoop, Saniwê Pataxoop, Romário Pataxó, Lúcio Maxakali, Maria Aparecida Barros Andrade (Cida Xakriabá) e Reinaldo Wadeyuna Luiz Rocha.

A cada nova experiência, sabia que tinha de me esforçar ainda mais para que esta pesquisa possa contribuir para o reconhecimento e fortalecimento das diversas formas de pensar e produzir conhecimento indígena, dentro e fora, da universidade.

Desde que entrei no mestrado, em 2021, venho discutindo sobre pesquisas, objetos e sujeitos. No início, me confrontei com os modos de fazer pesquisa acadêmica, mas também com discussões que fazia nas disciplinas e no grupo de pesquisa GEPEPI acerca das problemáticas que esse modo de pesquisa provoca em outras culturas. Em um dos encontros me deparei com alguns questionamentos que o parente Edson Kayapó fazia em

¹ Infelizmente esses professores faleceu antes de eu terminar minha dissertação, mas com certeza seus ensinamentos ficarão para sempre.

uma Live que me inspiraram a ponto que também comecei a me questionar: Por que a academia privilegia a perspectiva eurocêntrica? Por que nessa perspectiva o pesquisador não pode se envolver com o sujeito de pesquisa? Porque a academia desconsidera outros modos de fazer pesquisas (PALESTRA...2020).

A reflexão provocada pelo parente me fez concluir que a fundamentação teórica que apresentei, à época na seleção para o mestrado, os estudos sobre etnomatemática, não se adequava aos modos de vida do meu povo e não atendia mais os novos objetivos da pesquisa que não se centravam mais somente nas práticas matemáticas escolares da escola indígena. Além disso, os estudos sobre etnomatemática que consultei, ainda que problematizem uma visão ocidental hegemônica sobre as práticas matemáticas em outras culturas, se fundamentam em epistemologias ocidentais não indígenas. Nesse sentido, esses estudos me possibilitariam descrever as práticas na minha cultura, mas não de construir um olhar de dentro da minha própria cultura (D'AMBRÓSIO, 2005; KNIJNIK, 2013; ARAÚJO, 2019). Então, foi difícil revisar o projeto de pesquisa, por não conhecer referenciais que viessem dialogar com o que eu queria pesquisar, ou seja: A relação entre os saberes tradicionais na Escola Indígena Pataxó Boca da Mata e as práticas pedagógicas para ensinar matemática nessa escola. Eu queria mostrar o olhar indígena sobre essas práticas pedagógicas. Por isso, o objetivo da pesquisa, naquele momento, era analisar como os saberes tradicionais do povo pataxó são silenciados, invisibilizados e/ou ressignificados nas práticas escolares na aldeia Pataxó de Boca da Mata.

No campo metodológico também tivemos de buscar outras fontes. Se olharmos para referências fundamentadas em conhecimentos ocidentais, podemos dizer que a que mais se identificaria a esta pesquisa seria uma pesquisa de abordagem qualitativa. Mas, precisava romper isso, afinal como defende a parenta indígena Célia Xakriabá, precisamos assumir esse compromisso de contribuir na construção de outras epistemologias nativas, evidenciando a produção de conhecimento indígena na academia (CORREA XAKRIABÁ, 2018).

Então, pensando junto com minha orientadora, partimos em busca de outros autores indígenas que falassem sobre os modos de fazer pesquisa indígena. Encontramos referenciais internacionais e discutimos nos encontros do Grupo de Pesquisa GEPEPI. Particularmente discutimos os estudos das pesquisadoras indígenas Margareth Kovack

(2015), Linda Tuhiwai Smith (2018) e Jo-ann Archibald (2019). Também acompanhei experiências de pesquisas nacionais dentro do GEPEPI, como Maxakali et. al. (2020); Silva (2022) e Martins (2022), que ajudaram a fundamentar o modo como realizei esta pesquisa indígena.

Uma das referências para o desenho metodológico desta pesquisa são os estudos de Tuhiwai Smith (2021), autora indígena da Nova Zelândia, do povo Maori. Em sua trajetória como pesquisadora ela traz uma visão crítica do modo como são feitas as pesquisas acadêmicas, defendendo ideias para descolonização das pesquisas acadêmicas. Em seu livro ‘Descolonizando metodologias: pesquisas e povo indígenas’ (SMITH, 2021), a autora traz reflexões que me fizeram questionar alguns caminhos metodológicos que são adotados em pesquisas com e sobre os povos indígenas. Percebi que não teria sentido pesquisar sobre meu povo, sendo uma Pataxó, mas seria necessário reconstruir uma relação de diálogo diferente daquelas da academia entre pesquisadores não indígena e os indígenas. Esse modelo consolidado na academia nos impõe práticas de pesquisa coloniais que não condiz com meus objetivos ao adentrar em um programa de pós-graduação para uma formação como pesquisadora indígena. Era preciso romper com essa prática de pesquisa, pois, concordando com Smith (2021), é necessário descolonizar esses métodos, respeitando a transmissão dos nossos conhecimentos indígenas Pataxó e reconstruindo-os na defesa de modos próprios de produzir, transmitir, investigar, analisar.

Nas discussões que fizemos dentro do GEPEPI sobre os trabalhos de Margareth Kovack (2015) me marcou a ênfase que a autora dá aos sistemas de conhecimento indígenas, pois ela defende que eles são legítimos e milenares, não coloniais e pré-coloniais, pois existem antes mesmo da colonização. Mas, ela reclama que diversos espaços educacionais formais continuam a ver os indígenas e seus sistemas de conhecimentos como inferiores. Portanto, em nossas pesquisas não podemos reproduzir metodologias de pesquisas ocidentais que possam reforçar esse olhar preconceituoso. Ao mesmo tempo, Kovack (2015) alerta que muitos dos métodos e teorias indígenas não estão amplamente disponíveis em textos acadêmicos ou artigos publicados, o que dificulta o acesso a tais fontes. Contudo, ela nos ajuda, quando compartilha vários aspectos que, na visão dela, caracterizam as metodologias indígenas. Ela aponta quatro aspectos que considera centrais: os sistemas holísticos de conhecimentos indígenas são uma forma legítima de saber; a receptividade e a relação entre os participantes da pesquisa é uma parte natural da metodologia de

pesquisa; a coletividade, como forma de conhecimento, pressupõe reciprocidade com a comunidade; e os métodos indígenas, incluindo histórias, são formas legítimas de compartilhar conhecimento.

Assim, inspiradas em Kovack (2015), identificamos nos estudos da pesquisadora Q'um Xiiem do povo indígena Stó:lō, localizado no sudoeste da Columbia Britânica, no Canadá, conhecida na comunidade acadêmica como Jo-ann Archibald, um caminho metodológico para nossa pesquisa. Xiiem realizou estudos sobre 'trabalho pelas e com histórias indígenas' – *indigenous storywork* (ARCHIBALD, 2019). Nesses estudos, essa indígena discute como as histórias podem ser usadas na educação nos diferentes níveis. Ela defende que as histórias podem guiar o desenvolvimento de nosso coração, mente, corpo e espírito. Por meio da orientação e mentoria dos anciãos, Xiiem conta que desenvolveu uma maneira de apreciar e compreender a beleza e o poder das histórias indígenas, o que ela chama de “trabalho pelas e com história indígena”² (ARCHIBALD, 2019).

Em seu livro, Xiiem aponta sete princípios que a orienta: respeito, responsabilidade, reverência, reciprocidade, holismo, Inter-relação e sinergia (ARCHIBALD, 2019). Mas, como colocar em prática esses princípios em uma pesquisa de mestrado? Para isso, compartilhar discussões sobre pesquisas em andamento no Grupo GEPEPI foi de grande importância. Silva (2022) e Martins (2022) pesquisadoras não indígenas que, assim como eu, participam do Grupo de pesquisa GEPEPI, me mostraram como colocar em prática o que essas autoras indígenas estrangeiras propõem, pois estavam em estágio mais avançado em suas pesquisas e serviram como referências para o grupo.

Assim, tivemos a oportunidade de refletir que, ao pesquisar, orientada por esses princípios, somos chamadas a mergulhar na pesquisa com o nosso coração, corpo, mente e espírito. Essa ideia tem muita sintonia com o nosso jeito de fazer as coisas. Por exemplo, na minha comunidade, quando um grupo familiar se reúne para construir uma casa tradicional Pataxó, primeiro fazemos uma roda de conversa na beira de uma fogueira ou tomamos um chá ou café, para discutir conhecer o modo tradicional de fazer a casa Pataxó: qual a madeira vamos utilizar? Onde encontrar? Que cipó utilizar e onde encontrar? Que ciclo lunar estamos? Qual a forma da casa? Se usa taipa ou palhas? O que

² <https://indigenoustorywork.com/>, acesso 29/08/2021.

vamos comer no Dia do Trabalho? Enfim, são várias perguntas que perpassam na roda de conversa, todas com direito a resposta. Mas, essas perguntas dirigidas ao ancião que está ensinando sobre o modo de fazer a casa não são feitas diretamente, em forma de pergunta e resposta. Na roda de conversa tece-se uma narrativa da história indígena que inclui a casa Pataxó, porque são nesses espaços que são transmitidos os saberes tradicionais Pataxó, através da oralidade, geralmente pelos anciãos.

Portanto, os participantes da prática de construção da casa revivem essa história junto ao ancião que está contando e transmitindo esse saber. É um momento de todos, crianças, jovens e velhos, viver o meu/seu 'eu e natureza', 'eu e o espaço', 'eu e os animais', 'eu e o ar'; 'eu e o céu'. Esse é um caminho metodológico que a autora propõe, baseado no modo indígena de produzir e socializar conhecimento. Esse é um caminho que também contribui para refletir como os saberes que se associam ao fazer da casa Pataxó são ressignificados/modificados, quando interagem com outros saberes nos espaços escolares.

Acredito que esse é um caminho para nós, pesquisadores indígenas, desenvolvermos nossas pesquisas em campo. É uma metodologia mais próxima do nosso modo de vida, pois diferente daquela que refletiria uma postura ocidental da pesquisadora, que se ocuparia mais de observar práticas, descrevê-las e analisá-las; entendendo esses diálogos como histórias indígenas, nos aproximamos mais da nossa cultura, do modo de viver em nossa comunidade e podemos sentir o que estamos praticando e escrevendo, temos como vivê-la.

Após todo esse esforço para uma formação que me possibilitasse construir uma metodologia de pesquisa que se identifique dentro da minha cultura e me desse a dimensão política da minha pesquisa, uma indígena Pataxó que vive no Território Indígena Barra Velha, na aldeia Boca da Mata, retornei à minha comunidade, em junho de 2022, já tendo cumprido os créditos de disciplinas acadêmicas. Chegara a hora de iniciar a pesquisa de campo.

Como já informei, a princípio, o campo da minha pesquisa estava concentrado nos espaços da escola de Boca da Mata, com o objetivo de analisar como os saberes tradicionais do povo Pataxó são silenciados, invisibilizados ou ressignificados nas práticas escolares na aldeia Pataxó de Boca da Mata. Assim, previa descrever e identificar

esses saberes tradicionais a partir das aulas de matemática. Outro objetivo era analisar os saberes que circulavam no espaço escolar e como se dava a transmissão e socialização desses saberes tradicionais Pataxó.

Com os pés na aldeia e agora com o olhar de pesquisadora e membra dessa comunidade, não imaginaria que semanas depois viesse acontecer movimentos de retomadas em meu território. Na primeira tentativa de retomada de uma área, os parentes foram retirados violentamente da terra retomada, mas isso não os enfraqueceram. Em agosto de 2022, continuou o processo de retomada, este mais intensivo, chegando a paralisar todas as atividades da aldeia, devido as ameaças por parte dos pistoleiros à paisana. A princípio, fiquei preocupada com a luta do povo e com a pesquisa. Como fazer pesquisa sobre educação escolar indígena em meio a processos de retomada de terra? Chegamos à conclusão de que esse seria um momento potencializador para a pesquisa e para o povo Pataxó. Afinal, a escola acompanha o povo, se o povo está em retomada, a escola estará junto.

Tinha em mente que nossas referências vêm da ancestralidade e de diálogos com outros pesquisadores, pois eles nos trazem reflexões que cada vez mais nos ajudam a nos adentrar na academia como pesquisadores. Também sabia que qualquer movimento de pesquisa teria de estar sintonizado com o território e com nossa ancestralidade. Minha opção era por uma pesquisa posicionada politicamente, (PALESTRA...2020). A partir dessa opção que é política, e frente ao cenário de movimentos de retomadas de terra que se iniciaram naquele momento, revisamos nossas questões de pesquisa para pensar a escola indígena e os processos de autodeterminação para ampliação do Território, questionando: Como ocorrem os processos de autodeterminação do nosso povo e como esses processos configuram também autodeterminação da escola indígena Pataxó de Boca da Mata, na perspectiva de uma escola indígena diferenciada?

De fato, tão logo foi feita a retomada da terra, a escola se deslocou para os espaços de autodemarcação e assim, como membra da minha comunidade, caminhei junto para o fortalecimento da luta, levando junto a pesquisa do mestrado. Neste período, passamos momentos difíceis, sofrendo ameaças e sendo impedidos de sair de dentro da aldeia por um mês.

Enquanto fazia a pesquisa, vivenciei junto com a minha comunidade, tensões vindas de fora de diferentes formas de violência, desesperos das pessoas da comunidade no início

das retomadas, afinal são muitas as ameaças por parte de pistoleiros altamente armados. Durante esse período, não deixei de lado meu papel de pesquisadora e comecei a registrar esses momentos em diário de campo. Essa foi a forma de eu ter uma memória, até porque não se podia tirar fotos ou fazer gravações para nossa segurança. A escola da aldeia suspendeu suas aulas no espaço escolar nos momentos de maior tensão e caminhou junto com a comunidade para fazer atividades nos espaços das retomadas.

Todavia, a pesquisa tinha de seguir alguns protocolos acadêmicos, afinal ao ingressar no mestrado, também tinha consciência de que seria uma pesquisa intercultural. Desde o início da pesquisa refletimos, eu e minha orientadora, como procederíamos para ter a anuência da comunidade para fazer pesquisa e quais procedimentos poderia utilizar. Afinal, ao me candidatar ao mestrado já tive de apresentar essa anuência, foi preciso enviar os documentos das lideranças autorizando minha inscrição e comprovando minha identidade Pataxó.

Em um primeiro momento, conversei com o diretor da escola, Jovino de Jesus Ponçada, com o vice-diretor, Edimarcos Ponçada Santana e com o cacique da aldeia, Renato Farias de Jesus. Esse momento foi fundamental porque pude ouvir deles a relevância que viam em minha pesquisa. Eles me deram palavras de incentivo e vários conselhos que me encorajaram ainda mais a fazer este trabalho. Reafirmaram ainda os seus consentimentos para o desenvolvimento da pesquisa na aldeia e na escola, considerando que são eles líderes da educação e da comunidade, respectivamente. Com esse consentimento, finalizei a revisão do projeto e submeti toda a documentação ao Conselho de Ética na Pesquisa e ao Conselho Nacional de Ética, seguindo as exigências acadêmicas. O parecer final do CONEP só foi emitido em janeiro 2023 (Anexo 1).

Apesar de os métodos e procedimentos nesta pesquisa serem também usados em pesquisas acadêmicas por não indígenas, nesta pesquisa eles assumiram formatos que melhor dialogam com o modo de vida Pataxó. Ao elaborar o projeto de pesquisa sabíamos que o modo como os procedimentos previstos seriam colocados em prática sofreria adaptações, considerando as especificidades da cultural Pataxó. Mas, naquele momento, indicamos que seriam feitas observações da aula, rodas de conversa com anciões, estudantes e professores e entrevistas.

No decorrer da pesquisa, as rodas de conversas aconteceram, mas não todas foram programadas para a pesquisa, em especial. Ao todo foram seis rodas de conversa que serão detalhadas mais à frente. Três foram programadas por mim como atividade da pesquisa em conjunto com a escola e três foram programadas pelos líderes do movimento de retomada e professores da escola. Eu acompanhei essas três últimas como pesquisadora, professora da escola e membro da comunidade.

As entrevistas no contexto desta pesquisa assumiram mais o formato de conversas informais, momento de troca de saberes, ouvir histórias. Às vezes se confundiam com momentos em que as práticas educativas Pataxó estavam sendo feitas dentro e fora da escola. Como não era possível filmar o que acontecia no movimento de retomada, fiz o que a literatura sobre metodologia de pesquisa chama de notas ou diário de campo (Bogdan; Biklen, 1994; Teixeira; Pacífico e Barros, 2023), que na minha pesquisa identifiquei como “Diário trioká’irá hũ Suyhê”.

Outras atividades e eventos dentro da minha aldeia pude registrar por meio de fotografias, áudios e vídeos. Eu também acompanhava o cotidiano da escola dentro e fora do espaço físico destinado a ela, assim como compartilhei a organização, orientação e produção de algumas práticas educativas, juntamente com alunos e professores. Para isso, convidamos vários participantes para compartilhar a pesquisa: professores, gestores da escola, alunos, lideranças e anciãos da comunidade de Boca da Mata.

No desenrolar da retomada fizemos mudanças no objetivo da pesquisa, passando a investigar como se dão os processos de autodeterminação da escola indígena Pataxó de Boca da Mata, na perspectiva de uma escola indígena diferenciada, intercultural, bilíngue e autônoma. Desse modo, ampliamos nosso campo de pesquisa, incluindo o território em retomada. Com isso, outras pessoas passaram a participar da pesquisa, além daquelas que vivem na minha comunidade.

O Diário trioká’irá hũ Suyhê, a princípio quando estruturei o projeto de pesquisa estava evidente o uso do diário de campo, mas não havia amadurecido uma estrutura para esse diário. Fazia minhas anotações em um caderno comum, mas quando me deparei frente a uma luta árdua e violenta de retomada no meu TI, essas anotações adquiriram o formato de um diário que eu chamei de “Diário trioká’irá hũ Suyhê”. Ele tornou-se meu aliado, porque como membra da minha comunidade participando de vivências em retomada de terra, era minha primeira vez que atuava como pesquisadora em campo. Aos meus 27

anos, a princípio fiquei desorientada frente às ameaças e violências sofridas pelos parentes que estavam no local de retomada. Como fazer pesquisa neste ambiente? Esse foi um questionamento que compartilhei no grupo de pesquisa GEPEPI. Refletimos no grupo, juntamente com outros parentes indígenas o que me ajudou a reencontrar o meu lugar como pesquisadora indígena em meio ao movimento de retomada do território. Desde momento em diante, criei uma estrutura de registro no meu notebook, coloquei bordas, identifiquei o arquivo como diário trioká'irá hũ Suyhê.

Assim, em meio a ameaças, a perdas e ao enfrentamento de violências comecei me aliar ao meu Diário trioká'irá hũ Suyhê. Escrevia tudo que acontecia comigo e com meu povo frente a luta que estava na retomada da Ampliação do TI Barra Velha. Quando eu estava em atividades no movimento de retomada não era possível anotar ou registrar nada, eu participava e observava tudo e, à noite em casa, escrevia o que havia acontecido naquele dia. Essa escrita me ajudava a refletir sobre os acontecimentos. Passados alguns dias, após o ingresso dos indígenas no território em retomada, tudo se acalmou na comunidade de Boca a Mata e no local de retomada, foi quando minha mente funcionou melhor. Nos momentos de confronto, eu não conseguia pensar direito, ficava preocupada com tudo que estava acontecendo. De alguma forma nossa saúde mental é afetada. O Diário trioká'irá hũ Suyhê, então, me ajudou a continuar com meus objetivos de pesquisa e resistir persistindo na luta pela terra e na pesquisa, como mulher indígena Pataxó, jovem pesquisadora.

Durante a pesquisa de campo, participamos de seis Rodas de Conversas que contaram com lideranças, caciques, professores e alunos. Três rodas de conversas aconteceram nos locais de retomada, na base da Jaqueira, base Azul e base kroxí - Boca da Mata. As outras três rodas de conversas, eu organizei juntamente com o professor Cosme Alves, e aconteceram na escola no período da semana cultural, do mês de abril de 2023. As rodas de conversa aconteceram do modo como fazemos em outras ocasiões: uma roda de fogueira, com contação de histórias dos mais velhos, pois é assim que os alunos e nós, professores, já estamos acostumados a presenciar.

A primeira Roda de Conversa aconteceu na Base da Jaqueira, local em que estava ocorrendo o movimento de retomada para ampliação do TI Barra Velha. Dessa Roda de Conversa participaram a liderança que estava coordenando o movimento nessa Base, que não permitiu que citasses seu nome, professores e alunos dos anos finais do EF e do

Ensino Médio da minha aldeia, além dos membros das famílias que estavam vivendo no espaço da retomada. Esta Roda de Conversa foi proposta dentro de uma das práticas educativas da retomada, analisadas neste trabalho. Ela foi realizada para apoiar os parentes no movimento de retomada e para que a liderança pudesse compartilhar com os alunos e professores suas experiências de luta pelo território.

A segunda Roda de Conversa, também teve a participação de uma outra liderança que estava coordenando a Base Azul e que também preferiu que seu nome não fosse citado neste trabalho. A liderança convidou os alunos para se acomodarem, e começou a contar histórias de como se organiza uma retomada e suas idas e vindas a Brasília, reivindicando o direito da autodemarcação/homologação da ampliação do nosso TI Barra Velha. Ele é uma liderança bastante paciente, contou os detalhes de suas lutas e ao mesmo tempo chamava a atenção dos jovens estudantes sobre a importância de participar dos movimentos em defesa do território ancestral.

A terceira Roda de Conversa aconteceu na Base Krokxí, com a liderança/cacique Alfredo Santana. Alfredo foi cacique de Boca da Mata por mais de 33 anos e hoje é considerado um sábio que carrega consigo experiências de luta pelo território. Nesta roda de conversa abordou as suas experiências do tempo em que era cacique, compartilhando suas vivências nas viagens de reivindicações em Brasília para a demarcação do território. Ele aconselhou e convidou os alunos a se adentrar mais na luta do movimento indígena e na universidade.

A quarta Roda de Conversa aconteceu na escola da aldeia Boca da Mata com a liderança e coordenadora Juliana Pataxó, tendo a participação dos alunos do 1º ano do Ensino Médio e um professor que atua também nesse nível de ensino. Essa Roda de Conversa foi organizada por mim, para que a liderança pudesse contar a história de luta pela educação escolar indígena em Boca da Mata, sendo esta, uma grande referência para o desenvolvimento da minha pesquisa. Juliana é uma das professoras pioneiras na aldeia, considerada por todos como uma mulher de grande conhecimento e sabedoria, procurada por todos, nos orienta, nos dá conselhos e carrega em sua história de vida a luta por uma educação escolar indígena intercultural, diferenciada, bilíngue e autônoma.

A quinta Roda de Conversa foi realizada com a liderança/ancião e professor Patxió Santana, um ancião de grande conhecimento Pataxó, acompanhou todas as lutas da aldeia Boca da Mata. Atualmente, Patxió atua na escola ensinando e fortalecendo a língua

materna e as práticas tradicionais com os jovens. Foi convidado para estar nessa Roda de conversa com os alunos para que ele pudesse compartilhar a sua experiência de vida. Esta roda de conversa foi organizada por mim fazendo parte desta pesquisa e como parte da preparação dos alunos do Ensino Médio que fizeram a biografia das lideranças. Uma das biografias escolhidas pelos alunos foi a do Patxió.

A sexta Roda de Conversa foi realizada com o cacique e liderança Alfredo Santana, um grande líder da aldeia Boca da Mata que carrega consigo experiências de luta pelo território Pataxó. Foi convidado para estar nessa Roda de Conversa por mim e meus alunos para contar sua história de luta pelo TI. Como parte da preparação dos alunos do Ensino Médio que fizeram a biografia das lideranças.

Também realizei sete conversas informais e nem sempre agendados: uma com a liderança e diretor da escola Jovino Ponçada, que é meu pai, outra com a professora Ektanay Santana e a terceira com a professora Joseane Santana. As três outras entrevistas foram com os alunos: Akiria Santana e Ilza kekilis Ponçada, do Ensino Médio e Tamikuã do Nascimento e Chauana Souza do EF II. Essas entrevistas aconteceram em diferentes momentos a partir de um roteiro pré-estabelecido, mas aberto para outras questões que surgissem no diálogo.

A liderança/diretor Jovino Ponçada, assim como Juliana, é um dos pioneiros na educação escolar Indígena de Boca da Mata. As suas experiências de vida são marcantes pela história de luta por uma escola indígena e diferenciada. Sendo um grande referencial para dialogar com está pesquisa. Fiz a entrevista com ele em um dia que estávamos conversando sobre escola em sua cozinha, afinal, como já disse, ele é meu pai. Eu já havia conversado com ele que queria um relato sobre a trajetória da escola para minha pesquisa, mas nunca dava certo de ele parar para conversarmos sobre isso. Então, aproveitei esse momento de encontro familiar e pedi que ele contasse a trajetória da educação escolar indígena de Boca da Mata.

Com as professoras Ektanay e Joseane foi uma conversa informal durante a semana cultural, em abril de 2023. Elas estavam nas barracas de apresentação de catálogos e garrafadas de ervas medicinais, quando conversei com elas sobre contar um pouco do seu trabalho de produção com os alunos. Solicitei a autorização para gravação, elas permitiram. Nessa conversa, as professoras compartilharam suas experiências em desenvolver práticas educativas na escola, envolvendo os saberes tradicionais, como os

saberes das ervas medicinais, culinária, dentre outros. Elas coordenam essa prática na semana cultural pelo interesse com a temática e conhecimento que possuem sobre a Medicina Tradicional Pataxó.

As conversas com os alunos tiveram o objetivo de complementar informações que não consegui registrar ou mesmo para ter uma percepção de como os jovens estavam vivenciando a pesquisa e as práticas educativas que acompanhava.

Além das observações, rodas de conversa, conversas informais, utilizei também anotações dos alunos do 3º ano do Ensino Médio, feitas em uma Roda de Conversa organizada como uma das atividades de preparação da Semana Cultura em que os alunos tinham de escrever a biografia de lideranças e anciãos da comunidade.

Para o acompanhamento das práticas educativas Pataxó, tanto na escola quanto na retomada, eu participei ativamente do cotidiano da escola, observando e participando das atividades escolares no movimento de retomada com os professores, gestores, funcionários e alunos. Também fiz várias atividades na escola, no ano 2023. A minha volta para atuar como professora, após o término da bolsa acadêmica recebida pela Capes nos dois primeiros anos do mestrado, me aproximou ainda mais da escola e dos alunos o que possibilitou a minha participação em todas as atividades escolares. Tudo que acontecia eu estava presente e os meus colegas e alunos sabiam que estava ali como professora e pesquisadora. Alguns colegas até me lembraram de que estava ali a pesquisadora de mestrado Suyhê. Conversava sempre com meus alunos sobre meu lugar de pesquisadora na escola e na comunidade e contava as minhas experiências acadêmicas para eles, para motivá-los a seguir estudando. Então, quando solicitei as entrevistas foi tudo muito tranquilo. Alguns alunos não consentiram entrevistas, porque ficaram tímidos. Mas, nas rodas de conversas que aconteceram na retomada e na escola eles participaram muito bem. Para sintetizar todas as atividades de campo registradas que compõem o material de pesquisa elaborei o Quadro Síntese (ANEXO 2).

Diante desse novo contexto territorial e político, minha pesquisa foi redefinida com o objetivo de analisar como os processos de autodeterminação do povo constituem por sua vez processos de autodeterminação de uma escola indígena intercultural e diferenciada. Para isso, descrevo as práticas que são desenvolvidas nos processos de autodemarcação

do povo Pataxó, como também identifico os saberes tradicionais que circulam nas práticas escolares nesses processos de autodemarcação Pataxó.

Para o desenvolvimento desse objetivo, caminho numa linha de tempo da história do meu povo Pataxó, partindo da luta pela existência em nosso território, pontuando os processos de autodeterminação do povo. Analiso como a participação da escola nos processos de autodemarcação, reafirmam a identidade da nossa escola Pataxó de Boca da Mata, na perspectiva de uma escola indígena diferenciada.

Considerando, a princípio, a pergunta desta pesquisa - como ocorrem os processos de autodeterminação da escola indígena Pataxó de Boca da Mata? -, organizamos este trabalho em 7 capítulos, sendo um esta Introdução e o sétimo Considerações Finais.

No capítulo dois, argumentando a luta pelo território, iniciamos com um trecho do meu diário de campo que envolve a luta pelo território ancestral Pataxó, e destaco o que é território para nós, indígenas Pataxó? Desse modo, apresento de uma forma mais geral os movimentos de lutas na defesa dos nossos direitos constitucionais, sendo um deles, sempre em pauta, a autodemarcação desses TI, uma atenção para o movimento de mobilizações indígenas na tentativa de defender os nossos territórios, bem como a luta do povo indígena Pataxó em movimento de retomada. Ainda esclareço alguns termos que no decorrer da pesquisa serão utilizados, tais como: território, autodemarcação e autodeterminação. Uma breve apresentação do contexto histórico sobre meu povo Pataxó, destacando sua resistência de luta e permanência no seu território, por fim deste capítulo apresento minha aldeia Boca da Mata e suas lutas na defesa da ampliação do território Barra velha.

No terceiro capítulo, abordo como, a partir do movimento de luta pelo território vieram outras conquistas, uma delas a da educação escolar, fruto de movimento por uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada que se revela pela busca de autonomia da escola indígena para Boca da Mata. Junto com esse movimento, surgem outros pela formação de professores indígenas e por outras políticas públicas de ações afirmativas para povos indígenas. Também nesse capítulo apresento a escola indígena de Boca da Mata com suas conquistas e lutas atuais.

No quarto capítulo, apresento descrevo práticas educativas tradicionais desenvolvidas na escola Pataxó de Boca da Mata. Divido em duas seções, uma das práticas educativas do

cotidiano da escola e a outra com as práticas desenvolvidas nos movimentos de retomada para a ampliação do território Barra Velha, que acompanhei durante a pesquisa de campo. Ao descrever essas práticas faço reflexões, destacando a relevância das práticas educativas no ensino e aprendizagem dos alunos da escola de Boca da Mata.

No quinto capítulo, me dediquei a dialogar com outros autores indígenas e não indígenas para analisar as práticas educativas descritas no capítulo quatro e a participação da escola indígena Pataxó de Boca da Mata nos movimentos de retomada. A análise direciona para a defesa da realização de práticas educativas tradicionais na escola articuladas com as lutas da comunidade, configurando movimentos de autodeterminação do povo. Argumento que é, a partir desses movimentos, que a escola se posiciona, exercendo uma autodeterminação coletiva, o que se constitui uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada.

No sexto capítulo discuto os resultados da análise feita no capítulo anterior, na perspectiva da construção de uma escola indígena Pataxó que é intercultural e diferenciada constituída em sucessivos movimentos de autodeterminação da educação escolar em Boca da Mata.

No sétimo, que são as Considerações Finais retomo minhas questões de pesquisa e faço novas reflexões sobre a pesquisa desenvolvida por mim, e as contribuições que ela pode dar para a retomada de territórios acadêmicos com a presença de pesquisadores indígenas nas universidades.

2 Território e movimentos de autodeterminação indígena

Roda de Conversa na retomada da Aldeia Boca da Mata Krokxi (Território Barra Velha), 16 de setembro de 2022.

Alfredo Santana, grande líder em nossa comunidade de Boca da Mata, nos orienta através do seu relato, sobre a importância de nos mantermos ali, nesse local e lutarmos pela autodemarcação. Entender o processo de autodeterminação e conhecer quem são nossos aliados, porque isto reforça a luta Pataxó. Ele destaca: “precisamos plantar, precisamos fazer nossas casas, e ponto importante é esse Centro que demarca ainda mais esta terra.” Eu observei que ao redor do Centro que é um espaço de ritual que a comunidade construiu no espaço da retomada, já tinha algumas casas construídas e outras em construção. Algumas são feitas de palhas de palmeiras, outras apenas cobertas de lonas. Algumas pessoas da comunidade já estavam definitivamente vivendo no espaço de retomada.

Alfredo Santana também aborda a importância de nós, estudantes, assim como ele fazia naquele momento, estarmos nas universidades registrando nossa história, denunciando esta violência contra nosso povo indígena. Ele parabeniza a escola de estar sempre

preocupada com a luta indígena, ensinando nossos jovens a caminhar não somente com os conhecimentos dos livros, como também ajudando a compreender, entender, valorizar e fortalecer esta história de luta pelo TI BARRA VELHA. Destaca que “sem território não temos vida, não temos escola, não temos saúde, fico aqui sem dormir à noite, na vigília com os parentes, precisamos retomar o que é nosso, nosso território sagrado. Agora, jovens, a luta também está em vocês”. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 16/09/2022)

De acordo com minhas anotações do *Diário trioká'irá hũ Suyhê*, este é um trecho da Roda de Conversa que aconteceu no dia 16 de setembro de 2022, momento em que a escola indígena Pataxó Boca da Mata realizou uma programação de aula no Território em autodemarcação, com o objetivo de ouvir as lideranças contando suas histórias de luta nas retomadas.

Nos últimos anos, nós, povos indígenas, lutamos constantemente contra os retrocessos de direitos impostos pelo poder político que elabora leis que violam os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Um exemplo é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/2000), apresentada pelo Deputado Federal Almir Sá, de Roraima, propondo a mudança de jurisprudência dos processos de demarcação dos territórios indígenas que é feito no Ministério da Justiça por meio de estudos da Funai, para o Congresso Nacional.

No final de 2015, essa PEC foi arquivada, após uma árdua luta dos povos indígenas. Logo em seguida, foi reelaborada em forma de PL 490/2007, com alterações da proposta original que aprofundava mais ainda a perda de direitos indígenas.

Mesmo em meio à pandemia de Covid-19, a bancada ruralista do agronegócio e a bancada evangélica não pararam e, em 2021, começaram a atacar os direitos dos povos indígenas, articulando entre si para aprovação no congresso desse PL. Todos os povos indígenas estavam lutando no enfrentamento à pandemia e tiveram de reforçar suas bases, ativando a luta, sem descanso, marchando para Brasília para manifestar contra a aprovação de leis e sentenças que poderiam abrir precedentes para rever as demarcações de nossas terras indígenas. Esse PL facilita a exploração de minério, atuação de garimpos, latifundiários e grileiros nos territórios indígenas.

Ameaçava-se tramitar o PL 490/2007 que ganhava força no congresso nacional. Esse PL ficou conhecido como a PL que defende a tese do Marco Temporal. Isto é, uma interpretação da constituição federal que considera que somente os indígenas que estavam nos seus territórios em 1988 teriam direito à demarcação de suas terras.

Em junho de 2021, iniciou-se uma frente ampla de enfrentamento à investida do PL 490 contra nossos territórios. Realizou-se o *Levante pela Terra*, um movimento que reuniu mais de 1000 indígenas, de diferentes partes do país. Esses indígenas foram para Brasília para lutar contra o PL 490/2007. Infelizmente, esse projeto de lei foi aprovado na comissão de constituição e justiça da câmara dos deputados (CCJ) em 23 junho de 2021, sem ouvir as vozes de nós indígenas. Houve resistência. A argumentação dos advogados indígenas é de que, além de ter o vício da inconstitucionalidade, o PL 490/2007 era um projeto de lei que atingia nossos direitos na Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232. Caso esse PL viesse a ser aprovado nas demais instâncias, plenário da Câmara e no Senado Federal, iria inviabilizar toda e qualquer demarcação de nossas Terras Indígenas. As demarcações passariam a ser feitas por meio de decretos legislativos ou de leis.

Não foi uma luta fácil, porque sabemos que há bancadas conservadoras no congresso nacional que defendem e apoiam a tese do Marco Temporal, com uma postura anti-indígena e genocida. Do outro lado, estávamos nós, indígenas, lutando contra esse PL. Ao mesmo tempo que o Congresso tentava tramitar a aprovação deste PL 490, o Supremo Tribunal Federal (STF) colocou em julgamento, também em 2021, uma ação de reintegração de posse em favor do governo de Santa Catarina de uma área de território ancestral do povo Xokleng (Santa Catarina), fundamentada na tese do Marco Temporal. A aprovação dessa ação teria um efeito sobre todas as demarcações realizadas a partir de 1988, não somente para o povo Xokleng, o que poderia levar à perda de nossos territórios.

É preciso lembrar a todos que nosso direito é originário e que a tese do Marco Temporal, defendida no PL 490/2007 seria mais uma das violações de nossos direitos, ainda mais em um momento de pandemia, em que muitos indígenas foram atingidos por falta de uma política pública de saúde eficaz de combate ao novo coronavírus. Por isso, lutamos, em um movimento no país inteiro, tendo reunido no mês de agosto de 2021 mais de 7000 indígenas no *Levante pela Vida*, em Brasília. Esse movimento foi chamado para acompanhar o julgamento no supremo e protestar contra mais essa retirada de direitos. Tudo isso, em plena pandemia de Covid-19. Em meio a esse Levante, após iniciado o julgamento pelo STF, um ministro pediu vistas e o julgamento foi interrompido. Mas, a pauta da tese jurídica do Marco Temporal continuou em trâmite no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal.

No primeiro semestre de 2023, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 490 que foi enviado para análise e votação no Senado, agora sob o número 2903/2023. Em setembro de 2023, após retomado o julgamento no STF, a partir da décima sessão, ocorrida em 2021, a Tese do Marco Temporal foi derrubada. Os dias 20 e 21 de setembro de 2023 ficarão marcados por uma conquista histórica para os povos indígenas. Após um dos maiores julgamentos da história, o STF derrubou a tese do marco temporal para a demarcação das terras indígenas, por 09 votos a 02. Ou seja, de acordo com o plenário do STF, as demarcações das terras indígenas não podem ser baseadas a partir da data de promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988.

Após a arquivamento da Tese do Marco Temporal, no dia 22 de setembro o Congresso Nacional já se mobilizou para a aprovação de uma nova Proposta de Lei (PL) 2903/2023, tendo sido aprovado pelo Senado no dia 27 de setembro por 43 a favor votos 21 contra. Essa proposta de Lei que ataca os direitos indígenas foi aprovada pelo Senado ao mesmo tempo em que o Supremo Tribunal Federal (STF) fechou posição contrária à tese do chamado “marco temporal”. Por isso, desde então a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e diversos povos e organizações indígenas e da sociedade civil têm solicitado ao Presidente República que vete integralmente o projeto. A mobilização conseguiu que houvesse um veto parcial da Lei 2903/2023, mas quando concluo esta dissertação estamos em uma forte mobilização com deputados e senadores, para manter os vetos parciais do presidente.

Contudo, a simples pauta de votação desse PL fez crescer a violência nos entornos dos territórios, com as lideranças, crianças, mulheres, homens sendo assassinados, nossas florestas sendo destruídas pelos grileiros, madeireiros e mineradores ilegais. Além das ameaças constantes contra nossos territórios, atravessamos uma pandemia sem a devida atenção dos órgãos governamentais, resultando em inúmeras mortes de indígenas. Todos poderem acompanhar pela mídia as situações de pura miséria e desnutrição com muitas mortes, no ano de 2022, do povo Yanomami.

Como veem, somente esses dois exemplos mostram como são constantes as tentativas de acabar com nossos territórios indígenas e com a nossa mãe natureza. Nossa mãe natureza não se vende, não se troca, não se destrói. Nós, povos indígenas, cuidamos dela, porque é dela que temos também nossa cultura, nossa identidade, nossa sobrevivência, nossa espiritualidade e vivência de outros seres.

É importante destacar que lutamos pelos nossos territórios que é muito mais do que lutar por um espaço físico, pois para nós, indígenas, território é vital para todos os seres, sejam para a humanidade, seja para o cosmos. Mas, é necessário antes disso, esclarecer sobre a nomenclatura usada na literatura, quando se refere às terras ou territórios indígenas.

A CF 88 utiliza o termo ‘Terras’, particularmente, nos Art. 231 e 232 que tratam dos direitos dos povos indígenas às suas terras tradicionalmente ocupadas.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7.º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3.º e § 4.º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Já a Convenção 169 da OIT, Art. 13, Inciso 2, também esclarece que

2. A utilização do termo “terras” nos Artigos 15 e 16³ deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Santos Junior (2012, p, 120) ainda afirma que

A posse dos índios de suas terras não se relaciona a uma questão física de mera apreensão de um bem, pois se trata de espaço de sobrevivência cultural e de reprodução de seus modos de vida. Por isso, é mais adequada a expressão “território”, que vai além da ocupação física contida no termo “terras”. (SANTOS JUNIOR, 2012, p.120)

Outros autores não indígenas utilizam o termo território para se referir a uma terra como o espaço delimitado de posse ou propriedade de alguém que envolve uma dimensão política e econômica (FUINI, 2017).

Já na visão de Rogério Haesbaert (2001), um pesquisador não indígena, que se fundamenta nas leituras latino-americanas para falar sobre território e nas ideias de Milton Santos sobre o “valor e uso” do território, defende que território vai muito além do uso, compreende que se estende do valor simbólico. O autor destaca que, do ponto de vista dos referenciais de matrizes eurocêntricas, território visto como uma propriedade jurídica-política e contempla a questão do uso do poder sobre terras delimitadas. A conceituação de território para Haesbaert é diferente dessa de propriedade.

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida. (HAESBAERT, 2001, p. 163)

³ Os artigos 15 e 16 da OIT dizem que 1. Sujeito ao disposto nos próximos parágrafos do presente artigo, os povos interessados não deverão ser retirados das terras que ocupam. 2. Quando a retirada e o reassentamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento. Não sendo possível obter seu consentimento, essa transferência só será realizada após a conclusão dos procedimentos adequados previstos na lei nacional, inclusive após consultas públicas, conforme o caso, nas quais os povos interessados tenham oportunidades de ser efetivamente representados. 3. Sempre que possível, esses povos terão o direito de retornar às suas terras tradicionais tão logo deixem de existir as razões que fundamentaram sua transferência. 4. Quando esse retorno não for possível, como definido em acordo ou, na falta de um acordo, por meio de procedimentos adequados, esses povos deverão receber, sempre que possível, terras de qualidade e situação jurídica pelo menos iguais às das terras que ocupavam anteriormente e que possam satisfazer suas necessidades presentes e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados manifestarem preferência por receber uma indenização em dinheiro ou espécie, essa indenização deverá ser adequadamente garantida.

Haesbert (2001) conclui sobre três abordagens para território, a partir de uma perspectiva latino-americana. A primeira, concebida em estudos de matrizes eurocêntricas, propõe o território como o conceito geográfico mais pertinente para analisar as relações espaço-poder. A segunda, formulada a partir de uma perspectiva de gênero, enfatiza o território relacionado à escala primordial do corpo, o “corpo-território”, proveniente principalmente de proposições de pesquisadoras feministas (ou ecofeministas) e do movimento indígena, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito (corporificado) de resistência. A terceira, proveniente de trabalhos de antropólogos em comunidades afrodescendentes, por exemplo, os “palenques” da região do Pacífico colombiano, amplia de tal forma a concepção de território que faz dele quase sinônimo de espaço de vida, humano e não-humano. O autor faz a ressalva de que os recentes estudos eurocêtricos já discutem a ideia de território como existência humana.

Buscando concepções de autores indígenas, destaco o trabalho de três parentes. A concepção do parente Gersem Baniwa, para quem território “é a condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se envolvem todas as formas de vida.” (LUCIANO, 2006, p. 101). Também da parenta Célia Xakriabá (2018, p. 8) que defende que “a terra é território e não somente terreno. É sagrada, é luta, é barro do pó que se resume também em um só”. E também de Júlio Karaí, um parente Guarani, que diz que “território é aquela, a nossa mata, o nosso rio, os nossos animais que tão aí na mata e por onde a gente se localiza, né! Por onde a gente faz nossas atividades, faz nossas roças, faz nossa pesca, esse é o nosso território né.” (16 de novembro 2021, Documentário, Fórum de Comunidades Tradicionais e da Comissão Guarani Yvyrupa).

Eu me identifico com os entendimentos dos parentes Gersem, Célia e Julio Karaí, pois os reconheço nas histórias de conhecimentos contadas por nossos mais velhos Pataxó. Eles nos ensinaram que território é a nossa existência de vida, dos indígenas, da natureza e dos seres espirituais dentro desse território. Nele vivemos nossas crenças, nossas tradições, nossas histórias de uma forma coletiva, individual e ancestral.

A liderança Juliana Pataxó, uma mestra das ervas medicinais da minha aldeia Boca da Mata, reforça essa forte relação da nossa existência com o território. Durante uma Roda

de Conversa para os alunos na escola que faz parte do material da pesquisa de campo, ela disse

neste território Pataxó que lutamos constantemente é onde se encontra a nossa ancestralidade, a nossa espiritualidade, é onde encontramos os saberes dos matos para nos curar e por isso temos que continuar lutando pela autodemarcação do nosso território. (JULIANA, 14/06/2022, vídeo).

Nas visões trazidas aqui, para nós, indígenas Pataxó, muito mais do que nos ater às nomenclaturas, nos importa saber que território é nossa existência, é a nossa luta. Essa é a palavra que usamos na minha aldeia Boca da Mata, **território**.

Portanto, uso a palavra “território” neste trabalho, que é escrito por uma indígena Pataxó, é uma palavra que carrega o significado da necessidade de descrever a luta contínua do meu povo pela existência, pela necessidade de estar em um lugar sagrado, tradicionalmente habitado. Nossa luta enfrenta historicamente os processos de desterritorialização pelo estado que trouxeram a redução de nossas terras. Esses processos são marcados por parentes violentados, estuprados e escravizados. Havia e ainda há muitos massacres de indígenas, fruto de conflitos entre indígenas e latifundiários. Tudo isso, para concretizar a ocupação não indígena em nosso território para a produção agrícola que predomina o poder político capitalista.

2.1 O direito à autodeterminação de um povo

Em 13 de setembro de 2007, a assembleia Nações Unidas (ONU, 2007) aprovou a carta referente aos direitos dos povos indígenas, nomeada como Declaração dos direitos dos povos indígenas. Após muitos anos de luta e resistência, nossas reivindicações atuais chegaram ao cenário internacional, com a expectativa de termos uma melhoria em nossas relações com os Estados nacionais. A presente declaração aponta alguns princípios que regem essa instituição e garante direitos relativos à igualdade em relação aos demais povos; a serem consultados e dar o consentimento livre e esclarecido; a manter sua cultura; a se comunicar em sua própria língua; à autodeterminação dos povos indígenas.

O direito à autodeterminação diz respeito à liberdade de decidir sobre sua condição política, desenvolvimento econômico, social e cultural. O artigo 4º desta declaração é bem claro, quando prevê:

Art. 4º.: os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm sua autonomia ou autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais,

assim como dispõem dos meios para financiar suas funções autônomas. (ONU, 2007, p.7).

Nessa perspectiva, entendo que o termo autodeterminação tem um significado mais amplo que o termo autodemarcação. O diário oficial da república se refere a autodemarcação como tudo que diz respeito à capacidade de os povos estabelecerem e reger seus territórios, por meio de suas vivências física e cultural, enquanto o direito à autodeterminação dos povos indígenas se refere ao fato de que

os povos indígenas têm o direito de determinar livremente seu status político e perseguir livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, incluindo sistemas próprios de educação, saúde, financiamento e resolução de conflitos, entre outros. (MATIAS; YAMADA, 2010, ISA)

Portanto, neste trabalho, utilizo a palavra autodeterminação para nomear os movimentos de retomada para ampliação do território Barra Velha e outros movimentos de busca de autonomia, dentre eles, aquele que consolida um projeto de educação escolar indígena intercultural e diferenciado em minha aldeia.

Assim, nesta pesquisa, quando falamos de autodeterminação da escola Pataxó, nos apoiamos na declaração dos direitos dos povos indígenas (ONU), que reconhece o direito à autodeterminação dos povos,

Reconhecendo a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e de sua concepção da vida, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos, Reconhecendo também a necessidade urgente de respeitar e promover os direitos dos povos indígenas afirmados em tratados, acordos e outros arranjos construtivos com os Estados, Celebrando o fato de os povos indígenas estarem organizando-se para promover seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural, e para pôr fim a todas as formas de discriminação e de opressão, onde quer que ocorram. (DECLARAÇÃO. 2007, p.3 2007)

A exemplo de outros povos, a escola chegou em nossa aldeia como um projeto de colonização dos povos indígenas, mas no decorrer do tempo, nossos anciãos transformaram essa arma colonizadora em um ‘arco e flecha’ para desconstruir o modelo

assimilacionista⁴ e integrador e lutar a nosso favor contra todos os retrocessos aos direitos dos povos indígenas.

Portanto, sabemos que processos educacionais escolares indígenas não são processos simples. Vivemos recorrentes retrocessos contra nós, povos indígenas, que reafirmam as marcas do severo processo de colonização pelo estado, não deixando de fora as marcas das colonialidades (QUIJANO, 2005) que perpassam a construção do Estado-nação.

Isto quer dizer que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, seja em menor medida como no caso estadunidense ou de modo decisivo como na América Latina. O grau atual de limitação depende, como foi demonstrado, da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais. (QUIJANO, 2005, p.137)

Diante das ideias de Quijano (2005), a colonialidade do poder, mesmo com o fim da colonização europeia no Brasil, ainda opera, a exemplo do que vivemos nos processos de autodemarcação dos territórios ancestrais e nas imposições das políticas educacionais às escolas indígenas.

No enfrentamento das colonialidade do poder do Estado que operam na educação escolar indígena, lutamos por políticas educacionais do Estado que reconheçam nos processos históricos de territorialização, não nos acorrentando aos sistemas de ensino dentro das unidades federadas. Segundo Luciano (2010),

na vida cotidiana dos povos indígenas no âmbito da educação escolar, as fronteiras impostas e representadas por meio dos diferentes e diversificados sistemas de ensino (municipais, estados e União) significam quase sempre segregação, discriminação, desigualdade e fragmentação de direitos. (LUCIANO, 2010, p.8)

É importante ressaltar que para a nós, indígenas, a escola tem de fortalecer a vida coletiva e para isso precisa considerar nossos próprios processos pedagógicos e organização etnopolítica que tem uma relação estreita com nossos territórios. Nesse sentido, os processos pedagógicos na escola indígena são sucessivos processos de autodeterminação do povo indígena.

⁴ Os modelos de educação assimilacionistas e integradores são pensados como assimilação cultural estiveram presentes nas políticas educacionais, principalmente antes da Constituição de 1988. O objetivo dessa política educacional é eliminar as diferenças culturais entre a educação indígena e a ocidental dominante, na perspectiva de aculturação dos povos indígenas à sociedade capitalista e ocidental.

Essa ideia é fortalecida quando lemos o estudo de Ana Souza (2001), uma não indígena que fez uma dissertação intitulada “Escola e Reafirmação Étnica: o caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia”, uma etnografia realizada por ela na escola indígena Pataxó, na aldeia mãe Barra Velha. Neste trabalho, a autora argumenta que a construção dos processos educativos escolares conta com a presença de lideranças e outros membros da comunidade na escola, e esta participa da comunidade. Nessa construção coletiva

Prevalece o sentimento da utilidade social do trabalho individual despendido em função da escola e da construção do bem-estar coletivo. Assim, os professores, estudantes, líderes e mais velhos trabalham em prol de imprimir novo valor à presença histórica do grupo, garantindo-lhe efetiva contribuição para a autodeterminação do processo escolar. (SOUZA, 2001, p. 55)

Na visão da autora, a partir do momento que os indígenas Pataxó de Barra Velha passaram a atuar na escola como professores, eles trabalham como promotores do resgate étnico, ressaltando a capacidade de autodeterminação dos povos indígenas também no campo educativo. Ou seja, determinar com autonomia seus sistemas próprios de educação.

Em nome dessa autonomia das escolas indígenas têm-se desencadeado novos processos de ordem pedagógica, como o da “produção de novas lideranças”, da qual é exemplar o caso dos jovens professores índios. (SOUZA, 2001, p.28)

A exemplo de Barra Velha, neste trabalho, veremos que na escola indígena de Boca da Mata todos, professores, alunos, lideranças e anciãos, trabalham em prol de um coletivo, reafirmando sua identidade, valorizando e fortalecendo suas lutas, segundo critérios internos e negociando/enfrentando imposições do sistema educacional externo.

Nessa perspectiva, nossa argumentação nesta dissertação é em defesa de uma proposta de escola indígena em Boca da Mata que fortalece processo de autodeterminação do povo Pataxó no campo educativo.

2.2 O Povo Pataxó

O meu povo Pataxó luta e resiste desde 1500 nas costas litorâneas do extremo sul do estado da Bahia. Hoje estamos espalhados em vários lugares, sendo que muitos estão concentrados na região central de Minas Gerais. O povo Pataxó pertence ao tronco macro-jê e a família linguística Maxakali, com uma população de 13.588 pessoas. Vive numa região desde a faixa litorânea e interior do extremo sul do estado da Bahia, em diversos Territórios Indígenas (TI), nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Itamaraju (PONÇADA, 2018). Nós, do povo Pataxó, sempre vivemos no litoral do extremo sul da Bahia, tendo seu território entre as montanhas mais próximas do litoral.

Como contam os mais velhos, essas são as balizas do território Pataxó, onde vivíamos livremente.

O meio de subsistência era retirado dos próprios territórios, pois meu povo era nômade. Os nossos ancestrais migravam entre os seus territórios, mas havia um ponto principal, um local sagrado, que era considerado e conhecido pelos Pataxó, daquela época, como Bom Jardim, atualmente onde está a aldeia Mãe - Barra Velha. Este era um ponto de encontro com outros povos como, por exemplo, os Maxakalí, que hoje habitam em Minas Gerais. É possível considerar que o território que os Pataxó habitam hoje sempre foi objeto de confronto e de lutas travadas com os não indígenas desde o tempo colonial.

Desde a invasão europeia, no século XVI, sofremos vários tipos de violências e tentativas de apagamento de nossa cultura. A costa do litoral do extremo sul do estado da Bahia é, para nós, um território sagrado, porém, essas terras sempre foram desejadas pelos senhores coloniais por serem terras ricas e férteis. Mais recentemente, nas décadas de 1960 a 1980, nós passamos por mais um período de opressão e genocídio, vítimas de uma sangrenta ditadura militar, a exemplo de outros povos. Como mostra o parente Gersem Baniwa (LUCIANO, 2019; p. 31), na década de 70, havia no Brasil, entre 70 e 110 mil indígenas aldeados, porém, os governos ditatoriais exterminaram muitos de nossos parentes indígenas⁵.

A luta por uma terra indígena demarcada, iniciou-se, a partir de 1940, com o estudo para se criar um parque nacional, conhecido hoje como Parque Nacional do Monte Pascoal. Os mais velhos contam que os representantes do estado designados para fazer esses estudos manipularam os Pataxó e, em 1961, demarcaram por meio do Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961 o Parque Nacional do Monte Pascoal, uma área com 22 331,91 hectares. Com a demarcação do território para o parque nacional, os Pataxó sofreram, pois foram retirados de lá e não podiam voltar nem para caçar, pescar, retirar matéria prima da mata, fazer seus plantios e suas colheitas e retirar suas ervas medicinais. Essas são histórias contadas pelos anciãos que chegaram a confrontar os guardas e foram violentados pelos guardas florestais do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal – IBDF.

⁵ Para aprofundamento sobre a violência e os crimes cometidos contra os indígenas no período da ditadura militar, acesse o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014 (CNV, 2014). <http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 30 agosto 2021

Para nós, indígenas Pataxó, não conhecemos o Parque do descobrimento e sim o Parque da “invasão”. Nós nunca fomos consultados sobre o nome do Parque, não respeitaram a nossa história, a história do TI dos Pataxó e criaram o que os não indígenas chamam de Parque de preservação ambiental dentro dos nossos territórios. Portanto, esse ‘Parque’ que passou a ocupar uma área da floresta do território ancestral Pataxó nos impede de praticar nossa cultura plenamente: a caça, pesca, retirada de materiais para fazer os adereços e rituais.

Como afirma a parente Pataxó Iraia Guedes (2017), em seu trabalho de TCC do Fiei, intitulado “Pataxó quer o seu território de volta: o Parque Nacional do Monte Pascoal como unidade de conservação é terra indígena”,

(...) os Pataxó que usavam os recursos naturais e partes do território para fazer suas roças da qual tirava seu sustento para sobreviver, agora estavam proibidos de continuar exercendo essas atividades, pois a área passou a ser do PNMP, entra em choque com os guardas do IBDF e mais tarde, com as administrações do Ibama regional. (GUEDES, 2017, p. 27)

As violências contra os Pataxó impedindo o nosso direito de circular livremente em seu território ancestral são também reclamadas pela liderança e diretor da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata, durante a entrevista que fiz com ele.

Boa Tarde, eu me chamo Jovino. Irei falar um pouco sobre...é algumas violências que passamos no território depois que foi demarcado o território Barra Velha. É, 8.600 hectares que foi demarcados, né? do território Barra Velha. Como tinha criado o Parque no território Barra Velha, tinha os guardas que tomava conta, faziam a segurança aqui do Parque. Na época chamava IBDF. Havia uma turma de guardas que fazia fiscalização desse Parque. E esses guardas, na verdade, impediam que os índios que aqui já habitavam, moravam aqui neste território, eles impediam que os Índios circulassem por esses territórios. Aqui [Aldeia Boca da Mata], o pessoal fazia suas roças para plantar seus alimentos e tudo isso era impedido por esses guardas do (IBDF), né? Teve época que os próprios parentes chegaram a entrar em conflito, né, mesmo com ‘porrada’ com os guardas para que eles pudessem deixar os parentes em paz. O senhor Firme mesmo chegou a brigar com o guarda com o nome Ciquara e andou batendo nele. Os parentes juntaram todo mundo, e colocaram pra correr os guardas, com isso eles puderam fazer suas roças em paz. E também tiravam do Parque qualquer outro tipo de trabalho, aqui do território, né. Até mesmo tirar piaçava, caçar, pescar para a sobrevivência de nossas famílias, então tudo isso, nós, era proibido de fazer. Era uma época muito difícil, chegou época que nós, índios, perceberam que tudo estava ficando difícil para trabalhar e sustentar nossas famílias. (Jovino, Diretor da Escola, Entrevista, 19 de abril de 2022)

Antes mesmo da criação do Parque, já havia muitas marcas do processo de colonização e perseguição que ocorreu contra meu povo. Os mais velhos contam histórias sobre o Fogo de 51. Em 1951, meu povo Pataxó passou por um momento de extermínio, sofremos e perdemos muitos de nossos parentes. Nesse ano, fomos atacados dentro da aldeia Mãe

por soldados a tiros, muitos indígenas foram mortos e violentados, suas casas foram queimadas, seus animais de criação mortos e suas plantações destruídas. Os indígenas que conseguiram fugir, se refugiaram na mata por longos dias. No período que estavam na mata, para se alimentarem, caçavam e comiam as carnes cruas, porque não podiam fazer fogo, devido a perseguição dos soldados. Dias se passaram e os soldados foram embora, e com isso alguns indígenas voltaram para sua aldeia para reconstruir suas vidas; outros fugiram, migrando para a cidade e para outros estados.

A minha vó Noêmia Braz conta que se escondeu sozinha dentro de um oco de pau na mata e quando tudo ficou um pouco calmo, ela procurou ajuda e teve um casal de não indígenas que a escondeu debaixo da cama para os policiais não a matarem. Depois desse ataque, os Pataxó ficaram amedrontados em praticar sua cultura e passaram a não praticar mais seus costumes, rituais, festejos, não se comunicavam mais na língua materna entre si.

Como por muitos anos o povo Pataxó foi oprimido e não podia praticar mais seus costumes, suas crenças, sua língua, sua dança, seus cantos, eles guardavam para si e reproduziam alguns de seus traços nos artesanatos Pataxó. Os rituais também deixaram de ser praticados devido a opressão que sofreram. Mas, mesmo após o fogo de 51, o povo Pataxó continuou resistindo e lutando pelo seu território.

Na década de 80, nós, povos indígenas, nos articulamos nacionalmente em um forte movimento indígena, juntamente com algumas instituições que apoiaram a luta pela vida e a resistência contra o extermínio de nossa cultura, contra as tentativas de apagamento da diversidade cultural dos povos originários. Com o apoio dessas instituições, nós, indígenas, avançamos em relação a conquista por nosso TI. Em compensação à criação do Parque, na década de 80, o estado reservou cerca de 8.627 hectares, na demarcação do TI Barra Velha, entre os municípios de Itamaraju, Porto Seguro e Prado no Estado da Bahia. Mas, já final dos anos 90, o povo Pataxó percebeu que a delimitação feita à época, não estaria conforme o uso do território tradicionalmente ocupado, e sentiu a necessidade de continuar lutando pela ampliação do TI Barra Velha do Monte Pascoal. Afinal, de acordo com estudos de alguns pesquisadores, um deles o estudo de Maria do Rosário Carvalho, a área equivalente à ocupação dos Pataxó é de 52.748 hectares (CARVALHO, 2009).

E é em busca da ampliação do território que, no dia 09 de maio 2023, estávamos, eu e a antropóloga Ana⁶, conversando com uma anciã na minha aldeia, conhecida como Dona Conceição, que contou para nós, sua vivência pelo território Barra Velha, antes do estudo para a demarcação do Território. A princípio iríamos comprar o rapé medicinal, mas a conversa fluiu e dona Conceição começou a contar e recordar suas memórias de criança, onde seus pais moravam: “lembro como hoje, papai morava perto da BR onde passa o marco verdadeiro que demarca nossas terras, foram feitos de cimento, pode ir lá, ele vai tá lá. Lembro quando começaram a fazer a pista de cimento, era criança, tinha uma ponte de madeira e morava perto de lá. Depois papai mudou, com a criação da BR, mudamo”.

Essa é uma história contada pela anciã da minha aldeia Boca da Mata, recordando a sofrida luta pela sobrevivência no TI Pataxó. A ocupação dos não indígenas que chegaram para construção e finalização da BR 101, entre 1960 e 1973, fez com que algumas famílias Pataxó que viviam livremente pelo TI, se deslocassem para dentro do território, a exemplo do que contou a anciã. Muitas situações como essa aconteceram, combinando invasões de nossas terras por não indígenas e expulsão dos indígenas que fugiam das violências sofridas, em nome do progresso.

Figura 1- Mapa TI Barra Velha

⁶ Anna kurowicka antropóloga, possui doutorado em Estudos Avançados em Antropologia Social pela Universidade de Barcelona, Espanha. Realizou pesquisas na Polônia (folclore e antropologia urbana), na Espanha (imigração) e no Brasil (comunidades negras rurais e quilombolas). Atualmente participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Etnicidade (NEPE) da Universidade Federal do Pernambuco. Conhecia Anna na aldeia Boca da Mata, estava acompanhada com minha Tia, a visita dela a aldeia foi para apresentar um projeto tecnológico que havia conseguido no exterior, o objetivo deste projeto era poder ajudar o povo pataxó em estudos e também a vigilância devida neste período estamos em ameaças.



Fonte: Tiago Miotto/CIMI, 2022.

Este é o mapa da Terra Indígena Barra Velha. Na figura, a área em verde é a ampliação do TI Barra Velha do Monte Pascoal (identificada), a área em laranja com é o TI Barra Velha (regularizado).

2.3 Aldeia Boca da Mata

A aldeia Boca da Mata surgiu 28 anos depois do massacre de 1951, isto é, começou em 1979. Considerada a segunda aldeia fundada pelos Pataxó, está localizada na Terra Indígena Barra Velha, município de Porto Seguro, Bahia. Quando se iniciou, possuía poucas famílias. A primeira família a morar em Boca da Mata foi a família BRAZ, tendo como líderes Tiburço por nome (Alfredo) e seu sobrinho Josafá Braz, isto antes mesmo da demarcação do TI Barra Velha. Após a demarcação, vieram outros da família BRAZ e outras famílias, sendo: FERREIRA, líder conhecido como Firme; família FARIAS, o líder era o Senhor Leomiro e a família CONCEIÇÃO, o líder era Manoel Santana. Assim, a aldeia foi se construindo e juntos lutaram para ir em busca de apoio aos órgãos competentes. O senhor Josafá Braz contou a história da criação da aldeia em uma roda de conversa com alunos do 3º ano (EM), organizada pelo professor Emanuel Almeida, ocorrida em 11 de maio de 2023.

Quando chegaram para Boca da Mata, Josafá, a esposa Maria José e a filha Maria D'Ajuda, ainda bebê, seu pai de criação, Alfredo, mais conhecido como (Tibúrcio), sua mãe Francisca, os irmãos pequenos Manoel (Vaquero), Domingos (Gote) e Maria, Marina lva era a mais velha entre os irmãos. O líder Josafá falou assim: “então, cobramos escolas, cobramos estradas, cobramos transportes e tudo que temos hoje, tem pouco, mas

tem. Mas foi tudo luta da gente, nós cobramos juntos e hoje estamos desse jeito. O quanto que as famílias cresceram.”. (Anotações dos alunos do 3º ano, Roda de Conversa em 11 de abril 2023).

O meio de subsistência das famílias que se instalaram em Boca da Mata, no período da década de 74 a 94, concebia-se por meio da agricultura familiar, caça, pesca e a temporada do extrativismo de piaçava. E assim, era a rotina na aldeia: as atividades das mulheres era cuidar da casa e ajudar o marido na roça, os filhos-homens acompanhavam seus pais nas roças e as meninas ajudavam suas mães em casa e na colheita e cultivo das roças. Nesse tempo, não tinha escola e nem outro trabalho na aldeia.

Entre os anos de 1978 e 1990, sempre na estação do verão, algumas famílias saíam de nossa aldeia para a aldeia Mãe Barra Velha. Uma dessas famílias era da minha avó paterna, Maria Antônia Braz, que passava o período do verão em Barra Velha produzindo artesanato para vender aos turistas do distrito Caraiva, localizado a aproximadamente seis quilômetros da aldeia Mãe Barra Velha. Esse era o meio de ganhar dinheiro, o “*kainhambá*” - para comprar outras coisas como, tecidos para fazer roupas.

Muito tempo se passou e, em 2023, a aldeia Boca da Mata tem, aproximadamente, 330 famílias com uma população de 700 pessoas, de acordo com o levantamento do cacique Renato Farias. O principal meio de subsistência destas famílias hoje é a agricultura familiar, a produção de artesanato de fibras, de sementes e de madeira. Também há uma entrada de renda dos salários dos servidores públicos da educação e saúde, famílias que trabalham na cooperativa de reflorestamento da aldeia “COOPLANJÉ⁷” e indígenas que trabalham de forma remunerada nas fazendas agrícolas próximas à aldeia. Entretanto, hoje não é como no século passado, a rotina na aldeia mudou totalmente, pois as crianças e jovens que não estão acompanhando seus pais nos trabalhos, elas vão para a escola.

Em nossa comunidade temos uma organização social e política interna, que se reuni no centro comunitário da aldeia, onde os membros são indicados pela comunidade. Indica-

⁷ A Cooplanje - Cooperativa de Trabalho de Florestamento e Reflorestamento da Aldeia Pataxó Boca da Mata está há 10 anos no mercado. Esta Cooperativa fica situada em Porto Seguro. Sua data de fundação foi em 08/03/2013 sendo uma das mais antigas do ramo de Conservação de florestas nativas. A cooperativa foi um sonho do Pajé Emanuel Santana em reflorestar as áreas degradadas do TI Barra Velha, o sonho se tornou realidade e hoje é administrada pelo seu filho Mathias Santana e outros membros da aldeia Boca da Mata.

se um cacique e doze lideranças. Tais pessoas são direcionadas para lutar pelas demandas da saúde, educação, infraestrutura, território e sustentabilidade da nossa comunidade. Temos um centro de rituais, local onde praticam-se os rituais sagrados, uma vez por semana.

Com toda essa organização interna, foi possível conquistarmos o que atualmente temos: posto de saúde que recebe a equipe médica uma vez por semana e uma escola que funciona com creche (0 a 3 anos), educação infantil (4 e 5 anos), Ensino Fundamental e Ensino Médio. Também temos uma parceria com a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que nos oferece a Universidade Para Todos (UPT) que é um curso preparatório que tem como objetivo preparar nossos alunos indígenas para vestibulares e ENEM.

Temos assistido o crescimento contínuo das comunidades no TI Pataxó Barra Velha, que pode ser comprovado com os dados dos censos de 2010 que registrou 2989 pessoas e o de 2022 acusou 3864 pessoas. Esse aumento da população já justifica a necessidade de ampliação do TI Barra Velha, o que nos leva a realizar movimento de autodemarcação da TI. Na comunidade de Boca da Mata, onde vivo, os parentes se sentem encurralados entre o Parque Nacional do Monte Pascoal e as fazendas dos latifúndios. Não temos espaço suficiente para as nossas famílias plantarem e assim praticarem sua cultura.

Temos também uma outra preocupação que é com o território que está de posse de fazendeiros que utilizam a terra para um agronegócio que não pensa nas gerações futuras. Preocupamos, porque diante com esse modelo de produção, o solo e os rios estão morrendo na região, pois ficam degradados com as plantações de eucalipto, pastos e lavouras que exigem certos usos de agrotóxicos que afetam a fauna e flora.

2.4 O movimento de Retomadas na TI Ancestral Pataxó Barra Velha

Sem território não temos vida, não temos escola, não temos saúde, fico aqui sem dormir à noite, na vigilância com os parentes, precisamos retomar o que é nosso, nosso território sagrado. Agora, jovens, a luta também está em vocês. (Diário trioká'irá hũ Suyhê. Cacique Alfredo Santana, Roda de Conversa, 16 de setembro de 2022)

Retomando a fala da liderança Alfredo Santana na Roda de Conversa, vimos a necessidade constante de ensinar para os jovens, desde muito cedo, a lutar pelo território. A contar das primeiras ações dos colonizadores, vivemos conflitos violentos e sangrentos em nossos territórios vítimas de um ordenamento territorial que favorece o não indígena

por parte do estado. Justifica-se esses processos pela necessidade de construção de cidades, exploração de recursos naturais, construção de hidrelétricas, plantações agrícolas que levam ao modelo de desenvolvimento capitalista. Em consequência, nos últimos séculos, as comunidades indígenas foram reordenadas em outros territórios ou tiveram seus territórios ancestrais reduzidos, como aconteceu com o território do meu povo Pataxó.

Como já contamos, o território ancestral Pataxó foi reduzido com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, redução esta agravada com a tomada de terras para plantações agrícolas dos latifundiários⁸. Mesmo após a conquista da Constituição Federal de 1988, com os dispositivos promulgados aos direitos dos povos indígenas que asseguram o nosso direito de viver em nossos territórios tradicionais, atribuindo ao estado o dever de demarcá-las, isto não vem acontecendo naturalmente. É importante trazer o Art. 67, CF 88 que diz que “A união concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da constituição”.

Devido aos desmontes inconstitucionais aos nossos direitos, não temos todo o nosso TI ancestral demarcado. Por isso, o meu povo Pataxó está frequentemente lutando para ampliação do território Barra Velha, em movimento de autodemarcação que chamamos de *retomada*. Mas, nem sempre foi assim.

Antes da invasão dos europeus, nossos ancestrais viviam livremente em seus territórios Pataxó, não existia fronteiras delimitadas, mas o processo de colonização trouxe ambição do poder político sobre os territórios indígenas. Os povos originários foram encurralados em seus territórios, sendo escravizados, manipulados e até mesmo extintos. Séculos se passaram sob esse severo processo de colonização e tutela de poder sobre nós, indígenas. A partir da década de 70, passamos a lutar pelo nosso direito de viver em nossos territórios. Com a conquista da constituição Federal de 1988, a luta indígena pelos seus territórios sagrados se intensificou, a exemplo do que vem ocorrendo com os movimentos de autodemarcação para ampliação do Território Barra Velha.

Após tantos anos de luta e resistência dos povos indígenas, nós continuamos enfrentando, cotidianamente, com invasões em nossas terras. Não paramos de lutar e, para tanto, todo

⁸ Para mais informações sobre os processos de territorialização não indígenas em terras indígenas, acesse Sepúlveda; Arruzzo, & Guerra, 2021. <https://journals.openedition.org/confins/43265>).

ano, as delegações dos povos indígenas do sul e extremo sul da Bahia iniciam as agendas de reuniões em Brasília, ainda que a conjuntura política dos últimos anos não tem nos favorecidos. Lembro que, em 2020, a delegação Pataxó chegou a ir à Brasília no mês de fevereiro, trazendo, a princípio, notícias boas sobre a ampliação da demarcação de nosso território. Infelizmente, não avançamos, porque o vírus da Covid-19 já se encontrava no país e, por um período, o movimento indígena ficou estacionado nessa pauta.

Durante todo esse tempo, os povos indígenas, incluído meu povo Pataxó, lutaram sem descanso, com rituais, mobilização nas BRs, movimento dos povos indígenas em Brasília, a fim de ter uma proteção de serviço de saúde no combate ao novo coronavírus e para impedir a aprovação de leis que começaram a tramitar no congresso nacional, uma delas a que estabelecia o Marco Temporal, que já discutimos no capítulo que antecede este. Se derrubada da tese do Marco Temporal, em setembro de 2023, por um lado mostrou a união, a força física e espiritual de todos os povos originários do Brasil, de outro, alertamos de que não podemos descansar, pois, imediatamente, novas leis anti-indígenas entraram em discussão. Continuamos com nossas lutas, enfrentando nossos projetos legislativos para mudar a CF 88 com nossos processos de autodemarcação territorial. Enfim, não temos um minuto de paz, a luta é contínua.

Nos últimos anos vimos crescer os atos de inconstitucionalidades, trazendo muita violência e muitos retrocessos aos nossos direitos, o que intensificou os movimentos de autodemarcação das terras Pataxó. Não sem motivo, em junho de 2022, iniciamos a autodemarcação de mais uma parte do TI Barra Velha.

O fato é que se passaram várias décadas e não se concluiu o processo de ampliação do território Pataxó, TI Barra Velha. Neste ano, enquanto desenvolvo esta pesquisa, tivemos pequenas conquistas do TI Barra Velha, como a redução da violência, permitindo a permanência nos locais de retomada, além da anulação da PL 490. Com a nova conjuntura política do estado, tomaram posse em 2023, duas deputadas federais na Câmara dos Deputados, foi criado o Ministério dos Povos Indígenas com nomeação de uma ministra indígena. Também estamos vendo uma reestruturação da FUNAI que agora tem uma indígena na presidência. Outras esferas da política nacional, estadual e municipal estão sendo administrados por indígenas. A política é um fator importante para a

articulação da defesa dos nossos direitos, o que apostamos para construir o diálogo com o estado.

Essa luta atravessa minha pesquisa de mestrado e passo a me questionar: Quem somos nós, nessa luta? Quando ingressei no mestrado, em 2021, minha proposta de pesquisa era analisar como os saberes tradicionais do povo Pataxó são silenciados, invisibilizados ou ressignificados nas práticas escolares na aldeia Pataxó de Boca da Mata. No entanto, como uma jovem do movimento indígena e professora da escola de Boca da Mata, participando da luta pelo território por retomada, não pude deixar de refletir sobre a convocação da liderança Alfredo, na Roda de Conversa: **“Agora, jovens, a luta também está em vocês”**.

3. A luta por uma escola indígena intercultural e diferenciada Pataxó na aldeia Boca da Mata

Desde a entrada dos indígenas nas universidades, fazendo formação, principalmente para os professores, nossa escola vem se transformando a cada dia, com grande atuação das lideranças e professores indígenas. Entendo hoje que a escola que chegou em nossa aldeia, na década de 80, tinha uma visão colonizadora, não tinha alma indígena e privilegiava somente os ensinamentos ocidentais. De certo modo, esse tipo de ensinamento leva a uma dominação do povo e desvalorização dos conhecimentos da cultura, o que pode levar a um esquecimento sobre o que é ser indígena.

Por isso, penso que a educação que chegou naquela década era uma educação colonizadora, na perspectiva do parente Gersem Baniwa (LUCIANO, 2019). O parente reconhece que a proposta de escola indígena intercultural está contribuindo para transformar a escola tradicional para índios - totalmente colonial, negadora de culturas, saberes de culturas, saberes e línguas - em escolas com forte protagonismo indígena e com currículos menos eurocêntricos. Uma escola dinâmica e em movimento, portanto uma escola praticando a cultura do diálogo, da complementariedade e da dialética intercultural. Dialética intercultural, para ele, significa que as distintas culturas, os distintos saberes e as distintas cosmovisões presentes, envolvidas e acionados pela escola estão em constante movimento circular, interativo e de conexões intermundos, sem arrogância vertical e hegemônica da ciência ocidental colonizadora. (LUCIANO, 2019, p.62).

3.1 A Educação Escolar Indígena na aldeia Pataxó Boca da Mata

A gente, antes, chegava na escola, nos ia pegar lenha pra fazer a merenda e pegar a água, ai minha mãe era a merendeira, vamo dizer assim, voluntaria, por que não tinha contrato pra ela também, nos também não era contratado ainda. Ai nos juntava os alunos, primeiro os meninos ia pegar lenha e as meninas pegar água, ai quando acabava com esse processo, nos colocava na casa da mulher que ia preparar, pra depois ir pra sala. Depois de quase uma a duas horas, ai nos aplicava a atividade pra os alunos, com boa vontade, eles eram bons alunos, porque, além deles querer estudar, eles também queria ajudar em tudo que podia e tudo que seria possível pra que a educação da escola Boca da Mata fosse a frente.” (...) “então, depois que comecei mais Maria da Silva, naquela época, tudo mudou, a participação dos alunos na reunião era importante, ai nos parávamos a aula para ir pro mutirão das roças, parava aula por que de reunião parava a aula, parava aula porque o professor tinha que ir buscar merenda em Barra Velha, quem era os alunos que ia busca? era os mais velhos, os maiores da 3a série a 4ª série, que seria Reinaldo ou conhecido como Vêi, Sebastião que

é da Cassiana, Tiúba, eles que ajudava nesse processo. (COORDENADORA Juliana, Roda de Conversa, 11 de abril 2022)

A educação escolar chegou para aldeia Boca da Mata em 1982, graças a luta das lideranças que sentiram a necessidade de uma escola para valorizar e fortalecer a luta pelo território. Os mais velhos contavam que teríamos de aprender os conhecimentos dos ‘brancos’ para poder lutar com eles e assim conquistar nossos direitos. Diante desta demanda, a comunidade reivindicou ao órgão competente daquela época, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma escola dentro da aldeia.

Então, a partir de 1982, criou-se a primeira escola, construída pela própria comunidade de Boca da Mata, com patrocínio da Funai que contratava os professores não indígenas. A escola era feita de taipa, o chão de cimento e telha de Eternit⁹. Eram 04 cômodos, uma sala, um quarto, uma secretaria e um banheiro. As turmas eram multisseriadas, as aulas funcionavam pela manhã, à tarde e à noite. Após a criação da escola, as atividades comunitárias eram também nesse lugar e vice-versa: As festas tradicionais, cerimônias, reuniões comunitárias, campanha de vacinas, tudo era realizada no espaço da escola. Da mesma forma, aulas, trabalho de campo, rodas de conversa envolviam a comunidade, além dos professores. O diretor Jovino Ponçada detalha essa história.

As lideranças se mobilizaram diante da própria FUNAI, né, e na prefeitura, é. Mas, o acesso era tão difícil também que ao mesmo tempo a gente percebia que não tinha condições nenhuma de tá construindo uma escola naquele momento, aqui em Boca Da Mata. Aí, a comunidade percebendo essa dificuldade, toda junto com as lideranças, combinaram com a Funai, que ela desse a cobertura e o cimento para dar o piso em uma escola que a comunidade construiu de taipa para que seus filhos pudessem estar estudando. Isto foi por volta de 82, então foi construída essa escola com uma sala de aula, uma secretaria pequena e cozinha e quarto para professor dormir. Então, essa escola foi construída pela comunidade. A comunidade se reuniu e ela foi feita de taipa, a comunidade se mobilizou, embarream, cobriram, fizeram a cobertura e deram o piso na sala de aula, usando o cimento que a FUNAI acabou dando. Então só aí a comunidade passou a ter sua escola construída e aonde os alunos dessa comunidade acabou se ingressando na própria educação de Boca da Mata. Ai, onde tudo começou por volta de 82, foi criada a **primeira escola**, e essa escola por ser feita de taipa e de madeira, ela acabou também durando pouco tempo e logo em seguida por volta de 88 até 89 ela já estava começando a cair. (Diretor. Jovino Ponçada, Conversa para contar a história da escola, fevereiro de abril 2023).

Primeira escola que tinha aqui era aquela ali debaixo, feita pelo município. Antes nós tivemos duas escolas, mas feita pela própria ééé...esforço da comunidade, comunidade que se organizaram e aí fazia a escola, primeira escola feita de taipa, a segunda escola de feita tabua, uma estrutura melhor, a próxima feita uma escola perto da minha casa ali, a gente chamava de faculdade, porque dali foi que saiu as primeiras pessoas para faculdade

⁹ Essa é uma marca de telhas. À época essas telhas eram feitas de amianto, hoje é utilizada fibra e outros materiais permitidos no mercado.

que tinham estudado naquela escolinha, então foi adaptado com nome faculdade.”
(Patxió, Roda de Conversa 12 de abril 2022)

A comunidade, percebendo a situação precária do prédio da primeira escola, que estava caindo, continuou a reivindicar a construção de uma nova escola. Outro problema era que, nesse período, os professores não eram indígenas, então eles ficavam na aldeia de dois até seis meses e quando voltavam para comprar mantimentos na cidade, muitos não retornavam mais à aldeia. E desta forma, os alunos ficavam sem aula por meses e nunca fechavam um ano letivo. Diante dessa situação, o prédio da primeira escola desmoronando e alunos sem aulas, a comunidade se reuniu e ajustou uma casa de um parente da comunidade, chamado João Duro, onde havia três cômodos: sala grande, cozinha e um quarto. João Duro era cadeirante e tinha conhecimento sobre conteúdos escolares, devido ter crescido na cidade. Ele, então, se disponibilizou a ensinar os alunos da aldeia em sua casa.

Até que, em 1989, surgiu a segunda escola feita pela Funai, construída com tábua de madeira. Os professores continuavam sendo não indígenas e contratados pela prefeitura municipal de Porto Seguro. Mas, com o decorrer do tempo, como a prefeitura não dava assistência e apoio a nós indígenas, a escola começou a desmoronar com as fortes chuvas. As lideranças também não aprovaram as escolas criadas pela Funai, devido as dificuldades dos professores não indígenas que não se adaptavam ao local. As lideranças contam que eram vários aspectos que dificultavam a permanência dos professores. Na visão deles: ser muito distante da cidade, dentro da mata, com mosquitos e não tinha energia elétrica. Por causa disso, faltava professor e novamente ficávamos sem escola.

Com toda essa demanda, houve mais uma ação da comunidade para construir uma terceira escola, agora em 1996, que substituiu a anterior. Essa escola, conhecida como faculdade, como conta Patxió, feita de taipa e cobertura de Eternit, também foi construída pela comunidade. Para essa construção, a comunidade se reuniu, um grupo foi para a mata, tiraram a madeira, fizeram o embarreio, compraram o Eternit e um pouco de sacos de cimentos. Com esse material construíram em uma semana o terceiro prédio para a escola. Ela tinha duas salas e uma secretaria. A partir da ‘escola da faculdade’, membros da comunidade foram indicados os primeiros indígenas para atuar como professores. Eles tinham formação até a 4ª série do Ensino Fundamental, mas assumiram o desafio. Entre

eles, citamos: Maria da Silva, Juliana e Jovino. Estes dois últimos ouvidos nesta dissertação.

Juliana foi uma das primeiras professoras da aldeia, começou a trabalhar como professora voluntariamente em 1995. Percebendo a dificuldade da permanência dos professores na aldeia, foi convidada para lecionar, o que ela automaticamente aceitou, mesmo sabendo das dificuldades. Em conversa com ela para esta pesquisa, Juliana falou como era sua prática de ensino e a rotina da escola, contada resumidamente no excerto que abre este capítulo.

A entrada dos professores indígenas, de acordo com Juliana, permitiu a escola desenvolver uma proposta de ensino que incluía tanto os conhecimentos escolares de fora, quanto os conhecimentos indígenas do povo, porque as práticas comunitárias eram as que orientavam as práticas escolares. Se havia um plantio coletivo, a escola estava presente, se faltasse merenda, os alunos, juntos com os professores, iram buscar alimentos na sede da coordenação escolar que ficava na aldeia mãe Barra Velha. Se tinha festejos tradicionais, as aulas passavam a ser dadas na festa, porque professores e alunos sempre participam dos festejos. Os embarreiros de casas aconteciam com os alunos presentes, reunião comunitária, a escola estava presente. Assim, começou a caminhada da aldeia, comunidade e escola sempre juntos, lado a lado, construindo uma educação escolar indígena intercultural, específica e diferenciada.

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei 9.394/96, que garante às comunidades indígenas o direito à educação escolar intercultural, diferenciada, específica e bilíngue aos povos indígenas. Amparadas pelas leis, as práticas da escola indígena podem ser um espaço de revitalização de nossas memórias históricas; de afirmação da nossa identidade, quanto à valorização de nossos conhecimentos tradicionais e de autonomia pedagógica. Esta tem a maior força na formação dos professores indígenas para atuar nas escolas.

E nossa luta por uma escola indígena que fosse diferenciada continuou tendo sempre a frente a articulação feita pelas lideranças. Após a LDBN/96 (BRASIL, 1996), a aldeia Boca da Mata conseguiu que a prefeitura de Porto Seguro construísse uma quarta escola, inaugurada em 1998, que substituiu o prédio edificado em 1994. Esse novo prédio escolar tinha os atributos considerados apropriados por nós, embora não fosse adotado um

modelo arquitetônico pensado ou planejado com característica de casa indígena. Essa escola foi construída de concreto e telhado de telhas de duas águas, tinha duas salas de aulas, dois banheiros (masculino e feminino), uma cozinha pequena e contava ainda com mobília com mesas e cadeiras escolares.

Além desse prédio, outros avanços foram registrados, como o aumento dos números de turmas com oferta de 5a a 8a séries. Porém, para comportar a quantidade de alunos na escola, as turmas continuaram sendo multisseriadas e com fluxo que se dava na divisão de horários e turmas. Por exemplo, entrava turmas às 7:00 e saía às 11:00. Outra turma entrava às 11:00 e saía às 14:30. A terceira turma entrava às 14:30 e saía às 17:00. Havia ainda o ensino noturno da EJA.

Em 2001, com o crescimento contínuo da comunidade, surgiram novas demandas da educação. Então, as lideranças em suas viagens à Brasília sempre reivindicavam uma escola que viesse atender todas as demandas da comunidade. Com as devidas cobranças e suas idas à Brasília, o cacique Alfredo e sua Liderança Zezito participaram de uma reunião no Ministério de Educação (MEC) que anunciou que estava sendo implementado um projeto em parceria com o governo da Bahia de construção de três escolas com um modelo arquitetônico para as comunidades indígenas. Então, logo a comitiva Pataxó presente se manifestou pedindo que o projeto fosse implementado no sul e extremo sul da Bahia. Para alegria dos Pataxó e dos Pataxó Hãhãhãe, em 2002, foram construídas novas escolas. Uma no território Caramuru- Paraguassú e duas para o território Barra Velha, uma sediada em Boca da Mata e a outra na aldeia mãe Barra Velha, como confirmou Patxió na roda de conversa.

essa escola aqui que é feito pelo estado, esse foi um projeto que meu pai Santana, estava em Brasília mais Zezito e Alfredo. Essa escola era para ir pra Coroa Vermelha, esse projeto. Como meu pai tava lá em Brasília, e aí alguém da Funai, falou: “Olha senhor Manuel, tá saindo um projeto de duas, três escolas para o nordeste. Essa área aqui, da nossa região, chama nordeste. Assim vai uma para o Caramuru, uma pra Barra Velha e uma outra pra Coroa Vermelha. “Como coroa Vermelha já tá evoluída, o senhor vai lá e tenta desviar uma escola pra Boca da Mata,” assim meu pai fez junto com a direção do MEC- Brasília, coordenador do MEC, conversou com ele foi que desviaram a escola de Coroa Vermelha pra aqui, pra Boca da Mata feita pelo estado. (PATXIÓ, Roda de Conversa, 12 de abril 2022)

O novo prédio escolar em Boca da Mata trouxe muitas conquistas para a nossa aldeia. É um prédio mais amplos, contendo: 05 salas de aula, 01 biblioteca, 01 cozinha enorme com despensa, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 depósito de materiais, banheiros femininos

e masculinos para alunos e professores, alojamentos para os professores não indígenas, 01 pátio com espaço de recreação, mais alunos matriculados e servidores. Com o término da obra, o ano letivo de 2003 iniciou no novo prédio, sem esperarmos a data que o Estado queria fazer a inauguração, pois este queria postergar sua inauguração.

Muitas mudanças positivas ocorreram nessa época. Já havia professores indígenas atuando na Educação Infantil e em todos os anos do Ensino Fundamental. Mas, ainda não tinha a oferta do Ensino Médio. Este era ofertado na escola da aldeia mãe Barra Velha que conseguiu a primeira turma de Magistério Indígena. Este era um curso profissionalizante para formação dos professores das escolas para atuar nas aldeias. Desse modo, alguns alunos que concluíram os anos finais do EF na escola de Boca da Mata foram estudar o magistério em Barra Velha, tendo concluído em 2008.

Mas, a luta das lideranças era para que pudéssemos ofertar o Ensino Médio na aldeia. No bojo da “retomada do novo espaço” construído para a escola de Ensino Fundamental, que ocorreu no início do ano letivo de 2003, lutamos para que o município assumisse a oferta de uma turma de Ensino Médio, vinculada à escola da aldeia mãe Barra Velha que é municipal. De início, o município recusou, mas a turma se formou assim mesmo. Diante da persistência da turma, a prefeitura municipal contratou professores de fora, não indígenas, para dar as aulas, vindos de Porto Seguro, Itabuna, Salvador, cidades de Minas Gerais e de São Paulo e outras cidades do Estado da Bahia. Tendo os professores, os alunos tiveram aula durante o ano de 2003. Mas, sem a legalização da oferta deste nível de ensino pelo município, o estudo dos alunos foi invalidado e o ano letivo cursado por eles foi anulado.

Todavia, a escola de Boca da Mata continuou lutando pelo Ensino Médio dentro da aldeia, formando uma outra turma em regime de alternância, no ano de 2004, também mantida pelo município. Desta vez, a oferta do ensino médio foi legalizada pelo município e validado. Os alunos que formavam essa turma, estudavam em três períodos (manhã, tarde e noite) por três semanas mensais na escola. Após um tempo com esse tipo de funcionamento, as aulas passaram a ocorrer somente em dois turnos. Mas, os professores continuaram sendo os não indígenas, sob a alegação de que os indígenas não tinham a formação corresponde para atuar no Ensino Médio.

Nessa escola, os alunos cursaram todo primeiro ano e tiveram que romper as barreiras impostas pela gestão da secretaria de educação do município, mostrando a eles que a

escola não era patrimônio deles. Não aceitamos a imposição de uma política educacional colonizadora. Toda a comunidade, incluindo os professores indígenas e lideranças, resistiram às pressões da secretaria, insistindo com a implantação do Ensino Médio na aldeia, alegando que a escola foi o Estado que construiu e que ela é patrimônio da comunidade de Boca da Mata.

Os professores indígenas do Ensino Fundamental e os não indígenas que atuaram nessa turma do Ensino Médio, juntamente, como os alunos continuaram resistindo e assumiram os riscos e desafios em busca de um caminho da autodemarcação da nossa que é uma escola indígena. Fortalecidos pelo movimento de resistência, fomos nos libertando, rompendo com o padrão da gestão escolar do município, pintando a nossa escola de jenipapo e urucum, reproduzindo as pinturas corporais nas paredes e nos pilares da escola. Intensificamos o trabalho com nossas práticas tradicionais, garantindo a forte presença delas como práticas pedagógicas escolares.

Em 2008, já com a autorização pela Secretaria da turma iniciada em 2004, tivemos a primeira turma concluinte do ensino médio. Essa trajetória de conquista da primeira turma do Ensino Médio em Boca da Mata pode ser vista como uma trajetória que leva à autoafirmação da nossa identidade Pataxó, no espaço escolar.

Com os avanços na educação escolar indígena dos povos do Estado da Bahia, a implantação do Ensino Médio nas aldeias, surgiu a demanda para ampliação dos estudos no ensino superior. Mais uma frente de luta e autodeterminação se abre, ou seja, demarcar o espaço acadêmico com a presença indígena. Buscamos a formação dos professores nas universidades públicas, com uma forte mobilização dos primeiros professores indígenas, que concluíram o magistério no sul da Bahia, com apoio dos indigenistas e professores das universidades.

Em 2009, foi publicado o primeiro edital para licenciatura intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI)¹⁰, pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Essa foi

¹⁰ A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) oferece, desde 2009, o Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEEI). Este é um curso específico destinado à formação em nível superior de professores de escolas indígenas realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) da Bahia, e pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND).

uma conquista inédita para nós, indígenas, e também para o estado. Claro, foi uma alegria para nosso povo Pataxó. De Boca da Mata, foram aprovados três professores indígenas que já eram muito atuantes na luta pela educação escolar indígena de Boca da Mata e no município de Porto Seguro.

Os professores da aldeia mãe Barra Velha também foram fazer formação superior, mas eles foram para Belo Horizonte, cursar a Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), na Universidade Federal de Minas Gerais, onde em 2014 eu ingressei e fiz minha formação. A UFMG oferta a licenciatura intercultural indígena como curso regular desde 2009. Em 2012, para a nossa alegria, três professores indígenas de Boca da Mata foram aprovados no FIEI, que passaram a ocupar também o território acadêmico da UFMG.

Hoje, todos os professores da escola são indígenas, uma grande conquista. Todos os professores indígenas que saíram da nossa comunidade para as universidades, retornaram com o compromisso e a coragem de contribuir para o desenvolvimento da educação na comunidade. Observo que o indígena professor é aquele que se encontra na escola, nas retomadas, nas reuniões comunitárias, mobilizações dos movimentos indígenas, nas festas tradicionais. Seu engajamento nas lutas contínuas do povo e suas experiências de inovações pedagógicas vêm assegurando a nossa educação escolar indígena diferenciada, o que inclui a luta pela formação em nível superior.

3.2. Políticas para uma educação indígena Pataxó em Boca da Mata

A Lei N° 14.723, de novembro de 2023¹¹, de cotas no Brasil garante que universidades e institutos federais reservem em seus processos seletivos 50% de suas vagas para

¹¹ Essa lei altera a Lei 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012, sendo alterados os artigos Art. 1º do parágrafo único, No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**.” (NR). Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E os demais Art 4º; Art 5º; Art 6º; Art 7º; Art 7º A; Art 7º - A; Art 7º - B; Art 7º - C; Art 7º - D; Art 7º - E; Art 7º - F; Art 7º - G; Art 7º - H; Art 7º - I; Art 7º - J; Art 7º - K; Art 7º - L; Art 7º - M; Art 7º - N; Art 7º - O; Art 7º - P; Art 7º - Q; Art 7º - R; Art 7º - S; Art 7º - T; Art 7º - U; Art 7º - V; Art 7º - W; Art 7º - X; Art 7º - Y; Art 7º - Z; Art 7º - AA; Art 7º - AB; Art 7º - AC; Art 7º - AD; Art 7º - AE; Art 7º - AF; Art 7º - AG; Art 7º - AH; Art 7º - AI; Art 7º - AJ; Art 7º - AK; Art 7º - AL; Art 7º - AM; Art 7º - AN; Art 7º - AO; Art 7º - AP; Art 7º - AQ; Art 7º - AR; Art 7º - AS; Art 7º - AT; Art 7º - AU; Art 7º - AV; Art 7º - AW; Art 7º - AX; Art 7º - AY; Art 7º - AZ; Art 7º - BA; Art 7º - BB; Art 7º - BC; Art 7º - BD; Art 7º - BE; Art 7º - BF; Art 7º - BG; Art 7º - BH; Art 7º - BI; Art 7º - BJ; Art 7º - BK; Art 7º - BL; Art 7º - BM; Art 7º - BN; Art 7º - BO; Art 7º - BP; Art 7º - BQ; Art 7º - BR; Art 7º - BS; Art 7º - BT; Art 7º - BU; Art 7º - BV; Art 7º - BW; Art 7º - BX; Art 7º - BY; Art 7º - BZ; Art 7º - CA; Art 7º - CB; Art 7º - CC; Art 7º - CD; Art 7º - CE; Art 7º - CF; Art 7º - CG; Art 7º - CH; Art 7º - CI; Art 7º - CJ; Art 7º - CK; Art 7º - CL; Art 7º - CM; Art 7º - CN; Art 7º - CO; Art 7º - CP; Art 7º - CQ; Art 7º - CR; Art 7º - CS; Art 7º - CT; Art 7º - CU; Art 7º - CV; Art 7º - CW; Art 7º - CX; Art 7º - CY; Art 7º - CZ; Art 7º - DA; Art 7º - DB; Art 7º - DC; Art 7º - DD; Art 7º - DE; Art 7º - DF; Art 7º - DG; Art 7º - DH; Art 7º - DI; Art 7º - DJ; Art 7º - DK; Art 7º - DL; Art 7º - DM; Art 7º - DN; Art 7º - DO; Art 7º - DP; Art 7º - DQ; Art 7º - DR; Art 7º - DS; Art 7º - DT; Art 7º - DU; Art 7º - DV; Art 7º - DW; Art 7º - DX; Art 7º - DY; Art 7º - DZ; Art 7º - EA; Art 7º - EB; Art 7º - EC; Art 7º - ED; Art 7º - EE; Art 7º - EF; Art 7º - EG; Art 7º - EH; Art 7º - EI; Art 7º - EJ; Art 7º - EK; Art 7º - EL; Art 7º - EM; Art 7º - EN; Art 7º - EO; Art 7º - EP; Art 7º - EQ; Art 7º - ER; Art 7º - ES; Art 7º - ET; Art 7º - EU; Art 7º - EV; Art 7º - EW; Art 7º - EX; Art 7º - EY; Art 7º - EZ; Art 7º - FA; Art 7º - FB; Art 7º - FC; Art 7º - FD; Art 7º - FE; Art 7º - FF; Art 7º - FG; Art 7º - FH; Art 7º - FI; Art 7º - FJ; Art 7º - FK; Art 7º - FL; Art 7º - FM; Art 7º - FN; Art 7º - FO; Art 7º - FP; Art 7º - FQ; Art 7º - FR; Art 7º - FS; Art 7º - FT; Art 7º - FU; Art 7º - FV; Art 7º - FW; Art 7º - FX; Art 7º - FY; Art 7º - FZ; Art 7º - GA; Art 7º - GB; Art 7º - GC; Art 7º - GD; Art 7º - GE; Art 7º - GF; Art 7º - GG; Art 7º - GH; Art 7º - GI; Art 7º - GJ; Art 7º - GK; Art 7º - GL; Art 7º - GM; Art 7º - GN; Art 7º - GO; Art 7º - GP; Art 7º - GQ; Art 7º - GR; Art 7º - GS; Art 7º - GT; Art 7º - GU; Art 7º - GV; Art 7º - GW; Art 7º - GX; Art 7º - GY; Art 7º - GZ; Art 7º - HA; Art 7º - HB; Art 7º - HC; Art 7º - HD; Art 7º - HE; Art 7º - HF; Art 7º - HG; Art 7º - HH; Art 7º - HI; Art 7º - HJ; Art 7º - HK; Art 7º - HL; Art 7º - HM; Art 7º - HN; Art 7º - HO; Art 7º - HP; Art 7º - HQ; Art 7º - HR; Art 7º - HS; Art 7º - HT; Art 7º - HU; Art 7º - HV; Art 7º - HW; Art 7º - HX; Art 7º - HY; Art 7º - HZ; Art 7º - IA; Art 7º - IB; Art 7º - IC; Art 7º - ID; Art 7º - IE; Art 7º - IF; Art 7º - IG; Art 7º - IH; Art 7º - II; Art 7º - IJ; Art 7º - IK; Art 7º - IL; Art 7º - IM; Art 7º - IN; Art 7º - IO; Art 7º - IP; Art 7º - IQ; Art 7º - IR; Art 7º - IS; Art 7º - IT; Art 7º - IU; Art 7º - IV; Art 7º - IW; Art 7º - IX; Art 7º - IY; Art 7º - IZ; Art 7º - JA; Art 7º - JB; Art 7º - JC; Art 7º - JD; Art 7º - JE; Art 7º - JF; Art 7º - JG; Art 7º - JH; Art 7º - JI; Art 7º - JJ; Art 7º - JK; Art 7º - JL; Art 7º - JM; Art 7º - JN; Art 7º - JO; Art 7º - JP; Art 7º - JQ; Art 7º - JR; Art 7º - JS; Art 7º - JT; Art 7º - JU; Art 7º - JV; Art 7º - JW; Art 7º - JX; Art 7º - JY; Art 7º - JZ; Art 7º - KA; Art 7º - KB; Art 7º - KC; Art 7º - KD; Art 7º - KE; Art 7º - KF; Art 7º - KG; Art 7º - KH; Art 7º - KI; Art 7º - KJ; Art 7º - KK; Art 7º - KL; Art 7º - KM; Art 7º - KN; Art 7º - KO; Art 7º - KP; Art 7º - KQ; Art 7º - KR; Art 7º - KS; Art 7º - KT; Art 7º - KU; Art 7º - KV; Art 7º - KW; Art 7º - KX; Art 7º - KY; Art 7º - KZ; Art 7º - LA; Art 7º - LB; Art 7º - LC; Art 7º - LD; Art 7º - LE; Art 7º - LF; Art 7º - LG; Art 7º - LH; Art 7º - LI; Art 7º - LJ; Art 7º - LK; Art 7º - LL; Art 7º - LM; Art 7º - LN; Art 7º - LO; Art 7º - LP; Art 7º - LQ; Art 7º - LR; Art 7º - LS; Art 7º - LT; Art 7º - LU; Art 7º - LV; Art 7º - LW; Art 7º - LX; Art 7º - LY; Art 7º - LZ; Art 7º - MA; Art 7º - MB; Art 7º - MC; Art 7º - MD; Art 7º - ME; Art 7º - MF; Art 7º - MG; Art 7º - MH; Art 7º - MI; Art 7º - MJ; Art 7º - MK; Art 7º - ML; Art 7º - MM; Art 7º - MN; Art 7º - MO; Art 7º - MP; Art 7º - MQ; Art 7º - MR; Art 7º - MS; Art 7º - MT; Art 7º - MU; Art 7º - MV; Art 7º - MW; Art 7º - MX; Art 7º - MY; Art 7º - MZ; Art 7º - NA; Art 7º - NB; Art 7º - NC; Art 7º - ND; Art 7º - NE; Art 7º - NF; Art 7º - NG; Art 7º - NH; Art 7º - NI; Art 7º - NJ; Art 7º - NK; Art 7º - NL; Art 7º - NM; Art 7º - NN; Art 7º - NO; Art 7º - NP; Art 7º - NQ; Art 7º - NR; Art 7º - NS; Art 7º - NT; Art 7º - NU; Art 7º - NV; Art 7º - NW; Art 7º - NX; Art 7º - NY; Art 7º - NZ; Art 7º - OA; Art 7º - OB; Art 7º - OC; Art 7º - OD; Art 7º - OE; Art 7º - OF; Art 7º - OG; Art 7º - OH; Art 7º - OI; Art 7º - OJ; Art 7º - OK; Art 7º - OL; Art 7º - OM; Art 7º - ON; Art 7º - OO; Art 7º - OP; Art 7º - OQ; Art 7º - OR; Art 7º - OS; Art 7º - OT; Art 7º - OU; Art 7º - OV; Art 7º - OW; Art 7º - OX; Art 7º - OY; Art 7º - OZ; Art 7º - PA; Art 7º - PB; Art 7º - PC; Art 7º - PD; Art 7º - PE; Art 7º - PF; Art 7º - PG; Art 7º - PH; Art 7º - PI; Art 7º - PJ; Art 7º - PK; Art 7º - PL; Art 7º - PM; Art 7º - PN; Art 7º - PO; Art 7º - PP; Art 7º - PQ; Art 7º - PR; Art 7º - PS; Art 7º - PT; Art 7º - PU; Art 7º - PV; Art 7º - PW; Art 7º - PX; Art 7º - PY; Art 7º - PZ; Art 7º - QA; Art 7º - QB; Art 7º - QC; Art 7º - QD; Art 7º - QE; Art 7º - QF; Art 7º - QG; Art 7º - QH; Art 7º - QI; Art 7º - QJ; Art 7º - QK; Art 7º - QL; Art 7º - QM; Art 7º - QN; Art 7º - QO; Art 7º - QP; Art 7º - QQ; Art 7º - QR; Art 7º - QS; Art 7º - QT; Art 7º - QU; Art 7º - QV; Art 7º - QW; Art 7º - QX; Art 7º - QY; Art 7º - QZ; Art 7º - RA; Art 7º - RB; Art 7º - RC; Art 7º - RD; Art 7º - RE; Art 7º - RF; Art 7º - RG; Art 7º - RH; Art 7º - RI; Art 7º - RJ; Art 7º - RK; Art 7º - RL; Art 7º - RM; Art 7º - RN; Art 7º - RO; Art 7º - RP; Art 7º - RQ; Art 7º - RR; Art 7º - RS; Art 7º - RT; Art 7º - RU; Art 7º - RV; Art 7º - RW; Art 7º - RX; Art 7º - RY; Art 7º - RZ; Art 7º - SA; Art 7º - SB; Art 7º - SC; Art 7º - SD; Art 7º - SE; Art 7º - SF; Art 7º - SG; Art 7º - SH; Art 7º - SI; Art 7º - SJ; Art 7º - SK; Art 7º - SL; Art 7º - SM; Art 7º - SN; Art 7º - SO; Art 7º - SP; Art 7º - SQ; Art 7º - SR; Art 7º - SS; Art 7º - ST; Art 7º - SU; Art 7º - SV; Art 7º - SW; Art 7º - SX; Art 7º - SY; Art 7º - SZ; Art 7º - TA; Art 7º - TB; Art 7º - TC; Art 7º - TD; Art 7º - TE; Art 7º - TF; Art 7º - TG; Art 7º - TH; Art 7º - TI; Art 7º - TJ; Art 7º - TK; Art 7º - TL; Art 7º - TM; Art 7º - TN; Art 7º - TO; Art 7º - TP; Art 7º - TQ; Art 7º - TR; Art 7º - TS; Art 7º - TT; Art 7º - TU; Art 7º - TV; Art 7º - TW; Art 7º - TX; Art 7º - TY; Art 7º - TZ; Art 7º - UA; Art 7º - UB; Art 7º - UC; Art 7º - UD; Art 7º - UE; Art 7º - UF; Art 7º - UG; Art 7º - UH; Art 7º - UI; Art 7º - UJ; Art 7º - UK; Art 7º - UL; Art 7º - UM; Art 7º - UN; Art 7º - UO; Art 7º - UP; Art 7º - UQ; Art 7º - UR; Art 7º - US; Art 7º - UT; Art 7º - UU; Art 7º - UV; Art 7º - UW; Art 7º - UX; Art 7º - UY; Art 7º - UZ; Art 7º - VA; Art 7º - VB; Art 7º - VC; Art 7º - VD; Art 7º - VE; Art 7º - VF; Art 7º - VG; Art 7º - VH; Art 7º - VI; Art 7º - VJ; Art 7º - VK; Art 7º - VL; Art 7º - VM; Art 7º - VN; Art 7º - VO; Art 7º - VP; Art 7º - VQ; Art 7º - VR; Art 7º - VS; Art 7º - VT; Art 7º - VU; Art 7º - VV; Art 7º - VW; Art 7º - VX; Art 7º - VY; Art 7º - VZ; Art 7º - WA; Art 7º - WB; Art 7º - WC; Art 7º - WD; Art 7º - WE; Art 7º - WF; Art 7º - WG; Art 7º - WH; Art 7º - WI; Art 7º - WJ; Art 7º - WK; Art 7º - WL; Art 7º - WM; Art 7º - WN; Art 7º - WO; Art 7º - WP; Art 7º - WQ; Art 7º - WR; Art 7º - WS; Art 7º - WT; Art 7º - WU; Art 7º - WV; Art 7º - WW; Art 7º - WX; Art 7º - WY; Art 7º - WZ; Art 7º - XA; Art 7º - XB; Art 7º - XC; Art 7º - XD; Art 7º - XE; Art 7º - XF; Art 7º - XG; Art 7º - XH; Art 7º - XI; Art 7º - XJ; Art 7º - XK; Art 7º - XL; Art 7º - XM; Art 7º - XN; Art 7º - XO; Art 7º - XP; Art 7º - XQ; Art 7º - XR; Art 7º - XS; Art 7º - XT; Art 7º - XU; Art 7º - XV; Art 7º - XW; Art 7º - XX; Art 7º - XY; Art 7º - XZ; Art 7º - YA; Art 7º - YB; Art 7º - YC; Art 7º - YD; Art 7º - YE; Art 7º - YF; Art 7º - YG; Art 7º - YH; Art 7º - YI; Art 7º - YJ; Art 7º - YK; Art 7º - YL; Art 7º - YM; Art 7º - YN; Art 7º - YO; Art 7º - YP; Art 7º - YQ; Art 7º - YR; Art 7º - YS; Art 7º - YT; Art 7º - YU; Art 7º - YV; Art 7º - YW; Art 7º - YX; Art 7º - YY; Art 7º - YZ; Art 7º - ZA; Art 7º - ZB; Art 7º - ZC; Art 7º - ZD; Art 7º - ZE; Art 7º - ZF; Art 7º - ZG; Art 7º - ZH; Art 7º - ZI; Art 7º - ZJ; Art 7º - ZK; Art 7º - ZL; Art 7º - ZM; Art 7º - ZN; Art 7º - ZO; Art 7º - ZP; Art 7º - ZQ; Art 7º - ZR; Art 7º - ZS; Art 7º - ZT; Art 7º - ZU; Art 7º - ZV; Art 7º - ZW; Art 7º - ZX; Art 7º - ZY; Art 7º - ZZ.

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwerIdentificacao/lei%2014.723-2023?OpenDocument>

candidatos pretos, pardos, deficientes e indígenas. Essa lei contribuiu para a entrada de um número positivo de indígenas no Ensino Superior, trazendo avanços nas políticas educacionais, pela afirmação do protagonismo na construção de uma educação escolar indígena.

Assim, na perspectiva de uma educação escolar indígena intercultural, diferenciada e bilíngue, os gestores, professores e lideranças Pataxó da aldeia Boca da Mata buscam cada vez mais trazer para a nossa escola a nossa identidade. Da mesma forma, pautam a gestão da secretaria de educação do município, colocando novas demandas específicas relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas. Eles defendem uma educação que parta da nossa realidade local, buscando o reconhecimento e valorização da nossa prática pedagógica.

A nossa prática baseia-se nos conhecimentos tradicionais Pataxó e na relação com os conhecimentos científicos que vem de ciências não indígenas. Para melhor entendimento, chamamos de conhecimentos científicos aqueles descritos na matriz curricular da educação básica do nosso município, onde se prioriza os conhecimentos científicos ditos pelos não indígena. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2023)

Com a entrada de novos professores licenciados nos cursos de Licenciatura em educação intercultural indígena, as perspectivas coletivas de lutas indígenas foram se fortalecendo, sempre junto com a comunidade. Uma das conquistas foi o ensino da língua materna na escola, a construção de um Projeto Político Pedagógico de nossa autoria, a disponibilidade de transporte escolar, a creche, a implantação da educação de jovens, adultos e idosos, a sala multifuncional para a educação inclusiva. Além do Ensino Médio regular, hoje temos uma turma de cursinho pré-vestibular, realizado pela Universidade Estadual da Bahia (UPT-UNEB), no âmbito do Programa Universidade Para Todos.

Com o crescimento contínuo da comunidade, hoje nossa demanda é por mais assistência à nossa educação escolar indígena. Precisamos de mais salas de aulas, pois as 08 salas que temos já não são suficientes. As salas que eram usadas para biblioteca, sala de computação e de professores, além do alojamento que era usado quando os professores eram não indígenas, foram improvisados como sala de aulas. Lutamos também pela regularização do nosso Ensino Médio, com a aprovação da matriz curricular específica para a nossa escola. Acredito na força de nossas práticas específicas e diferenciadas que valorizam nosso modo de vida e luta indígena Pataxó. O início do ano letivo sempre é

previsto para fevereiro no calendário municipal, mas nesse momento ainda estamos em processo de luta pela contratação de servidores, infraestrutura dentre outras demandas para colocar as escolas indígenas em funcionamento.

Também aguardamos o concurso público específico para professores indígenas para atuar nas escolas indígenas do município. Ainda enfrentamos desafios com a gestão da escola junto à secretária para ter autonomia, por exemplo, na execução de um calendário letivo específico. A regularização da carreira do professor indígena é uma das prioridades para o nosso povo hoje, principalmente, após a pandemia de covid-19, quando os professores indígenas foram demitidos, sem garantia de salário, uma vez que sempre trabalhamos com contratos temporários. Por isso, no início de fevereiro 2023, os professores indígenas do município se reuniram e organizaram uma assembleia nos dias 08, 09 e 10 na aldeia mãe Barra Velha. Esse encontro mobilizou todas as escolas do município com o objetivo de discutir as demandas da educação escolar indígena em Porto Seguro. Desse encontro, surgiu a criação do grupo de Articulação de Educação Escolar Indígena e Professores - ARUPÃB, do município de Porto Seguro. Nesta mesma assembleia, o setor jurídico da secretaria de educação de Porto Seguro reafirmou a construção do edital para o primeiro concurso público do município, específico para os indígenas Pataxó que ocorreria ainda em 2023, o que até o momento de fechamento desta dissertação não havia ocorrido.

3.3 Como funciona a nossa escola indígena hoje

Em 2023, a Escola Indígena Pataxó Boca da Mata funciona com a oferta de Educação Infantil, que chamamos de creche e educação infantil, atendendo crianças pequenas, Ensino Fundamental e Ensino Médio e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Também tem o Atendimento Educacional Especializado e Inclusiva Indígena – AEEL. Conta com 26 turmas regulares, funcionamento segunda a sexta-feira, das 07:00 às 22:00. Possui um número total de 395 alunos.

A equipe de trabalho na escola conta com um diretor, uma vice-diretora, três coordenadores pedagógicos, 22 professores, 02 vigilantes, 02 cuidadoras para assistência na educação inclusiva, 02 auxiliares de classe para a Educação Infantil (0 a 6 anos), 02 auxiliares administrativos, 02 vigilantes, 03 merendeiras e 06 auxiliares de limpeza. Todos os funcionários indígenas.

A estrutura física tem um prédio que foi construído pelo estado e pelo governo federal que chamamos de Prédio 1. É neste prédio que fica o maior número de turmas. Há ainda um outro prédio que é uma extensão com duas salas que localiza-se no centro da aldeia. Nesse prédio estudam as crianças das turmas de 3º ao 5º ano dos anos. De acordo com o projeto político pedagógico (PPP 2023), a escola realiza quinzenalmente reuniões pedagógicas e de estudos, dialogando sempre com a importância da reafirmação cultural local.

As atividades pedagógicas letivas seguem de acordo o calendário escolar municipal, não existe um calendário específico para as escolas indígenas. Mas, em se tratando de uma escola indígena, reivindicamos nossa autonomia e especificidade para que possamos ter flexibilidade nas atividades pedagógicas, o que é atendido, desde que se cumprem os 200 dias letivos exigidos pela lei. Tal flexibilidade não se dá sem tensões entre a escola e a secretaria, porque, mesmo tendo está assegurada pelo artigo 23, parágrafo 2º da LDBN (1996) de que

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (BRASIL, 2005, p.14).

Diante dessas tensões, a autodeterminação coletiva opera a todo tempo, resistindo às gestões curriculares homogeneizantes e hegemônicas, em prol de um calendário que inclua nossas especificidades locais.

Em 2015, a escola Indígena Pataxó de Boca da Mata construiu seu primeiro Projeto Político Pedagógico. Seguimos as diretrizes curriculares para a educação escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2012), que garante a construção de um projeto Político Pedagógico que assegura aos povos educação escolar indígena diferenciada, respeitando a autonomia e a identidade culturais dos povos nas escolas, e observando as diretrizes curriculares nacionais e local.

Ciente de nossos direitos e das metas da comunidade para sua escola, observamos nas diretrizes curriculares as seguintes orientações:

a) orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;

b) orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e

modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;

c) assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;

d) assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;

e) fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

f) normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada;

g) orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

h) zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, lingüística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (PARECER CNE/CEB Nº: 13/2012)

O Projeto Político Pedagógico de Boca da Mata atravessa a matriz curricular do município de Porto Seguro, trazendo nossa língua, costumes, tradições e nossos modos de viver individual e coletivo no território. Com a criação do PPP, estabelecemos diálogos entre os nossos conhecimentos tradicionais e os conhecimentos das matrizes curriculares ocidentais. Asseguramos abordar nossas especificidades, rompendo com gestões que reproduzem uma educação colonizadora sobre os povos originários. No período pandêmico de 2021, a escola de Boca da Mata se reuniu para atualização desse documento, já defasado. Então, durante aproximadamente quatro meses, o corpo escolar trabalhou para atualização das propostas curriculares revisando os possíveis diálogo com as áreas de conhecimento da matriz nacional.

A educação escolar indígena sempre está em constante transformação, por isso, durante todo o processo de construção da nossa educação escolar indígena, nos deparamos com a necessidade de ter um calendário letivo específico e flexibilizar a matriz curricular do município. As matrizes do município não contêm as especificidades das escolas

indígenas, portanto, quando se trata de priorizar nossos saberes e práticas tradicionais, por exemplo, um luto, uma retomada, uma mobilização de luta indígena, uma festa tradicional na aldeia surgem tensões. Como os gestores municipais não são indígenas, muitos não entendem viver o luto como parte da formação escolar dos alunos e por isso exige-se que esse dia letivo seja repostado no calendário. Para nós, este é um dos momentos de maior aprendizado do ser indígena Pataxó. Então, na nossa visão, participar dos rituais de luta não é ‘perder aula’, aprende-se coletivamente a praticar saberes tradicionais do povo. Na visão dos nossos mais velhos e dos professores mais antigos da escola, as práticas tradicionais, quando nossos alunos estão fazendo e praticando coletivamente de atividade no território, eles estão aprendendo por meio da oralidade e da nossa cultura. O aprender fazendo é o princípio dos ensinamentos tradicionais indígenas. Então, quando se trata de uma aula no território da aldeia, com um ancião, uma liderança, uma mobilização de luta, os nossos alunos aprendem na prática. Isso ensina mais para a vida do que o que se faz no tempo fragmentado, previsto na grade de horário escolar.

Ainda que vivemos em constante tensão com as normativas da secretaria municipal sobre rotinas e aspectos da gestão administrativa e pedagógica da escola, trazemos nossas práticas para a escola e nelas compartilhamos saberes da cultura Pataxó que são essenciais para a formação dos nossos alunos. No próximo capítulo detalharemos algumas práticas registradas que analisamos nesta pesquisa.

4 Práticas educativas tradicionais Pataxó na aldeia Boca da Mata

A Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata sempre reconheceu a importância de desenvolver práticas em que se compartilha saberes tradicionais. Para os professores, alunos e membros da comunidade, saberes tradicionais na escola mostram o caminho da construção da educação escolar indígena sonhada por todos que tem de ser diferenciada. Por isso, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foram destacadas as práticas educativas tradicionais e detalhados o modo como elas serão trabalhadas, incluindo as ações que articulam os saberes tradicionais e escolares, aqueles vindos de fora, como mostra o quadro Anexo 3.

Por isso, neste capítulo, para descrever e analisar algumas práticas educativas tradicionais Pataxó que são desenvolvidas na escola Pataxó de Boca da Mata, vamos esclarecer nossa compreensão do que são essas práticas. Inspiramos em Paulo Freire (1992) para formular nossa compreensão mais ampla do que esse grande educador dizia sobre práticas educativas. Para ele, toda prática educativa pressupõe a existência de sujeitos, aquele que ensina e aprende, ou aquele que, em situação de aprendiz, também ensina, e que no exercício de sua própria prática sempre a entende em sua amplitude e totalidade.

Particularmente, quando nos referimos às práticas educativas indígenas Pataxó, nos apoiamos em Danielle Martins e Vanessa Tomaz (aceito para publicação) que, referindo-se a uma pedagogia crítica, em um cenário de lutas e disputas de poder, em que operam diferentes modos de ser-estar-agir no mundo, as autoras reconhecem práticas educativas indígenas como aquelas que “têm seus próprios processos, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações forjadas em epistemologias indígenas e na relação dessas com epistemologias ocidentais dominantes, impostas em um sangrento processo de colonização europeu” (MARTINS; TOMAZ, aceito para publicação). No caso de nosso povo Pataxó, essas autoras ainda afirmam que

as práticas educativas Pataxó são forjadas no cruzamento de fronteiras epistemológicas que incluem, entre outras coisas, uma forma de saber fluida e experiencial, baseada em outras ciências, aquelas situadas no território, nos cantos e na língua indígena (*Patxohã*). (MARTINS; TOMAZ, aceito para publicação)

Portanto, são essas práticas educativas que tomaremos como unidades de análise para entender os saberes tradicionais que são compartilhados nelas e como essas práticas configuram, em seu conjunto, processos de autodeterminação do povo Pataxó de Boca da

Mata no campo da educação, rumo a uma escola indígena intercultural, diferenciada, bilíngue e autônoma.

4.1. Práticas educativas Pataxó no cotidiano da escola

Os saberes tradicionais Pataxó, a exemplo dos saberes indígenas em geral, são transmitidos de geração em geração e quando levados para a escola, reúne-se professores, alunos, anciãos, lideranças e outras pessoas da comunidade que partilham dessas práticas educativas no seu cotidiano. Algumas práticas estão ligadas ao calendário de atividades do povo e são intensificadas em determinados períodos. Embora haja muitas práticas tradicionais que podem ser descritas para exemplificar, descreverei neste capítulo algumas que acompanhei no primeiro semestre de 2023, para a pesquisa de campo.

No mês de abril, quando se comemora o dia de luta dos povos indígenas, a escola desenvolve o projeto “Semana Cultural na Escola Indígena Pataxó Boca da Mata”. O planejamento para esta Semana começa em março, quando a direção e coordenação da escola convocam todos os professores para uma reunião pedagógica. Nesta reunião, define-se como o projeto será desenvolvido: Quais práticas tradicionais serão realizadas? Quem irá desenvolver cada prática? Como será a participação dos alunos durante cada etapa das atividades propostas? À medida que as decisões vão sendo tomadas, vai-se elaborando um cronograma no quadro de giz da sala, onde a reunião acontece. Esse cronograma vai incluir as sugestões dos professores de quais práticas serão priorizadas na edição daquele ano: as práticas da medicina tradicional, construção de armadilhas, produção de adereços, histórias de vida dos anciãos e de lideranças, Awê, oficina de pinturas corporais, construção de casas e culinária Pataxó, entre outras.

Definidas as práticas e o cronograma de realização do projeto, a próxima etapa é distribuir os professores e suas turmas de acordo com o nível e o ano que estão ensinando. Por exemplo, um professor que atua na creche, vai desenvolver uma das práticas com as crianças de 0 a 6 anos. Mas o tema da prática é escolha do professor que o faz de acordo com a afinidade e domínio, independente da sua formação acadêmica. O mesmo ocorre para os professores estão nos anos iniciais do EF e na EJAI. Já quem está nos anos finais do EF, cuja organização curricular é por disciplina, sempre ficam dois ou três professores em cada turma para desenvolver uma prática. No Ensino Médio, define-se uma única prática para todas as turmas, que é escolhida pela coordenação dessa etapa escolar, em diálogo com os professores. Sempre trabalham dois professores por turma.

Em 2023, enquanto eu ainda estava registrando atividades para a pesquisa, todas as turmas do Ensino Médio trabalharam na produção de biografias dos anciãos e de lideranças da aldeia. A escolha de qual professor ou professora irá coordenar ou compor um grupo para uma prática, tanto no EF quanto no Médio, também leva em conta muito mais a afinidade e o domínio do professor com o tema do que a área de atuação e/ou formação dele.

A Semana Cultural, em geral, acontece nas duas últimas semanas do mês de abril, incluindo na programação apresentações para o público da comunidade, escolas vizinhas, escolas não indígenas e instituições parceiras de fora.

Apresento, a seguir, alguns relatos sobre as práticas educativas desenvolvidas na escola. Apesar de o registro ter sido feito dentro da programação da semana cultural, de 2023, muitas dessas práticas ocorrem durante todo o ano. Esses relatos nos ajudam a entender o papel que elas exercem no currículo escolar, fortalecendo os movimentos de autodeterminação do povo que, na nossa visão, também configuram movimentos de autodeterminação de educação escolar indígena diferenciada Pataxó.

4.4.1 Prática educativa da Medicina Tradicional

Sou Ektanay Pataxó, sou professora aqui da escola indígena Pataxó Boca da Mata. Trabalho aqui há 14 anos, na escola. Irei falar um pouco sobre a, no caso, sobre as ervas medicinais, né. Trabalhei com a turma do nono, né. Agora, nesse período da semana cultural do projeto, eee... foi muito bom a experiência de poder trabalhar com eles e ver o empenho deles nesta questão do desenvolvimento das atividades, onde foi possível fazer três, três tarefas com eles, no caso sobre a medicina tradicional Pataxó. No caso, ficou, nós fizemos essa construção desse cartaz aqui, com ervas medicinais algumas ervas medicinais, eu fiz junto com eles, né. A coleta de ervas, eles coletaram na comunidade e nós trouxemos e fizemos na sala, eé, montamos esse cartaz na sala de aula com eles, né. E teve os livrinhos, que tem aqui no caso, cada livrinho que eles confeccionaram tem eles falando sobre duas ervas medicinais dentro. Ai, esses livros são do pessoal do nono ano. Ai, teve alguns que eles desenharam dentro e teve outros que eles coloram as ervas e aí eles falam o passo, né. No caso, para que serve e como é o uso dessas ervas. Como é a questão da dosagem das ervas? Para que serve?

E também dentro das atividades né, produzimos também as garrafadas né, aí tem garrafadas com casca de algumas plantas, ervas no caso. Aqui, por exemplo, tem aroeira, aqui atrás também temos com casca da biriba também que é uma erva medicinal. E as outras é mais com folhas, tipo folha de guiné aqui, e cá são o mel de abelha, aqui é xarope com ervas medicinais também, esse aqui é uma essência com erva doce, aqui também com hostelãzinho. Aqui no caso tem o óleo da amesca, esse aqui no caso é, a menina trouxe para exposição das mulheres, da associação das mulheres. Aqui também tem o sabão, que é produzido também com as ervas medicinais, temos esse aqui de matruz e esse outro amarelo é da amesca, essas foram algumas das atividades que fizemos. Ali também tem os outros cartazes que eles fizeram, aqui também tem mais cartazes produzidos por eles, os cartazes. Os cartazes maiores fiz juntos com eles, já esses outros aqui foram confeccionados por eles sozinhos. Que eles coloram algumas ervas e suas descrições para que servia.? E como é o uso delas? (Professora Ektanay, Roda de conversa 17 de abril 2022).

Figura 2- Prática ervas Medicinais Pataxó.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2023.

A prática da Medicina Tradicional Pataxó sempre integra as atividades da Semana Cultural, mas, cada ano, é desenvolvida de forma diferente. Em 2023, duas professoras planejaram as atividades e explicaram a proposta para os alunos. Primeiro elas sugeriram o tema e explicaram cada etapa de trabalho, dando orientação sobre as ervas que existem na aldeia. Em seguida, os alunos foram a campo para a coleta de ervas medicinais. Aqueles que ainda não conhecem os locais ou as plantas contaram com a ajuda das famílias. Depois voltaram para a sala de aula, juntamente com as professoras e produziram os cartazes e livrinhos das ervas medicinais. A produção de cartazes foi para expor as ervas medicinais com seu nome e os livrinhos foram descrever o modo de prepará-las e identificar seus usos como ervas medicinais. Durante a Semana Cultural, os alunos fizeram uma exposição com os cartazes e apresentações orais para os públicos, ensinando sobre as plantas medicinais como mostrar um trecho da entrevista abaixo.

A prática da medicina tradicional sempre é desenvolvida na escola em várias atividades letivas ao longo do ano, não somente na Semana Cultural, com o objetivo de fortalecer e

valorizar a Medicina Pataxó. O registro das plantas, com descrição e formas de uso, dando as receitas de como preparar os remédios, estimula diferentes tipos de escrita e a criatividade dos alunos. Por ser uma prática que eles já acompanham desde pequenos com seus pais e avós, quando é uma atividade junto com a escola, os familiares são as fontes de pesquisa.

Após a oficina, conversei com as professoras Josiane e Ektanay que coordenadora a prática. Ektanay contou que, a princípio, os alunos ficaram preocupados em desenvolver a atividade proposta. Eles queriam saber para que servia cada espécie de ervas medicinais. Ela ficou preocupada porque tinham algumas ervas que Ektanay não sabia. Então, ela contou que aprendeu com os alunos que sabiam para que servia a determinada erva medicinal, porque eles tinham aprendido com a mãe, os avós e assim a oficina fluiu compartilhando esses saberes e conhecimentos. No final da entrevista, a professora Ektanay afirmou “estes conhecimentos não pode ser parado, ele tem que ser cultivado para que a futura geração venha fortalecer”

Em sua entrevista Ektanay falou que a formação dos alunos também acontece com os pais ou mais velhos. De fato, vivo isso em minha família. Sempre que meu sobrinho ficava gripado, ele observava que a mãe fazia seu tratamento com ervas medicinais. Em 2021, quando ele tinha sete anos, presenciei uma cena forte da transmissão desses saberes, pois ele mesmo já pegava as ervas para sua mãe fazer os chás para ele. Ele sabia quais eram as ervas que tinha de usar para curar sua gripe. Aprendeu com sua mãe.

4.1.2 Awê

Figura 3- Prática do Awê.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2023.

O awê é uma prática que tem a participação de todo o coletivo escolar, desde as crianças da Educação Infantil ao Ensino Médio. A sua prática na escola tem o objetivo de ensinar aos nossos alunos a importância dos cantos e danças Pataxó para o fortalecimento do corpo e do espírito. O awê é feito uma vez por semana na rotina da escola, além de nos eventos da escola, cerimônias de formatura e outros. Durante as aulas, no cotidiano da escola, é comum os alunos cantarem o awê antes de iniciar as atividades. É importante destacar que são os alunos que selecionam o canto e a dança e os professores cantam e dançam juntos, monitorando. São nesses momentos que os alunos aprendem quais cantos devem cantar para uma dada situação. Por exemplo, existem cantos para momentos de luto, retomada e mobilização indígena. Outros cantos são alegres para as festividades.

4.1.3 Práticas de armadilhas Pataxó

Figura 4 - Prática da armadilha Mundéu



Fonte: Cleidiane Santana, 2023.

A prática da confecção da armadilha do mundéu, apresentada a seguir, aconteceu na programação da emana cultural, em abril de 2023. Neste dia, os professores planejaram construir vários tipos de armadilhas com os participantes da oficina: laço de força, mundéu de uma cabeça, mundéu de duas cabeças, surú, arataca e fofo, estas realizadas pelo professor Patxió. Eu estava circulando, monitorando a participação dos alunos nas diversas práticas educativas que aconteceu naquele dia. Quando avistei Patxió, comecei a observar construção da armadilha mundéu, ele percebendo que eu estava observando começou a dialogar comigo. Foi então que perguntei se poderia registrar e a partir de então a conversa fluiu, como mostro a seguir:

Adriele: vou registrar Patxió.

Patxió: Esse é um mudeú de uma cabeça e duas cabeças.

Logo em seguida chega a professora Simone dizendo e gravando com o celular dela .

Simone: Esse é Patxió, preparando as armadilhas da semana cultural. Ele falou que pegou vários tipos dessas armadilhas, agora ele só está comendo a caça.

Patxió: a próxima caça vai ser do tatu.

Simone: Patxió, há quantos anos você faz essas armadilhas para a escola?

Patxió: Rapaz! para a escola mesmo....uns 6 anos. Agora, na minha vida cotidiana tem uns 60 anos.

Simone: o maior fazedor de armadilhas de Boca da Mata, Patxió.

Patxió: eu tava falando ontem pra Adriele na roda de conversa, eu aprendi fazer sozinho isso aqui com os mais velhos. A curiosidade era grande e a necessidade, porque eu não sabia fazer, aí quando eu via um indo para a mata eu ia junto, chega lá, eu perguntava “vai fazer o quê?” eles respondiam “fazer mudeu”, e eu ia ficava olhando e aí no outro dia iria fazer pra mim, aprendi no caso. Aprender na prática, né.

Simone: Jhonatam, quando chegar em casa vai fazer uma armadilha, como você é esperto.

Patxió: está faltando madeiras (varas)

Aluno Tibuiù: vou buscar.

(Transcrição de vídeo, Prática das armadilhas na escola de Boca Mata, 13 de abril de 2022).

Atualmente, não há muito o costume de caçar dentro da aldeia, mas a prática de construção de armadilha permanece viva com o objetivo de os alunos e a comunidade valorizar nossa cultura. Nós paramos de praticar caça devido ao aumento das famílias e pelo fato de a reserva de floresta ser pequena. Por isso, as famílias foram deixando de praticar a caça que era usada para subsistência da família. Mas, para saciar toda a população hoje existente em Boca da Mata, se continuar caçando os animais, vamos extinguir a diversidade deles.

Na escola, é o professor Patxió que trabalha com a língua indígena Patxohã, arte e cultura. É também ele quem domina melhor a prática de construção de armadilha, por isso é quem constrói as armadilhas com a ajuda de todos os servidores homens da escola e alguns voluntários da comunidade. Patxió gosta de fazer e tem toda a habilidade para construir. Isso não significa que os outros homens não saibam fazer as armadilhas, mas é uma prática que o mestre é o Patxió, então os outros homens respeitam seu modo de fazer.

Todos os alunos participam voluntariamente, porque não é uma atividade que está ligada a uma disciplina, turma ou projeto. As pessoas da comunidade ajudam indo à mata para retirar os materiais necessários (varas, cipós, madeira mais grossas e palhas de palmeira), disponibilizando o trator comunitário ou outro veículo para buscar os materiais para a escola trabalhar.

Após a retirada do material da mata, começa a construção das armadilhas propriamente dita. Durante a construção das armadilhas, os alunos circulam pelo espaço da escola e ajudam Patxió a amarrar uma vara, cortar uma palha, pegar uma madeira, aprendendo essa prática tradicional do nosso povo.

4.1.4 Práticas das construções de barracas da palha Pataxó

Figura 5- Práticas das construções de barracas da palha Pataxó.



Fonte: Cleidiane Santana, 2023.

A prática das construções de barracas de palha sempre acontece na escola, mas esta foi registrada quando aconteceu na semana cultural, em abril de 2023. Esta prática educativa foi desenvolvida pelos professores e funcionários homens. Eles se organizaram, foram à mata escolher os materiais (madeiras, palhas e cipós) e no dia seguinte começaram a construir as barracas. Durante as construções das barracas, os alunos do ensino médio participam ajudando a lascar uma palha, nas amarrações com cordas ou cipós.

Na escola, a construção da casa (barraca) acontece toda vez que tem um evento. A quantidade de barracas depende do tamanho e do tipo de evento. As barracas são substituídas ou recuperadas quando elas se danificam. Uma vez no ano se constrói barraca

para o projeto da Semana Cultural. Como acontece com as armadilhas, também é uma prática feita pelos homens da escola e alguns voluntários da comunidade. Mas, nem todas as etapas são reproduzidas, somente a armação e o telhado. Este é feito de palha, cipó e madeira. As laterais ficam abertas como se fosse uma “tenda”, que chamamos de barraca de palha. Essa construção é usada na Semana Cultural também para fazer o fogão tradicional e é onde faz a exposição de alguns artefatos que são produzidos para a Semana. Após a Semana Cultural, a casa é utilizada ao longo do ano para recreação dos alunos, atividades que os professores desenvolvem como, Roda de Conversa e exposição. Com o desgaste do tempo, a casa é substituída por uma nova no ano seguinte.

A casa tradicional Pataxó, em Boca da Mata, é feita de madeira, cipó, palha de palmeira e enchimento de barro, com piso e chão batido. Existem diferentes modos de construir a casa. Há casas que são construídas de madeira, com fechamento de palha que também faz a cobertura. Outra é feita de madeira e barro e a cobertura de palha. Todos esses materiais são encontrados na aldeia. Essas casas são usadas para moradia. A escola sempre reproduziu essa prática como forma de valorizar o modelo da casa tradicional Pataxó e transmitir esse saber ancestral.

4.1.5 Histórias de vida dos anciãos e lideranças

Figura 6- Roda de Conversa sobre histórias de vida dos anciãos e lideranças.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2023.

Essa prática foi desenvolvida pela primeira vez na Semana Cultural, em 2023. A proposta era destinada aos alunos do Ensino Médio para escrita de biografias dos mais velhos da

comunidade. O objetivo era valorizar e fortalecer a luta dos mais velhos, bem como estimular a escrita dos alunos. Como eu estava junto, seria o momento de os mais contarem sobre os movimentos de retomada e a luta para instalação de escola na aldeia. Também era uma possibilidade de incentivar os alunos a utilizarem recursos tecnológicos para registrar as histórias de vida de anciãos e lideranças. Cada professor ficou responsável por orientar o trabalho em uma turma que deveria fazer a biografia de duas pessoas da comunidade. Eu ajudei o professor Cosme, responsável pela turma do 1º ano Ensino Médio, que decidiu fazer três biografias: de Juliana Santana, Patxió (José Raimundo Santana) e Alfredo Santana. Para realizar o trabalho, montamos o cronograma de etapas.

A primeira etapa foi explicar para os alunos como escrever uma biografia. Mas, os alunos disseram que já haviam feito uma atividade desse tipo com o professor de português, o Emanuel. Isso facilitou a execução da atividade proposta. Então, fomos atrás das lideranças e as convidamos para uma Roda de Conversa. Conseguimos marcar a primeira Roda de Conversa com a liderança Juliana, que ocorreu em uma terça-feira, à tarde. Na quarta-feira, fizemos a Roda de Conversa com Patxió. Não conseguimos marcar com a liderança Alfredo, porque ele estava viajando.

Como de costume, tentamos fazer as Rodas de Conversas ao ar livre ou nas casas dos entrevistados, mas devido à chuva, a Roda de Conversa com Juliana foi feita na sala de aula. Já com Patxió, usamos a barraca de palha. Os alunos registraram a roda de conversa com celular, tiraram fotos e fizeram anotações em seus cadernos. Depois, os alunos ajudaram a transcrever as falas das lideranças, resguardando as marcas da oralidade de cada um. Juntamos esse material e organizamos as biografias. Os textos produzidos foram expostos e apresentados ao público durante a Semana Cultural de 2023 (Anexo III).

4.1.6 Pinturas corporais e grafismos Pataxó

Figura 7- Pinturas corporais e grafismos Pataxó.



Fonte: Cleidiane Santana, 2023.

As pinturas corporais Pataxó configuram uma prática tradicional, utilizada pelo povo em rituais, cerimônias, festividades, retomadas, mobilização nas BRs, dentre outros momentos. Essa prática tradicional é realizada na escola em formato de oficinas de pinturas e em outros formatos dentro das atividades letivas, durante o ano.

Para a Semana Cultural de 2023, foi proposta uma oficina também com o objetivo valorizar, fortalecer essa prática, bem como despertar o dom de fazer pinturas corporais entre os alunos.

Para preparar a oficina de pinturas corporais, os alunos do 1º ano do Ensino Médio ficaram responsáveis pela produção da tinta de jenipapo, tendo eu acompanhado esta produção. Os alunos trouxeram de suas casas os materiais necessários para fazer a tinta: jenipapo, lixas, ralo, bacias, pano e carvão. Dividiram as tarefas, os homens ralaram o jenipapo e as mulheres extraíram a tinta do jenipapo ralado. A tinta ficou reservada para que, no outro dia, pudesse ser usada na oficina.

A oficina foi organizada de acordo com os horários de funcionamento das turmas. Pela manhã, foi o Ensino Fundamental e, à tarde, o Ensino Médio. Os professores organizaram e selecionaram os alunos que dominam fazer pinturas corporais, bem como aqueles que queriam aprender a fazer pinturas. Aqueles que dominam a prática, iam ajudar os professores a ensinar os que não sabiam. Os mestres de pintura, que trabalham com a língua Patxohã, selecionam as pinturas que iam ser feitas durante oficina, por idade e gêneros. Quais as pinturas fariam nas crianças, quais nos homens e aquelas que iam ser pintadas nas mulheres. E por fim, todos saíram pintados para participar das apresentações da Semana Cultural.

4.1.7 Culinária tradicional Pataxó

Figura 8- Culinária tradicional Pataxó.



Fonte: Cleidiane Santana, 2023.

A prática culinária tradicional Pataxó é muito presente em nosso dia a dia. Ela inclui nossas comidas típicas, frutas dos nossos quintais produtivos e bebidas tradicionais. São algumas dessas práticas culinárias que são realizadas na escola. Essa prática educativa acontece na escola em várias atividades letivas no decorrer do ano, em aulas de disciplinas diferentes, na semana cultural, em eventos da escola como Dia das Mães, Dia dos Pais, piqueniques de turmas, dentre outros. Assim, como em outras, o objetivo é valorizar e dar visibilidade para a culinária da nossa comunidade para os alunos e visitantes.

Na semana cultural de 2023, que acompanhei como pesquisadora, as professoras se reuniram e organizaram a barraca de exposição da culinária Pataxó para o dia da apresentação dos alunos. Então, elas resolveram montar uma cozinha tradicional Pataxó, na barraca que é feita todo ano. Elas construíram um fogão de quatro funco de barro. Esse fogão de furquia de barro é feito com quatro gancho de madeira, duas travessas de madeira e o lastro de tabuas, que faz o papel de uma bancada. Feita a armação, se coloca o barro para modelar as bocas do fogão e o espaço de colocar as panelas. Elas também prepararam chás naturais e do Kawin (bebida típica) para servir aos alunos, pais e visitantes.

Observei que as professoras solicitaram aos seus alunos trazer de casa algumas frutas dos quintais produtivos de seus pais. Essa é uma prática comum, pedir frutas na aldeia e os alunos levam para escola, cacau, limão, laranja, abacate, acerola, jaca, carambola, dentre outras frutas. Um membro da comunidade doou uma lata de farinha para a escola, para expor na cozinha Pataxó.

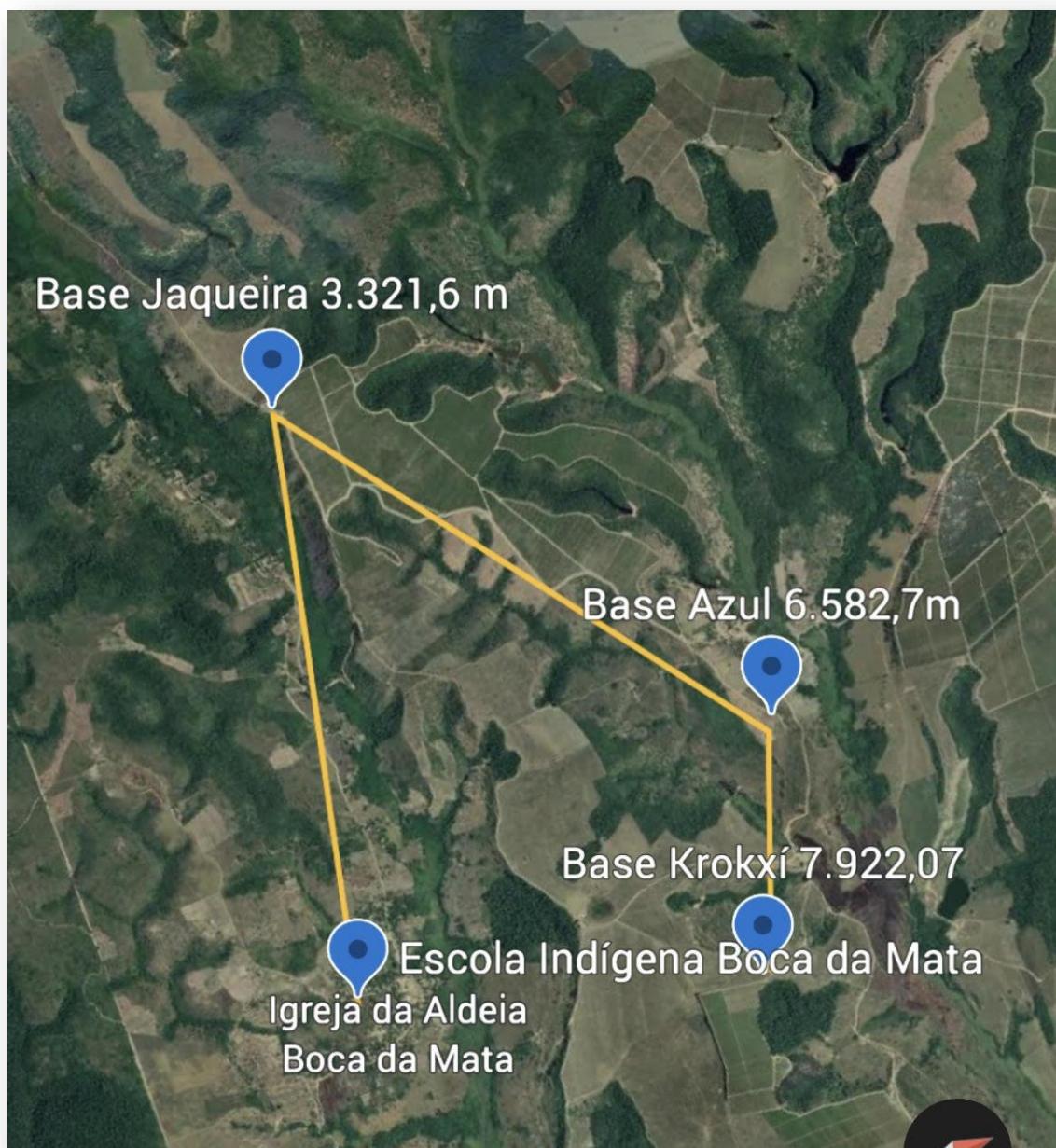
4.2 Práticas educativas na retomada do Território Indígena Barra Velha do Monte Pascoal

Nesta seção, descrevo as práticas que participei juntamente com a escola no movimento de retomada para ampliação do TI Barra Velha, iniciado em junho de 2023. Para o registro dessas práticas, como esclarecido nos capítulos anteriores, utilizei basicamente o meu diário de campo e algumas imagens que foram divulgadas nas redes sociais pelas pessoas que denunciavam as violências que ocorreram naquele momento.

Como justificado, a ampliação do meu campo de pesquisa se deu porque a escola passou a participar do movimento de retomada e apoiar o movimento. Optei por registrar aqui

nove praticas educativas que aconteceram durante o movimento de retomada que tiveram a participação ativa da escola.

Figura 9- Mapa locais de retomada 2023.



Fonte: Google Earth, 2023.

Na manhã do dia 09 de agosto, acordei, tomei café, banho e logo após fui para a escola para iniciar a pesquisa de campo. Chegando na escola, o assunto do momento era a Retomada que foi iniciada naquela madrugada na Fazenda de Zé Roque. Essa é uma fazenda considerada pequena e tem um plantio de café. Os parentes da aldeia Cassiana começaram essa nova retomada, após a tentativa frustrada de retomada na Fazenda Brasília, que foi impedida pela frente violenta armada pelos fazendeiros. Nessa nova tentativa, também já estavam enfrentando reação violenta dos fazendeiros

e isso estava assustando as pessoas dentro da minha comunidade. Neste dia, os parentes bloquearam as estradas, o transporte escolar não rodou para o povoado São Geraldo, onde busca os alunos não indígenas que estudam na escola de Boca da Mata. As lideranças da aldeia Cassiana que lideram a retomada decidiram que os alunos não indígenas não estudariam mais na escola indígena Pataxó.

O cacique e o vice-cacique de Boca da Mata, juntamente com as lideranças e outros membros da comunidade, convocaram todos para uma reunião comunitária, na igreja católica. Essa reunião era para falar sobre a retomada da Fazenda Zé Roque pelos parentes de Cassiana. A reunião que começaria às 15:00 horas, de uma quarta-feira, tinha como objetivo chamar a comunidade para ajudar os parentes na retomada.

Durante a reunião, pude entender que nem todos concordavam com a ação, devido à reação violenta dos fazendeiros que está trazendo terror para todos dentro da aldeia. Os fazendeiros usaram armas de fogo contra nós, indígenas. Todos falavam, uns defendiam que devíamos enfrentar e outros que não. Até que a liderança Juerana disse:

Juerana: Estamos em tempos em que sofremos ataques por todos os lados. O movimento de retomada já vem acontecendo há um mês e isto nos deixou em uma situação delicada, ou seja, encurralados sem poder sair de dentro dos nossos territórios.

Outra parente mais velha disse:

Yari: Precisamos buscar mais a nossa espiritualidade, nossa inteligência para que possamos ter estratégias para uma retomada comunitária.

Outro parente, Patxyo, fez uma bela reflexão sobre a retomada de 2014, que durou 08 meses. Nesse tempo, atingimos todas as fazendas que estão dentro da ampliação do TI Barra Velha. Ele ainda contou que o ministro da justiça deixou bem claro para o seu irmão, à época o cacique Alfredo, que “índios, se vocês querem terra, plantem todo pedaço de terra que vocês têm, que nós damos a terra para vocês”. Ele continuou dizendo,

Patxyo: vamos meus parentes, plantar tudo que temos, e assim bolar uma estratégia de luta em uma nova retomada, porque uma retomada não articulada, iremos perder novamente, como em 2014. Naquela época aconteceu um desastre, perdemos tudo e o nosso cacique ficou acusado de processo e sendo ameaçado. Agimos por impulso, sem articulação.

Depois a Juerana voltou a falar, agora emocionada, lembrando sobre o fogo de 51, em Barra Velha. Enquanto falava, ela apontava para o ancião Benedito e sua esposa que, naquela manhã, choravam ao ouvir os tiros vindos do local da retomada na fazenda de Zé Roque.

Juerana: E quantos membros de nossa família Pataxó perdemos no fogo de 51? E nesse momento, nos encontramos em uma guerra, por estarmos encurralados, presos e sem poder sair da aldeia. Precisamos enfrentar esta luta juntos com nossos parentes, levar força para eles, e assim venceremos essa luta.

Após a fala da Juerana, alguns membros da comunidade se manifestaram sugerindo que deveríamos ir ao local de retomada para dar força aos parentes, dançar e cantar o Awê.

Durante a reunião, todos se reuniram e decidiram fazer uma vaquinha em dinheiro e em mantimentos para levar para os parentes que estavam dentro da retomada.

Enquanto todos estavam concentrados na igreja católica, discutindo as sugestões para apoiar os parentes, a energia elétrica caiu. Ficamos sem energia e sem outro meio de comunicação. A reunião terminou, fomos todos, em grupos familiares, refletindo sobre o que estávamos enfrentando naquele momento. Não sabíamos por que a energia tinha ido embora, não tinha motivo para ter queda de energia, pois as condições climáticas eram boas, não havia sobrecarga na rede. Todos ficaram preocupados e vigilantes a noite, a maioria das pessoas da comunidade não dormiu. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 09 de agosto de 2022)

Enquanto aguardava a aprovação do Conselho de Ética (CEP), da UFMG, para iniciar a pesquisa de campo que previa o acompanhamento das práticas escolares em Boca da Mata, estourou a retomada do TI Barra Velha do Monte Pascoal, liderada pela Aldeia Cassiana. Esta aldeia é formada por famílias que saíram de Boca da Mata e de outras aldeias da região. Então, desde sempre houve uma forte relação entre a aldeia Cassiana e Boca da Mata.

Até 2022, havia 8.627 ha de terra demarcados como TI Barra Velha. Mas, sabemos que o TI Barra Velha ancestral é muito maior do que isso. Por isso, continuamos com o processo de autodemarcação para ampliação do TI Barra Velha que para nós cobre pelo menos 52.748 hectares.

Ao deflagrar a primeira retomada, em junho de 2022, que foi na Fazenda Brasília, a comunidade Cassiana sofreu uma violenta reação dos fazendeiros. Houve confronto direto, com tiroteio, ameaças de mortes e de provocar um massacre das famílias. Diante do recuo que tiveram de dar por causa da violência, os parentes de Cassiana organizaram outra retomada, agora na Fazenda de Zé Roque. Nessa nova retomada, a comunidade de Boca da Mata se reuniu, como relatado no diário e decidiu apoiar os parentes de Cassiana para fortalecer as famílias. Ao mesmo tempo, o confronto com as outras fazendas continuaram, mas as famílias não recuaram. Elas começaram a fazer barracas de palhas e de lonas nos locais de retomada. Nesse momento, a escola de Boca da Mata, que é parte da comunidade, também passou a contribuir com os movimentos de retomada, ajudando com a presença dos alunos e professores nos momentos de rituais para fortalecer o movimento.

O povo da minha aldeia, percebendo que a violência e as ameaças estavam cada vez mais fortes sobre os parentes, pois registrava-se a presença constante de pistoleiros das fazendas vizinhas, decidiu aderir ao movimento de retomada para ampliação do TI Barra Velha. Após a investida da comunidade de Boca da Mata nas retomadas, vivemos pelo menos mais 15 dias intensos de vigilância nas retomadas, fazendo o enfrentamento com os fazendeiros.

Após esses 15 dias, a situação acalmou e algumas famílias das aldeias que estavam na linha de frente das retomadas passaram a viver cotidianamente nessa área de retomada. Eles então começaram a construir suas casas de palha, levantaram um centro comunitário e iniciaram alguns plantios, como de horta. Eles renomearam o território como Aldeia

Jaqueira, substituindo o nome antigo que era Fazenda Zé Roque. A participação da escola também ficou mais intensa, incluindo reuniões na comunidade, realização de aulas e outras atividades no local de retomada. Então, como de costume, a escola passou a priorizar a luta pelo território, algumas aulas passaram a acontecer no espaço de retomada, onde os parentes estavam. Como a minha pesquisa já havia iniciado, o meu campo de pesquisa também foi ampliado, incluindo a minha participação juntamente com a escola nas práticas educativas que ocorreram nesse movimento de retomada.

De fato, no início de agosto de 2022, ficamos na retomada por uma semana e a escola suspendeu suas aulas e passamos a viver mais no espaço de autodemarcação. Lá os alunos aprenderam a plantar, a ouvir e contar histórias, construir casas, puxar rituais. E quando tudo se acalmou, voltamos com as aulas no espaço escolar trabalhando os conteúdos disciplinares e articulando com as práticas educativas tradicionais.

4.2.1 A força do Awê: espiritualidade Pataxó

No dia 11 de agosto, as aulas na escola ocorreram até às 15:00. Após isso, aconteceu uma reunião com os funcionários e decidimos fazer um ritual no centro da aldeia, às 17 horas. Devido a semana ter sido palco de muitos ataques, todos estavam muito tristes, foram tantos ataques, ameaças a nós, indígenas, que a escola viu a necessidade de transferir suas atividades para fortalecer essa reunião. Todos, pais, mães, professores e alunos foram para participar do Awê.

Para que o Awê acontecesse, os homens da comunidade fizeram uma grande fogueira no centro da aldeia, a partir das 17h. O objetivo era nos fortalecer diante do que estava acontecendo, mandar energia positiva para os parentes no local de retomada. O ritual foi até às 22 horas. A escola e a comunidade, juntas, estavam buscando energia positiva. Ao final da noite, a professora Cleide escreveu uma carta-denúncia sobre o que estávamos passando há cerca de um mês em nosso território. Essa carta repercutiu nas mídias sociais, o que foi um ponto positivo para nós. (Diário trioká'irá hũ Suyhê 11/08/2022)

Carta de Cleidiane

Venho por meio desta nota informar que nós das comunidades indígenas, Boca da Mata e Cassiana, território indígena Barra Velha, estamos sofrendo ataques dos fazendeiros e pistoleiros das fazendas vizinhas, por motivo da ocupação do território nas proximidades das aldeias. Eu como moradora dessa comunidade há mais de 29 anos, venho relatar meu medo e insegurança diante desses ataques.

Faz mês que não andamos mais livres pelo território e por onde saímos da aldeia; o único acesso são as fazendas, não estamos conseguindo sair porque as entradas e estradas das comunidades estão sendo fiscalizadas por pistoleiros fortemente armados, criando uma situação de medo e causando transtornos a todos nós da aldeia.

Faz mês que pessoas e famílias não estão saindo para as cidades para comprar seus alimentos e estamos ficando sem alimentos em casa, como é o caso da aldeia Cassiana, onde as famílias estão sem trabalhar e sem o que fazer para ajudar seu povo, pois os órgãos públicos como FUNAI, já não existe, e há muito tempo deixou de dar apoio às comunidades indígenas.

Sendo assim, nós como moradores estamos sofrendo também por todos esses motivos, e pedimos ajuda os órgãos competentes, públicos e polícia federal que venham intervir... pedimos amparo e

proteção dos Direitos humanos as nossas comunidades que estão sofrendo ataques e constantes ameaças de entrada no nosso território por parte dos pistoleiros.

Pedimos ajuda para que todos que são a favor das causas indígenas também nos ajudar a divulgar e contar um pouco do que está acontecendo aqui no território Barra velha.

Precisamos e pedimos intervenção, pois estamos vendo a hora de acontecer um massacre como em 1951 que matou e dizimou maior parte da população Pataxó na época. Contamos e pedimos apoio para que venham e nos ajudem a garantir o direito de liberdade e direitos de usos dos nossos territórios, que é nosso. Sabemos que o governo atual não é a favor dos povos indígenas e minoritários, mas todos juntos podemos lutar em prol de um bem maior que é a vida das nossas crianças e dos nossos anciãos dentro de nossas comunidades. “Não estamos felizes com todo esse acontecimento, não temos apoio da polícia local, pois disseram que iam meter balas nos indígenas que colocasse o pé do outro lado da aldeia. A ordem era que metesse bala” eles deixaram claro quando vieram fazer ronda no início do mês passado. Então mais uma vez eu não quero que ninguém da minha família pague ou um inocente pague, pedimos paz, pedimos proteção e segurança. Alunos e professores, velhos e crianças todos assustados com os tiros de fuzis, estamos sendo vigiados dia e noite por Drones. Queremos que faça valer o direito de proteção e não que aconteça novamente um massacre ou um banho de sangue. Chega de derramar sangue indígena. “Eu quero ver minha filha brincar com meus sobrinhos na rua ou sem nenhum perigo no quintal da minha casa”. Como membro e moradora dessa comunidade repúdio qualquer tentativa de ataque ou represálias dentro e fora do meu território indígena com indígenas que estão em busca de ocupar o que é seu por direito e demarcação do nosso território.

A luta nunca parou, mas temos Fé que em algum momento isso tudo irá acabar e voltaremos a viver tranquilamente como vivíamos. (Cleideane 18 de agosto 2022)

O povo Pataxó transmite seu canto através do que chamamos de awê. O awê é carregado de amor, união e espiritualidade que busca na natureza para nós. Em movimentos de retomada e de mobilização indígena; luto e rituais sagrados; cerimônias de casamento, formatura e outras festividades na comunidade, é a prática do awê que nos fortalece espiritualmente e reafirma nossa identidade. No awê fazemos o uso fluente da língua Patxohã.

Nas práticas educativas escolares realizadas durante o movimento de retomada, o awê estava sempre presente. O seu ensinamento se dá através da transmissão conduzida pelo professor de cultura que chamamos de “professor de Patxohã”. É com o canto do awê que se inicia qualquer atividade ou movimento do povo Pataxó. Na prática do awê que se deu nesse movimento de retomada, os professores e alunos que se deslocaram para o local de retomada, conduziram o ritual. São nesses momentos que os alunos aprendem os cantos sagrados de retomada de terra, bem como fazem a reafirmação da língua materna.

4.2.2 A força da juventude na retomada

No sábado, dia 13/08/2022, a comunidade se reuniu e organizou um grupo para ir para o local de retomada, na Fazenda do Zé Roque, atendendo ao chamado do grupo da igreja evangélica. Acordei com a notificação no grupo de mensagem dos irmãos da igreja evangélica. Os jovens e outros membros da comunidade então se juntaram para passar o dia na área de retomada. Saímos ainda

cedo, alguns foram de carro e outros a pé. Chegando lá, o grupo de irmãos evangélicos entoaram louvores na língua matema, cantaram músicas do awê e contaram histórias.

Neste dia, contamos com a presença do cacique Nailton, Pataxó Hãhãhãe, que vive em uma aldeia perto de Pau Brasil. Ele estava no local também dando sua contribuição na retomada. O cacique Nailton cantou e contou histórias da retomada do seu povo, trazendo a força da espiritualidade. Ao final do dia, retornamos para a nossa aldeia Boca da Mata.

No dia seguinte, domingo, os jovens, alunos da escola, mobilizaram os professores e outros membros da comunidade para retornar ao local da retomada. Muitos aderiram e fomos em caminhada, de aproximadamente 2 km, cantando o Awê. Passamos o dia lá, todos participaram de roda de conversa com os mais velhos e fizeram cantos de awê.

Esses dois dias foram bastante fortalecedores para nós. Foi algo surpreendente, porque a nossa comunidade, Boca da Mata, estava cabisbaixa. Depois desse movimento que levou a uma reflexão sobre o papel que nós tínhamos nesse movimento, a comunidade se levantou com garra para lutar pelo território sagrado. Até porque esse território é nosso por direito, nossos ancestrais já o habitavam, os latifundiários chegaram depois com seu capitalismo e sua boiada.

Na segunda, dia 15 de agosto, foi feriado municipal, teoricamente a escola não trabalharia, mas a comunidade seguiu com o planejamento do movimento indígena na retomada, marcando presença novamente no local da retomada. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 15/08/2022, 19 horas)

Como descrevo, nesta prática educativa, a força da juventude se destaca pela possibilidade de ela participar das decisões, exercendo sua autonomia coletiva. A presença dos jovens nas retomadas faz com que esse movimento seja um espaço potente de transmissão de saberes ancestrais. São oportunidades de aprender ouvindo as histórias dos mais velhos e das lideranças e por meio do canto do awê, específico para esses movimentos. Muitos jovens percebem o chamado para ser liderança quando participam desses movimentos, por isso, são espaços privilegiados para aprender a ser líder. No movimento de retomada, o jovem vivencia muitas coisas: os exemplos dos mais velhos na luta pelo território, a espiritualidade praticada nos rituais, os momentos de decisão e de enfrentamentos das violências externas. Em uma retomada, o jovem entra na luta pelo território com a mente, o corpo e o espírito.

4.2.3 O terror da violência contra indígenas nos movimentos de retomada

No dia 17 de agosto, era uma quarta-feira. O dia acordou normalmente, sem tiros em retomada, sem notícias ruins. Pela manhã, a escola seguia tranquila com as atividades letivas no prédio principal. A aldeia com suas normalidades, crianças e jovens indo para a escola, pais trabalhando em suas atividades laborais. Mas, no período da tarde, enquanto estava em casa assistindo a uma aula online, no horário 15h30, minha mãe estava no terreiro da minha casa colhendo pimenta do reino, quando ela e minha irmã falaram alto:

Mãe: “Suyhê, está ouvindo? É bomba ou tiros?”

Suyhê: sim, mãe. Não sei!

Neste momento, paramos nossas atividades e fomos observar de onde estava vindo o barulho, peguei o celular e comecei a gravar para o outro lado do rio Cemitério, onde estão localizadas as fazendas, ainda sem muito entender o que estava acontecendo. Pensamos, “é na fazenda, são os pistoleiros atirando para cá”. E lembrei dos meus sobrinhos que estavam na escolinha de futebol

no centro da aldeia. Logo pedi à minha irmã para ir buscá-los. Na estrada passavam pessoas para buscar seus filhos na escola e no campo de futebol. Durante esse acontecimento, na escola, estava um terror de choros. As crianças da creche, da educação infantil e dos anos iniciais choravam, assustadas com os barulhos dos tiros. Os alunos maiores começaram a gravar o acontecimento e publicar nas redes sociais. Os professores tentavam acalmar as crianças, as mães preocupadas com seus filhos correram para a escola, a fim de pegá-los. A escola paralisou as atividades imediatamente e todos foram para suas casas.

Após uns 30 minutos de tiroteio que foram assustadores, tudo se acalmou e começamos a nos comunicar pelo grupo de WhatsApp. Uma mãe de família relatou que uma bala atingiu a área da casa dela e compartilhou foto da bala. Outra mãe, falou que uma bala atingiu o pé de coco de sua casa. Nos grupos começaram a circular as informações de que os parentes de Cassiana e de Boca da Mata resolveram ampliar a investida e retomaram mais duas fazendas vizinhas que ficam do outro lado da aldeia Boca da Mata. O que separa a aldeia das fazendas é exatamente o Rio cemitério. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 19/08/2022)

Devido às ameaças e violências que vinham acontecendo, após a primeira retomada da Fazenda do Zé Roque, que passou a se chamar Aldeia Jaqueira, os parentes sentiram a necessidade de fazer outra retomada em outras fazendas (Barreirinha e Fazenda de Delano). Foi essa nova retomada que motivou a reação dos fazendeiros, que ordenaram novos tiroteios na tarde do dia 17 de agosto.

A partir da retomada dessas outras duas fazendas, os parentes resolveram que para identificar melhor o local ocupado, chamaram “retomada da jaqueira”, o território onde estavam as famílias de Cassiana; “retomada base azul”, onde era a fazenda localizada ao lado do povoado São Geraldo, no caminho da estrada que também abrigava famílias de Cassiana; “retomada da Barreirinha”, onde encontravam-se as famílias de Boca da Mata *krocxí*. Em cada base ficava uma liderança ou cacique que coordenava o movimento. Essas são as áreas de autodemarcação que, para nós indígenas, conhecemos como “área de retomada”. Retomada para nós significa voltar a ter posse do território que já é nosso. A partir desses dias, organizamos várias ações para manter o apoio às famílias que estavam nas três bases criadas.

Nos dias 18 e 19 de agosto, após o episódio do tiroteio que atingiu a escola no dia 17/08, o cacique de Boca da Mata que liderava o movimento na base *krocxí* Boca da Mata e o cacique e as lideranças de Cassiana que estavam responsáveis pelas bases Jaqueira e Azul pediram apoio às outras comunidades. De imediato, receberam o apoio da Aldeia Nova e, alguns dias depois, tivemos a adesão da aldeia mãe Barra Velha. Mesmo mantendo a presença constante e vigilante nos locais de retomada, todos estavam apreensivos, porque não havia proteção policial para o povo que ficava o tempo todo sob ameaças dos pistoleiros.

Somente no dia 19, à tarde, chegaram quatro viaturas da polícia, comandadas pelo delegado de Porto Seguro, para fazer a perícia e o registro dos ataques com armas de fogo. No entanto, eles não permaneceram no local para garantir a segurança dos que faziam a retomada.

Até aquele momento, eu nunca participara efetivamente de um movimento de retomada. Por isso, tudo que vivenciava era motivo de grande aprendizado. Durante as rodas de conversa, os caciques e lideranças nos ensinaram que o início de um movimento é sigiloso e muito apreensivo. Eles também enfatizavam como a ação de retomada do território é importantíssima para a formação de nós, indígenas, principalmente para jovens como eu. É uma reconquista, lembro dos momentos apreensivos na comunidade, como do tiroteio que relatava acima, mas ao mesmo tempo, enchemos de força para continuar a luta pelo território. Não pensamos somente no hoje, estamos sempre com a preocupação com as futuras gerações que vão continuar a nossa história, não deixar adormecer nossa ancestralidade, espiritualidade, língua e cultura.

4.2.4 Mobilização da escola na retomada

Os caciques e a liderança do conjunto de aldeias que aderiram à Retomada decidiram dividir o campo de atuação das equipes nas bases, de modo que a atuação de Boca da Mata no enfrentamento aos fazendeiros se concentrasse na base de retomada nomeada como Kroxki. As demais aldeias se concentraram nas outras bases.

O cacique de nossa aldeia pediu que os professores também apoiassem o movimento de retomada das fazendas. De fato, diante do acontecimento do dia 17, quando o tiroteio atingiu a escola, toda a comunidade ficou com muito medo. Como os alunos não foram para a escola, os funcionários, professores e lideranças presentes decidiram suspender as aulas nos dois próximos dias, para que todos pudessem dar seu apoio na retomada.

Assim foi decidido, todos os funcionários e alunos maiores de idade que estavam com vontade de ir para a retomada, foram com seus pais para cobrir as três bases. Afinal, professores indígenas ensinam nas diferentes práticas que são demandados na comunidade, porque a luta é de todos, não poderia ser diferente em uma retomada de terra.

Com esse pedido, a escola se organizou e a equipe da escola decidiu ir para a base Kroxki e passou o dia lá: alunos (professores e coordenadores e diretores), juntamente com outros parentes e suas famílias e filhos. À noite, mulheres e crianças que estavam na retomada, como eu, voltavam para a aldeia. Pernoitavam no local de retomadas somente os homens.

Nos dois dias que fiquei na retomada, os líderes estavam fazendo alguns ajustes na organização, pedindo apoio das outras comunidades do TI. A aldeia Barra Velha contribuiu bastante com a alimentação, o que ajudou para alimentação do pessoal nas bases.

Desde que nasci, aprendi que para ser guerreira, ser líder, não tem como você fugir da luta. A alma queima por dentro querendo estar junto com os parentes. Eu me lembro da primeira vez que senti isso. Em 2015, em Brasília, participando do movimento indígena, durante um ataque das tropas policiais com bomba de gás, spray de pimenta e bala de borracha. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 19 de agosto de 2022, horas)

A presença da escola na retomada fortaleceu o movimento, e diversificou os modos como os professores puderam ensinar. Ali, eles não só ensinavam conteúdos programáticos, muitos previstos nos livros didáticos, mas principalmente ensinavam os fazeres e saberes tradicionais para fazer um awê, uma pintura corporal, ajudar as lideranças na organização interna, redigir documentos. Também ensinavam às jovens tarefas cotidianas, como pegar lenha, fazer o fogão tradicional, limpar o espaço de convivência, dentre outros. Presenciei na retomada essas atividades que caracterizamos como práticas educativas em retomada, em que compartilham os saberes tradicionais, os jovens desenvolvem autonomia, diversifica a prática pedagógica dos professores da escola e fortalecem o movimento de retomada.

4.2.5 O professor indígena na luta para retomada do TI Pataxó Barra Velha

No dia 22 de agosto, os servidores (professores, diretor e funcionários administrativos) foram para a escola. Chegando lá, estava começando uma reunião, convocada pelo diretor da escola. A pauta era sobre uma ligação do cacique pedindo para permanecer com as aulas suspensas dentro do espaço da escola até quarta-feira, dia 24/08/2023. O objetivo era continuar a participação na retomada, para fortalecer ainda mais o movimento. Nos primeiros dias, após o dia 17 de agosto, quando houve o tiroteio, carros da polícia estavam indo direto ao local da retomada observar e, para as lideranças, seria um momento fundamental de estarmos todos juntos.

Então, uma nova reunião na escola, no dia 22/08, foi chamada para discutir se poderíamos continuar com as aulas suspensas na escola e como iríamos justificar para a secretaria esses dias, de modo a atender os 200 dias letivos exigidos. Os movimentos de retomada são frequentes e exigem mudanças na rotina escolar, pois precisamos estar na retomada, mas a secretaria de educação não entende o processo de retomada e não o reconhece como um espaço de aprendizagem da Luta Pataxó. Por isso, os professores estavam preocupados com a reação da secretaria de educação de Porto Seguro. Porém, quando acontece esses movimentos, mudar o calendário de atividades da escola é uma decisão em conjunto, coletiva, que envolve toda a comunidade. Todos têm direito a opinar. Assim, na reunião, os coordenadores e professores elaboraram um documento (ofício) com justificativa para a suspensão das aulas na escola e indicando que os dias seriam repostos à frente. Após a reunião, fomos todos para a retomada.

Eu fui à tarde com meu pai, que é o diretor da escola. Chegamos lá, por volta das 16:30, estava dias de chuvas, as estradas estavam péssimas. Após meia hora que estávamos na retomada, chegaram seis viaturas da polícia, querendo entrar no TI. Na verdade, elas entraram. Como a primeira base é a Azul, os parentes que estavam lá receberam os policiais, porém, os policiais queriam mesmo era ir à base da Jaqueira e não justificaram o motivo. O grupo que atendeu os policiais na base Azul fez contato com quem estava em *Krokxi* e na Jaqueira, o que deixou a todos preocupados. Por que eles queriam ir para a Jaqueira? No mesmo instante, juntaram todos os homens que estavam presentes na base *krokxi* e partiram para a base da Jaqueira para saber o que estava acontecendo. Quando chegaram lá, eles ficaram sabendo que os policiais queriam somente passar pela estrada do Montinho que estava bloqueada, pois é a estrada que dá acesso à Fazenda Brasília. Mesmo com o pedido dos policiais, os parentes que estavam na base da Jaqueira fizeram os policiais voltar, não desbloquearam o caminho para eles passarem.

Juerana, professora e liderança de Boca da Mata, estava na Jaqueira, juntamente com um dos sobrinhos, que por sua vez, estava acompanhado da filha. Ela contou que houve um momento tenso de negociação com os policiais, com muita apreensão e até desespero. Seu sobrinho, que também é professor, veio a ela para contar que sua filha de 8 anos, que se chama Nayê, começou a chorar quando viu os policiais. O pai então chamou Juerana que foi acalmar a criança.

Pai/professor: Nayê, pare de chorar, os policiais não vai gostar de ver índio chorando. Vc não é guerreira?

Nayê: Eu sou pai.

Pai/professor: canta aquela música “eu sou guerreiro, eu sou guerreiroo.....”

A criança então cantava e chorava ao mesmo tempo.

Juerana: Nayê, para de chorar.

Nayê: o que eu faço, tia, para parar de chorar? Me dá um remédio para secar a água do meu olho.

(Diário trioká'irá hũ Suyhê, 23 de agosto de 2022, horas)

Transcrevendo o diálogo entre pai, filha e tia, acima, fiquei me perguntando: as crianças Pataxó aprendem nas retomadas? Posso afirmar que sim. As crianças indígenas exercem um importante papel nesses movimentos. Elas costumam brincar o tempo todo no espaço das retomadas. Nesse brincar, elas imitam as atividades que são feitas pelos adultos, mostrando como percebem os saberes que são transmitidos nas rodas de conversa, as tensões dos momentos de maior enfrentamento, os cantos e danças, tudo que é compartilhado no espaço. Elas nos fortalecem como professores, pais, anciãos e lideranças para continuar na luta pelo território.

Em uma das minhas idas à retomada na base *Krokxi*, presenciei uma cena que tocou meu coração. Uma criança vendo que eu estava fazendo uma pintura no meu rosto, veio e disse para mim: “Tia, me pinta, por favor”. Vendo a filha me pedir, a mãe da criança veio até a mim e contou que a filha estava inquieta, porque estava sem pintura no rosto. A criança falou para mãe que queria pintar o rosto, porque “índio sem pintura em retomada não era índio”.

Como pesquisadora, professora e mulher indígena jovem da minha comunidade, percebo a importância da presença das crianças Pataxó nos movimentos de retomada ou em outros espaços de aprendizagem. Afinal, são elas as futuras lideranças e pajés da nossa comunidade.

4.2.6 A importância de saber quem são os parceiros

No dia 02 de setembro, as lideranças que estão à frente da retomada convidaram a escola para participar de uma Roda de Conversa na área em retomada, na base *Krokxi*. Esse convite foi feito ontem à tarde, dia 01/09/2022. A escola decidiu levar os alunos do 7º, 8º, 9º anos e Ensino Médio juntamente com os professores para participar dessa reunião. Eu, que estou como pesquisadora, também fui. Estava programada uma palestra das lideranças para situar o deputado federal pela Bahia, Valmir Assunção, que sempre apoiou as lutas dos indígenas da região. Nessa palestra, as

lideranças falaram sobre os conflitos e o contexto da retomada. Esse encontro aconteceu no espaço de retomada, pois o deputado queria visitar o local e afirmar seu compromisso com os povos indígenas.

A reunião

Hoje amanheceu com chuvas, estradas horríveis para transitarem, mas nada disso nos tirou a vontade de ir para a retomada. Como o ônibus escolar não pode transitar, não foi possível levar todos os alunos, mas foi uma quantidade boa.

No local da retomada aconteceu uma oração para iniciar a reunião. Após isso, as lideranças começaram a conversar e colocar suas indagações, ao mesmo tempo que apresentavam para o deputado o processo de luta no espaço da retomada em curso e também as conquistas pelos nossos direitos indígenas. Estavam presentes alguns caciques de outras comunidades do TI Barra Velha que dialogaram com o deputado, apresentando demandas do TI.

Após a palestra que durou umas quatro horas, fizemos um awê. Os companheiros não indígenas cantaram e dançaram juntos, afirmando o compromisso conosco. Terminando a palestra, voltamos para casa.

(Diário trioká'irá hũ Suyhê, 02/09/2022)

Nessa prática, a escola participa de uma reunião comunitária na retomada para discutir a luta do povo pela ampliação do território. Havia ali um interlocutor externo, um deputado federal que é tido pelas lideranças como parceiro, apoiador das pautas dos indígenas. É por causa dessa relação de proximidade e confiança que ele é recebido na área de retomada. É também uma ação de busca de aliados que podem ter força política para ajudar a resolver o conflito.

A comunidade em suas lutas diárias e históricas sempre contribuiu na formação dos alunos indígenas. Há uma preocupação das lideranças de os alunos participarem desses tipos de reuniões, pois é assim que eles vão aprendendo em quem confiar, para quem pode abrir as portas. Um jovem de hoje, no futuro, será uma liderança ou outro membro que fará a interlocução da comunidade com os órgãos e parceiros de fora.

Os jovens indígenas, alunos da escola, também ficam preocupados de como devem se apresentar para uma reunião que discutirá assuntos importantes sobre nossas lutas. Na nossa cultura, educação é territorializada. Não se pode discutir os rumos de um movimento de luta por um território fora do local de retomada e é desse modo que essa reunião ganha o significado e a potência para que todos possam aprender, fazendo juntos.

Por isso, as reuniões comunitárias são ricos espaços para se ensinar para o jovem sobre e como se faz política, reconhecendo quem são os parceiros das causas indígenas. Para aquele jovem que já tem autonomia para votar nas eleições político-partidárias, a

comunidade e escola orientam a ele como lidar com a política externa, aquela que se pratica fora da aldeia.

4.2.7 Passeata de Sete de Setembro em 2022

Figura 10- Passeata de Sete de Setembro em 2022



Fonte: autor desconhecido, 2022.

Todo ano, fazemos um movimento dentro da aldeia no Sete de Setembro. Essa é uma prática educativa com o objetivo de orientar nossos alunos em relação às frequentes pautas de lutas internas e externas dos povos indígenas em geral. Dado o contexto de movimento de retomada, tendo vivenciado momentos de muita violência no 2º semestre de 2022, a direção da escola, juntamente com os coordenadores sentiram a necessidade de reunir os professores para discutir uma proposta de atividade reivindicativa para os nossos alunos, com o tema da retomada, antes mesmo da data em que no território nacional se comemora a independência do Brasil, 07 de setembro. Para nós, indígenas, não tínhamos o que comemorar! Afinal, no dia 04 de setembro ocorreu um assassinato de um jovem Pataxó na área em retomada.

A reunião aconteceu no dia 05 de setembro. Os professores e coordenadores, então, optaram pela passeata e marcamos o dia de preparar o material com os alunos: construir faixas, cartazes etc. Os alunos e professores se reuniram no dia 06 de setembro, no pátio da escola, para uma conversa e confecção do material para a passeata.

O objetivo dessa conversa era decidir como seriam as faixas com reivindicações e denúncias sobre os retrocessos de direitos que estávamos passando naquele período, devido as retomadas no território Barra Velha e o assassinato do parente Pataxó.

Primeiramente, todos se sentaram no pátio da escola para ouvir os coordenadores e professores que fizeram uma exposição sobre o contexto histórico de retomadas do povo Pataxó e sobre a tese do Marco Temporal que estava em votação no STF. A partir dessa contextualização, os alunos se dividiram em grupos para fazer cartazes que foram usados no dia seguinte durante a passeata.

Utilizando tinta guache, os alunos escreveram nas cartolinas frases, tais como: “os povos indígenas são a cura da terra, nos respeitem e parem de nos matar!”; “Diga não ao genocídio!”, “Brasil Terra Indígena”, “vidas indígenas importam”, “Demarcação já!

Para entender melhor essa preparação, entrevistei duas alunas, Akiria e Kekilis, que cursavam o 3º ano do Ensino Médio, em 2022, e participaram da construção das faixas para a passeata do 07 de setembro.

Akira contou que a iniciativa foi de alguns professores.

Alguns professores pediram pra gente estar construindo essas faixas pra tirar foto, fazer vídeo e postar nas redes sociais. Os grupos, nós fomos dividindo, pegando aluno de cada sala e foi misturando e aí foi formando os grupos. Os professores ajudaram a gente. (Akiria, entrevista, 22 de abril 2023).

Ainda sobre a preparação para a passeata, outra aluna, Kekilis, fez seu relato, esclarecendo que a iniciativa da construção das faixas partiu dos professores que levaram a proposta para os alunos e estes aceitaram. Além das faixas, eles registraram imagens em fotografias, gravaram vídeos mostrando o material produzido para publicar nas redes sociais. “Tudo isso, visava denunciar tais violências para o público externo” (Kekilis, aluno do 3º ano, entrevista, 22 de abril 2023).

No dia 07 de setembro, todos os professores, funcionários, gestores, lideranças e alunos estavam na escola às 08:00 para a realização da passeata de 07 de setembro. Iniciaram com um awê no pátio da escola. Logo após, cada professor reuniu com suas turmas e distribuiu as faixas. Todos tiraram fotos, alguns alunos fizeram a leitura das faixas e gravaram vídeos e socializaram nas redes sociais. A passeata saiu da escola e caminharam até o centro da aldeia, no barracão comunitário.

Nesse local, as lideranças estavam à espera dos alunos e dos professores para conversar sobre a importância daquela atividade escolar para nós, que passávamos por um momento de ameaças e violências em movimentos de retomadas.

Como mostrado nos relatos acima, os alunos demonstraram que sabiam que para participar do movimento, eles teriam de ir com trajes indígenas, com as pinturas corporais adequadas para a ocasião. Também tinham de saber quais músicas deveriam puxar, quais os instrumentos que deveriam portar.

Por outro lado, percebe-se um papel importante da escola no fortalecimento do movimento que é o de criar situações para que os jovens possam desenvolver habilidades de escrita (confeção de cartazes, cartas, faixas), uso de tecnologias digitais e das mídias e redes sociais para denunciar e dar visibilidade ao movimento e proteção do grupo.

Nessa prática, quando o aluno indígena cria um cartaz, ele está usando a escrita para denunciar a violência e reafirmar a luta, ao mesmo tempo que vive, ele mesmo, essa luta. Quando o aluno canta o awê, além praticar os cantos, ele se enche de forças, aprende o significado do canto de retomada e se engaja nos movimentos indígenas.

Nos últimos anos, as tecnologias digitais chegaram em nossa aldeia Boca da Mata, por meio da conexão à internet. E desde então, usamos as redes sociais a nosso favor, esta tornou-se uma arma poderosa.

Para a escola de Boca da Mata, o acesso à internet contribuiu bastante. Com a internet é possível ver os avanços na educação. No meu caso, sem internet, eu não teria feito minha entrada na pós-graduação, pois em meio à pandemia todo o processo seletivo foi feito online, além das aulas no primeiro ano.

A escola indígena de Boca da Mata tem incluído em seu currículo práticas educativas de etnocomunicação¹² (CANEIRO, 2019). Particularmente, quando essas práticas estão nos contextos de reivindicações de demarcação de terra, em meio a um movimento de retomada, as redes sociais e outras mídias digitais são novas armas para enfrentar os tiroteios que derramam sangue dos nosso povo. Os alunos assumem um papel importante

¹² Esse termo etnocomunicação, utilizado por Carneiro (2019), apresenta a visão do termo para não indígena e a visão para nós indígenas, ele se refere a práticas socioculturais e do modo específico de cada povo de ver o mundo. “trilhando um olhar paralelo ao mito e as passagens na história que citamos, quando falamos em etnomídia indígena, não nos referimos à um fazer comunicacional que se origina no domínio de aparatos tecnológicos não-indígenas para o rádio, a televisão ou o audiovisual. Mas, lembremos que o processo comunicacional indígena descende de diversas práticas sociais, políticas, culturais antigas, como nos jogos de luzes e sombras, de sons e cores, nas simbolizações imaginárias e estéticas, nas representações ritualísticas e artísticas de suas culturas e seus modos de vida. A etnomídia indígena advém, primeiramente, das tecnologias da oralidade, do corpo, da própria natureza”. (CARNEIRO, p. 1091, 2019)

no movimento, postando imagens, falas, textos nas redes sociais. Levam para o mundo o grito dos Pataxó em luta pela ampliação do seu território ancestral.

As mídias digitais e as redes sociais hoje ajudam o movimento, pois os alunos, jovens indígenas, as usam como ferramenta de luta a seu favor e para reforçar sua cultura. Por meio das redes sociais, eles denunciam as violências e clamam por apoio para impedir retrocessos aos nossos direitos e reafirmando sua identidade cultural Pataxó.

4.2.8 O “chamado” para ser liderança

Dia 16 de setembro, pela manhã, recebi um convite da minha irmã que estuda no 3º ano do Ensino Médio, para acompanhar eles [alunos e alunas] na aula da tarde que aconteceria na retomada. O ônibus escolar iria levar os alunos do 9º ano e do Ensino médio para uma aula no TI de autodemarcação. A minha irmã me disse que seria bom para mim, ir com eles. Ela sabia que estava em processo de registro da pesquisa de campo. Os alunos da escola se deslocaram até a retomada no horário regular de aula.

Chegando lá, as lideranças da Base da Jaqueira e as famílias que vieram da aldeia Cassiana estavam lá nos esperando. As casas no local foram feitas de palha e lonas plásticas. Havia umas 5 famílias no local, jovens, crianças e adultos. A liderança da Jaqueira chamou os alunos para se acomodarem e logo fizeram uma Roda de Conversa com o líder local da retomada da Jaqueira. Ele relatou todo o contexto histórico do TI Barra Velha, e suas experiências de enfrentamento contra os ataques violentos por parte da organização do agronegócio.

A liderança da Jaqueira se sentou na roda e começou a relatar sobre como foi a conquista da demarcação dos 8.627 hectares de terra do TI Barra Velha. Ele enfatizou que esse território foi conquistado por nossos anciãos e destacou a importância de nós, jovens, conhecer e relembrar essas histórias vividas por eles, como mostra acima em sua fala. Após essa fala, ele continuou contando as experiências que passaram durante um mês naquele local de retomada. Destacou a importância da espiritualidade, do coletivo, do respeito uns com os outros e para com a natureza para que eles pudessem estar ali, buscando essa autodemarcação. Eles também narraram os acontecimentos que envolveram os ataques por parte dos pistoleiros.

Liderança da Jaqueira: olha, quando eles vinham nos atacar, eram de lá pra cá. Ficávamos escondido, ali detrás da quela jaqueira ou nos deitávamos no chão. E de cá, continuamos a cantar e pedindo proteção aos nossos antepassados e a Jesus Cristo. E ouvimos eles [pistoleiros] falarem, “esses índios são fortes”. Até chegava uma hora que eles se cansavam e paravam. Tinha dias que tínhamos só farinha para comer, mas não desistimos, porque esse Território Indígena é nosso, os nossos sagrados estão aqui. Onde moramos não tem mais espaços para nossa família morar e plantar, por isso estou aqui pela nova geração”

E horas se passam, nesse conto de história. Os alunos ficaram sentados no chão, em círculo, ouvindo a liderança contar a história. Isto de certa forma encoraja nossos jovens a lutarem pela defesa do TI que nos pertence, pela defesa de nossa história.

Infelizmente, o horário não espera, ainda tínhamos duas bases para andar. Assim, encerramos a visita com uma oração, juntamente com a liderança e pegamos o ônibus escolar para a outra base, conhecida como Base Azul.

Na base azul, havia outra liderança Pataxó nos esperando. Encontramos com ele no fundo da casa e ele palestrou um pouco sobre como funciona o movimento na retomada. Falou sobre como estava sendo o apoio do povo e da comunidade para manter o local ativo e resistindo. Ficamos uns 30

minutos, aproximadamente, nessa base e seguimos a pé para a Base *Krokxi*, onde estavam as famílias da minha aldeia Boca da Mata.

Chegando na Base Krokxi, a liderança que é o presidente do conselho de cacique do TI Bama Velha à época, Alfredo Santana, também estava nos esperando. Encontramos um centro de awê que havia sido construído recentemente no local pelos parentes de Boca da Mata que estavam vivendo lá. Neste mesmo dia, ele iria ser inaugurado com ritual.

Alfredo Santana, que é um grande líder na comunidade de Boca Da Mata nos orienta através do seu relato sobre a importância de nos mantermos ali, naquele local e lutarmos pela autodemarcação. Entender o processo e conhecer quem são nossos aliados para reforçar a luta Pataxó. Ele destacou que precisamos plantar, precisamos fazer nossas casas na terra da retomada, daí a importância daquele centro de awê que demarca ainda mais esta terra. Destacou ainda a importância de manter ativas as práticas tradicionais, nosso canto, nossa dança e nossas pinturas que demarcam nosso modo de viver.

Eu observei que ao redor do centro já tinha algumas casas construídas e outras em construção feitas de palhas de palmeiras, outras apenas cobertas de lonas. Havia pinturas e grafismos nas paredes das casas que foram ocupadas, montaram uma fogueira no meio da casa. Algumas pessoas da comunidade já estavam definitivamente morando no espaço de retomada.

Alfredo Santana (liderança) falou sobre a importância de nós, estudantes, estarmos nas universidades, registrando nossa história, denunciando a violência contra nosso povo indígena. Ele parabeniza a escola de estar sempre preocupada com a luta indígena, ensinando nossos jovens a caminhar não somente com os conhecimentos científicos dos livros, mas principalmente compreender, entender, valorizar e fortalecer esta história de luta pelo TI Barra Velha. Ele fala de maneira muito forte que “sem território não temos vida, não temos escola, não temos saúde, fico aqui sem dormir, a noite na vigília com os parentes, precisamos retomar o que é **nosso, nosso** território sagrado. Agora jovens, a luta também está em vocês”.

Após terminar a caminhada do dia, os professores solicitam que os alunos anotassem e observassem o espaço para a atividade extra das disciplinas. (Diário de Campo, 16/09/2022)

Figura 11- Local de retomada Base Krokxi.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2022.

Figura 12- Local de retomada Base Jaqueira.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2022.

A prática educativa de atender ao chamado de uma liderança para apoio a um movimento da comunidade, que inclusive requereu deslocar os alunos até a área de retomada, também ocorre em outros momentos, por exemplo, quando os alunos vão até a casa dos anciãos ouvir histórias. Para chegar até os anciãos, os jovens fazem caminhadas pelo território. Nesse trajeto registram com fotografias e fazem vídeos com seus celulares. Mas, o mais importante é ouvir, guardar e refletir sobre a memória das lutas dos nossos antepassados e assim estabelecer a forte ligação com o território ancestral. Isso garante a continuidade da luta.

É importante destacar o poder da oralidade Pataxó de chamar a atenção e comover esses jovens continuarem na luta para serem futuras lideranças do território. A mestre Japira

Pataxó¹³, fala em seu livro Saberes dos Matos Pataxó (2022), que “A luta do índio é uma luta sem fim. Essa luta foi os mais velhos que deixaram, é uma luta adiante e que não acaba” (SANTANA, 2022, p. 206). Com essa fala, Mestra Japira nos convoca a marchar para demarcar nosso território, como ela marchou junto com as lideranças Pataxó de Barra Velha. É um exemplo para o/a jovem Pataxó, pois ela assume desde muito cedo a luta pelo território, acompanhando seus pais. Eles foram seus verdadeiros mestres. Mestra Japira diz depois que começou a ir à Universidade ensinar sobre as plantas, sua vontade de escrever o livro aumentou, pois percebeu que levar somente a palavra não era suficiente. Então, ela encontrou pessoas para ajudar a escrever o conhecimento que ela tem, porque são conhecimentos ancestrais do povo Pataxó e ele não pode ser esquecido. Então, Mestra Japira entende que a formação do jovem é contínua e os modos como ele vai acessar esse conhecimento também mudam, mas é preciso estar sempre ensinando para que ele possa estar sempre junto com as lideranças, cacique e pajé a lutar pelos seus direitos de viver em seus territórios ancestrais.

4.2.9 A força das pinturas Pataxó

Quando caminhei pelo território em retomada, durante a visita do dia 16/09/22, observei que havia pinturas corporais Pataxó, recriadas pelos jovens das famílias que estavam vivendo no território em retomada e que são alunos da escola¹⁴. Eles recriaram as pinturas nas paredes das casas de alvenaria em retomada.

¹³ Mestra Japira Pataxó é uma pajé, conhecedora dos matos Pataxó que vive hoje na aldeia Novos Guerreiros, na cidade de Porto Seguro. Ela já viveu na aldeia Boca da Mata no início de sua criação. Mestra Japira é Doutora em Educação por Notório Saber pela UFMG e vem atuando em diferentes espaços acadêmicos socializando os saberes dos matos Pataxó e fortalecendo cada vez mais nossa cultura.

¹⁴ Os alunos das famílias de Boca de Mata que se deslocaram para o território em retomada, permaneceram frequentando a escola. No primeiro momento, enquanto as aulas foram suspensas eles ficavam direto com suas famílias. A medida que as aulas foram retomadas no prédio no centro da aldeia, eles ficavam durante a semana na aldeia e nos finais de semana junto com suas famílias na retomada. Em novembro de 2023 foi estabelecida uma rota do ônibus escolar permitindo que esses alunos venham para a escola e retornem para suas casas diariamente.

Figura 13- Grafismos Pataxó em retomada.



Fonte: Suyhê Pataxó, 2022.

É importante analisar o que as crianças e os jovens reproduzem nas paredes das casas construídas nos espaços de retomada.

Os jovens das famílias que estavam morando no território em retomada recriaram nas paredes das casas os grafismos Pataxó. Eles utilizam a simbologia das pinturas corporais e grafismos Pataxó (Figura 13).

A figura possui duas partes, uma à esquerda e a outra à direita. À esquerda e acima, a pintura na parede é a recriação da pintura que fazemos no braço feminino Pataxó. Com uma simbologia em seus traços, os três traços verticais na pintura mostram a criação da aldeia mãe Barra Velha e as outras aldeias Pataxó. O zigue zague entre as linhas paralelas traz o significado de “força, união e proteção”, mesmo traço que é feito na pintura do braço masculino. Os desenhos em formato de losangos carregam o significado do “equilíbrio, amor e proteção”. O lado direito também traz grafismos que são variações de pinturas com inovações em relação aos grafismos tradicionais Pataxó, feitos pelos jovens que estão frequentemente nos TI de retomadas.

Chamamos atenção para esses grafismos e as inovações que eles trazem, tanto pelos formatos, quanto pelos suportes que utilizam. Essas inovações mostram a liberdade desses jovens para expressar sua cultura, na contemporaneidade da juventude indígena. Também mostram como se apropriam das práticas tradicionais do povo Pataxó, imprimindo uma identidade que está sempre sendo ressignificada. Vimos essas inovações

que os jovens fizeram nos grafismos impressos nas casas, um modo como eles fazem uso do direito à autodeterminação, com autonomia para decidir sobre questões relativas ao território.

Nas práticas educativas na retomada são compartilhados diferentes saberes ancestrais que se apresentam como força na luta pelo território e são fundamentais para a formação do jovem Pataxó que constrói sua identidade. Entendemos que a ênfase nessas práticas educativas na escola constitui movimentos de autodeterminação, como discutiremos no próximo capítulo.

5 Saberes Pataxó nas práticas educativas na escola: movimento de autodeterminação da escola indígena diferenciada

Pensar na educação escolar indígena de Boca da Mata, é pensar nas práticas escolares que dão visibilidade ao modo de vida Pataxó e como nelas são compartilhados saberes tradicionais do povo. O compartilhamento desses saberes nas práticas educativas indígenas rompe com os padrões formais de uma escola convencional, ou seja, uma escola não indígena. Os registros das práticas educativas que compartilhamos nesta pesquisa mostram como se exerce a autonomia coletiva da nossa escola, instituindo um fazer pedagógico baseado/orientado nos conhecimentos tradicionais Pataxó das plantas medicinais, dos cantos, danças, histórias de vida dos anciãos e lideranças, da culinária, da agricultura familiar, da confecção dos artefatos, como também das práticas que fortalecem um movimento de retomada do território. Essas práticas educativas não estão isoladas de outras práticas que mobilizam outros saberes, inclusive os saberes não indígenas, desde que se entrelaçam com conhecimentos ocidentais.

Um dos objetivos do currículo da nossa escola é fortalecer e ensinar às crianças e aos jovens a importância da luta pela demarcação dos territórios. Mas, para que esse fortalecimento ocorra, precisamos ter autonomia administrativa e pedagógica para envolver a escola nos movimentos de luta da comunidade pela terra.

De fato, a proposta da escola de Boca da Mata é alicerçada nas diretrizes curriculares indígenas (RCNEI, 1998) que por sua vez estão em concordância com a LDBN/96 e a CF 88. Mas, somente os dispositivos da lei não garantem uma escola diferenciada. O parente Gersem Baniwa defende uma educação escolar indígena diferenciada, formada a partir das “escolas piloto indígenas” que são de autonomia indígena. Elas que levam, a princípio, o seu modo de viver culturalmente estabelecendo ações e estratégias para a transmissão dos saberes tradicionais na escola (LUCIANO, 2006, p. 158/159). É nessa perspectiva que construímos a proposta da escola indígena Pataxó de Boca da Mata.

Na escola, as práticas educativas Pataxó de Boca da Mata são propostas por meio de projetos ou outras estratégias pedagógicas que buscam a valorização, o fortalecimento, a recuperação das nossas memórias e a reafirmação da identidade étnica, o fortalecimento das lutas e a autodeterminação do povo. Fazemos a associação entre educação e território porque isso é fundamental na medida em que é no território que encontramos nossas referências culturais e etnopolíticas, uma vez que, como defende o parente Gersem

Baniwa (2010), o exercício da autonomia dos indígenas pressupõe a referências sócio-espaciais e sócio-históricas para a gestão educacional, capaz de articular as diferentes dimensões da vida coletiva e individual indígena.

Portanto, as práticas educativas Pataxó, descritas neste capítulo, têm um papel muito importante na formação dos nossos alunos, pois elas refletem um modo de ser, fazer e aprender do nosso povo. Aprender tem de ser fazendo junto, compartilhando saberes em práticas. Aprende-se acompanhando e/ou observando os pais, mães e os mais velhos e fazendo junto com eles. Mas, antes de fazer de primeira, tem de observar, depois imita ou repete o que observou e vai aprimorando, até ter autonomia para fazer sozinho.

Sobre o modo de aprender dos povos indígenas, a pesquisadora Paula Silva (2022; 2023) escreveu em sua pesquisa com os parentes Tikmũ'ũn, também conhecidos como Maxakali, que uma prática ancestral desse povo é a contação de história. Ela aprofunda a compreensão sobre essa prática, justificando que ouvindo as histórias contadas pelos Tikmũ'ũn, ela descobriu novas maneiras de conhecer e ser desse povo. A contação de histórias indígenas é uma metodologia que eu também me beneficiei para construir meu material de pesquisa (ARCHIBALD, 2019). Para tanto, organizei e/ou participei de várias Rodas de Conversa com lideranças e anciões Pataxó, da minha aldeia. Agora, analisando as práticas educativas Pataxó que registrei no meu material de pesquisa, percebo que, assim como os Tikmũ'ũn, os jovens Pataxó vão aprender alguns saberes do nosso povo com os parentes mais próximos. Aprender com os parentes mais velhos foi o modo como a professora Ektanay e a Josiane aprenderam sobre a Medicina Tradicional Pataxó para desenvolver a oficina com os alunos na Semana Cultural.

De fato, ter sempre presente as práticas educativas que compartilham os saberes da Medicina Tradicional Pataxó é uma especificidade da escola indígena Pataxó, quando olhamos para outras escolas indígenas e para as escolas não indígenas. Essas práticas são desenvolvidas de várias formas e em diferentes espaços. A Mestra Japira também conta em seu livro que aprendeu sobre os matos Pataxó com a avó, a mãe e o pai. Mestra Japira mantém um Jardim onde recebe crianças, pessoas de diferentes localidades e instituições. Nele, a Mestra Japira apresenta as plantas “como seres sensíveis, que ensinam modos equilibrados de viver e de respeitar a vida em todas as dimensões” (KAYAPÓ, 2022, p.16).

Desse modo, não se mantém práticas educativas da Medicina Tradicional Pataxó na escola para ensinar as propriedades das plantas, sua espécie ou mesmo seu valor econômico e estético. Revela-se para as crianças e jovens os saberes dessa medicina que se aprende com os mais velhos criando formas de ter o convívio com as plantas, valorizando a Mãe Terra, como uma forma de compreender melhor os nossos limites e perceber quem realmente somos.

Os saberes dos matos Pataxó que as professoras Josiane e Ektany compartilham com seus alunos não se adquire somente em um curso de formação de professores que habilita para atuar em uma área disciplinar. É preciso parceria com os sábios, pois eles conseguem ir mais fundo na nossa ancestralidade, garantindo uma educação sustentada na nossa espiritualidade.

A exemplo da Mestra Japira, guardiã de os saberes dos matos Pataxó, os professores Pataxó de Boca da Mata fazem parceria com os mais velhos, os sábios para desenvolver as práticas educativas na escola. Conhecer os saberes tradicionais é resultado de pesquisas e de compartilhamento de experiências profundas no território ancestral e com quem teve vivência com os antepassados Pataxó. Como a própria Mestra Japira diz

Toda vez que falo sobre as plantas ou cuido das pessoas, esses espíritos se aproxima de mim. Muitas vezes, enquanto escrevíamos este livro, eu me perdia, os espíritos me tomavam e iam soprando os conhecimentos, muita coisa não se como aprendi. Tem coisa que fazia parte da minha avó e hoje faz parte do meu espírito. (SANTANA, 2022, p.24)

Pautar as práticas educativas ancestrais Pataxó como eixo principal do currículo de nossa escola é uma demonstração de reafirmação da identidade do povo Pataxó, exercendo nosso direito de autodeterminação por meio de uma educação indígena diferenciada.

Ainda sobre o modo de aprender e compartilhar os saberes nas práticas educativas Pataxó, mesmo não se praticando a caça cotidianamente, fazer armadilha é uma prática tradicional que insistimos em manter viva. Continuando o diálogo com a pesquisa da Paula Silva (2023), se os Tikmũ'ũn “aprendem com o corpo todo, vendo-ouvindo-fazendo, fazendo por meio da imitação com os mais velhos e/ou com os que possuem mais experiência sobre determinado saber ou fazer (p.188), não é muito diferente com o meu povo Pataxó. Como observamos na descrição da prática educativa de confecção de armadilhas de caça, Patxió aprendeu vendo os mais velhos fazer. Em relação as conclusões de Silva (2023), podemos dizer que, para a Patxió, é preciso acrescentar ‘curiosidade’ e ‘necessidade’ do

aprendiz, *“porque eu não sabia fazer, aí quando eu via um indo para a mata eu ia junto e perguntava”*. Observar, ter curiosidade, necessidade e fazer imitando o outro, fazendo junto também, são formas de aprender nas práticas educativas Pataxó que possibilitam o compartilhamento de saberes tradicionais dentro da escola e faz desta uma escola diferenciada, uma escola indígena Pataxó.

Mas, participar de retomadas do território é defender o direito a viver praticando sua cultura, é uma luta que não acaba. Seu Valdemar Xakriabá, um sábio, liderança e ancião do povo Xakriabá, está sempre dizendo que *“a geração, de pai para filho, de avô pra neto e não deixa herança, deixa a luta, porque quando a gente morre, deixa a luta, se ele entender o que ele é”*. Por isso, ele também defende uma educação escolar indígena que ensina para os mais jovens a nossa luta pela terra, para *“eles não perderem o fio da meada e tudo ir abaixo”*. Mestra Japira também diz em seu livro

“os Pataxó foram ganhando força e, com essas retomadas do território, vamos, cada vez mais, afirmando nossa cultura. Sempre que tem uma retomada, fazemos awê, cantamos e dançamos. [...] assim que retomamos, construímos uma oca para dançar awê, uma sala para funcionar como postinho de saúde e um espaço para sala de aula. (SANTANA, 2022, p.208/209).

A exemplo do que descrevemos nas práticas educativas na retomada do TI Barra Velha do Monte Pascoal, realizar awê, construir casas tradicionais, pintar grafismos nessas casas, fazer rodas de conversa em volta de uma fogueira para ouvir as histórias dos mais velhos não só fortalece o movimento, como é uma forma de autodeterminação do povo.

Atenta aos ensinamentos dos mais velhos, deflagrado mais um movimento de retomada para ampliação TI Barra Velha, a escola Indígena Pataxó de Boca da Mata se engajou para fortalecer o movimento. A exemplo do que fala Mestra Japira em seu livro, as retomadas são espaços de ensino e aprendizagem, em que se desenvolvem várias práticas educativas ancestrais. A presença da escola, se traduz na participação dos seus alunos e professores no movimento para a autodemarcação do território. A escola esteve junto com a comunidade nos espaços de retomadas, nas reuniões para discutir os rumos do movimento, alterando as suas atividades cotidianas para se engajar nas atividades do movimento de retomada.

Os conhecimentos e saberes compartilhados nas práticas educativa na retomada são transmitidos, principalmente, pelas lideranças. Considero também importante a presença

dos professores no movimento de retomada, porque é também um espaço de formação para eles. Lá conhecimentos fundamentais sobre as formas de luta e de organização do povo Pataxó e de outros povos são transmitidos. Fortalece-se o movimento indígena como um todo. A presença dos alunos (jovens) nesses espaços cria a oportunidade de uma educação escolar diferenciada que valoriza a cultura, a convivência entre gerações e fortalece a luta em defesa do território. É uma educação que garante a continuidade da luta e a própria existência de nosso povo.

A forte presença da escola nos locais de retomada possibilita aos alunos adquirir autonomia. São eles que lideraram o canto do *awê*, com a ajuda dos professores. São momentos, como foram as rodas de conversa que aconteceram nas bases da Jaqueira, Azul e Krokxi, que os alunos aprendem quais são os cantos de movimento de retomada. Eles têm um convívio mais próximos com as lideranças que compartilha suas experiências e saberes por meio de contação das histórias do TI Barra Velha. Por meio dessas histórias, os jovens compreendem melhor a dimensão política do território, bem como as características ambientais, os limites da área, os cuidados com a natureza, a importância de manter diálogo com parceiros estratégicos e como se proteger em momentos de forte violência.

Ao participar desses movimentos, muitos jovens despertam para uma vocação de liderança e se despontam como novas lideranças na comunidade. Trata-se de um processo de formação por meio da prática dos cantos, das danças, do compartilhamento de saberes e fazeres coletivos, algo muito forte que aconteceu durante as reuniões, rodas de conversa, passeatas e outras atividades que descrevemos nesta dissertação. Nesses momentos, de práticas coletivas, os jovens vão ouvir as histórias de luta das lideranças, como fez o cacique Nailton durante a visita ao território de retomada. Todas essas histórias são repassadas por meio da oralidade. Nas rodas de canto, os jovens podem conhecer mais o território, participar da organização de eventos, de passeatas e fazer denúncias contra as violências, usando as mídias digitais e redes sociais. As retomadas são verdadeiros espaços de formação política e ancestral dos jovens.

Retomando a fala da nossa liderança, Alfredo Santana, é a partir desses movimentos que surgem novas lideranças dispostas a lutarem pelo seu TI e estarem em outros lugares que permitem a desconstrução de histórias equivocadas em relação ao nosso povo. As práticas educativas nas retomadas permitem compartilhar os múltiplos conhecimentos, saberes e

fazeres tradicionais Pataxó. Elas também integram o aluno indígena no caminhar, conhecer e conviver com sua luta, formando sujeitos críticos para defender sua história.

Durante minha participação nas atividades da escola na retomada, percebi como os jovens fortalecem o movimento, trazendo a força da espiritualidade para retomada para ampliação do TI Barra Velha. Eles imprimem a simbologia das nossas pinturas em todos os locais do território em retomada, onde seus suportes são nossos corpos, roupas, paredes, adereços e utensílios diários. Nós aprendemos nessa prática que as pinturas Pataxó são formas de autodeterminação do povo.

Eu concluo, após refletir sobre essas práticas educativas e ler sobre os direitos de autodeterminação dos povos indígenas, que a escola indígena Pataxó de Boca da Mata é um espaço primordial de autodeterminação do povo.

5.1. A escola na “retomada”

No dia 25 de agosto, as aulas estavam sendo retomadas na escola. Era um dia de sol, acordei acompanhando os grupos de WhatsApp das comunidades e professores, quando vi o pronunciamento de um parente, Zeca Pataxó, defendendo a luta pela autodemarcação e cobrando o posicionamento da gestão do Estado brasileiro que se impunha contra a autodemarcação. Ele destacava que o órgão do governo que tem o dever de defender os direitos dos povos indígenas, que é a Funai, não estava apoiando.

Quando cheguei na escola, ainda na parte da manhã, encontrei a coordenadora Juliana conversando com os colegas, lembrando que, como foi decidido na reunião do coletivo da escola, os dias de aulas que foram suspensos por causa dos episódios de violência que estavam acontecendo contra o movimento de retomada para ampliação do território de Barra Velha, que ocorreram entre os dias 17 a 24 de agosto. Havia uma preocupação por parte dos professores e coordenadores em organizar um novo calendário para cumprir os 200 dias letivos, evitando cobranças da secretaria. Os coordenadores e o diretor da escola se reuniram e emitiram uma nota, justificando para a secretaria de educação do município a situação de retomada para ampliação do território e o porquê de as aulas terem sido suspensas. Eles incluíram nessa nota um novo cronograma para reposição das aulas.

Neste momento, em que escrevo este diário, os alunos encontram-se em sala de aula estudando. Logo a sirene tocou, era hora do intervalo. Os alunos merendam, logo após eles brincam de futebol, queimadas, pega pega e corrida de maracá. A sirene toca novamente para retornarem à sala, dando seguimento nas atividades até as 11:25. Do ponto de vista da Secretaria da Educação tudo voltou à normalidade, mas de fato o coletivo da escola estava mais preocupado em se integrar ao movimento de retomada. Afinal, não havia normalidade do nosso ponto de vista. (Diário trioká'irá hũ Suyhê, 25 de agosto de 2023, 9 horas)

Este capítulo discute como as práticas educativas tradicionais desenvolvidas na Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata tanto no seu cotidiano como nos movimentos de retomada para ampliação do TI Barra Velha, ocorridos no segundo semestre de 2022,

podem ser vistos como modos de exercer o direito à autodeterminação do povo no campo educacional, para efetivação de escola indígena intercultural e diferenciada.

Nossa defesa é de que a participação da escola nesse movimento de retomada fortaleceu não só a permanência dos parentes nesse território em conquista, como a própria luta por uma escola indígena diferenciada. Afinal, como defende a Mestra Japira Pataxó, com as retomadas do território é possível também retomar também a língua, os cantos, porque tudo vem da terra. “Os matos do nosso conhecimento crescem nestas terras e é defendendo a terra que preservamos nossos saberes medicinais” (SANTANA, 2022, p.209).

Assim, participando das atividades de retomada, sendo uma jovem mulher Pataxó e pesquisadora do mestrado, fiz várias reflexões sobre o que ocorria quando a escola organizava práticas tradicionais no programa da semana cultural ou quando se deslocava para a retomada. Observei como a retomada é um espaço poderoso para que os jovens estabeleçam relações entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos ocidentais hegemônicos, utilizando-os com autonomia na prática educativa em que estão compartilhando saberes.

Nas retomadas, encontramos um fazer pedagógico que está ligado às práticas dos movimentos indígenas, e isto também é ensinar o nosso modo de viver no território. Desse modo, a escola assume um papel importante, porque mostra que prioriza a luta pelo território, reafirmando sua identidade étnica e a legitimidade dos saberes ancestrais do nosso povo. Ela não se separa da sua comunidade, resistindo a praticar uma educação forjada em uma sociedade que prioriza os ensinamentos dentro de quatro paredes.

Como descrevemos no capítulo 5, durante o movimento de retomada, a escola realizou atividades escolares, tais como: plantio e construção do centro comunitário nos territórios de retomada; reuniões comunitárias; produziu cartazes, vídeos, faixas para denunciar tanto por meio de passeata quanto nas redes sociais as violências sofridas pelo povo. Os jovens fizeram pinturas corporais, grafismos, uso da língua Patxohã e cartazes e faixas denunciando a violência contra as famílias em retomada. A escola, juntamente com a comunidade, organizou rituais e noites culturais envolvendo os professores, jovens e lideranças. São ações de reafirmação da identidade Pataxó que caracterizam a busca pela construção de uma escola indígena autônoma, intercultural e bilíngue que não se distancia das lutas de sua comunidade. Como afirma o parente Gersem Baniwa:

As escolas indígenas diferenciadas pautam suas ações e estratégias de transmissão, produção e reprodução de conhecimentos na proposta de possibilitar às coletividades indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas, tradições e ciências, a defesa de seus territórios e outros direitos básicos, além de lhes dar acesso adequado às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade global, necessários à garantia e à melhoria da vida pós-contato. (LUCIANO, 2006, p. 159)

É importante destacar que, como povo indígena, não separamos comunidade da escola, pois escola e comunidade caminham lado a lado. Portanto, a escola indígena tem de praticar a cultura daquele povo, sendo o território a base de tudo.

Ao longo dos anos, a autonomia pedagógica da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata foi fortalecida com a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), em 2015. Sua elaboração foi uma ação coletiva de todos que atuam na escola (professores, coordenadores, diretor e outros funcionários), todos da aldeia, juntamente com outros membros da comunidade. O PPP afirma nossas estratégias pedagógicas de produção, transmissão e reavivamento das nossas memórias. Enfatizamos a prioridade do trabalho na escola para a afirmação dos nossos costumes e crenças, da língua e do conhecimento das ciências Pataxó.

Esse PPP também garante acesso aos conhecimentos ‘de fora’, de base ocidental hegemônica, pois entendemos que eles são importantes para a formação dos nossos alunos, enquanto cidadãos indígenas brasileiros. Como afirma o parente Gersem Baniwa, queremos conhecimento de fora *“sem a arrogância vertical e hegemônica da ciência ocidental colonizadora.”* (LUCIANO, 2019, p.62).

Praticar uma educação escolar indígena baseada na especificidade da nossa comunidade, está assegurada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que em seu artigo 2º, inciso III. Esse dispositivo legal assegura que os projetos educativos das comunidades indígenas se fundamentem nos princípios da especificidade, do bilingüismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais. Garante-se ainda o respeito à organização, social, econômica e cultural de cada povo e a seus processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários.

Do mesmo modo, as diretrizes asseguram a oferta de uma educação escolar indígena que deve contribuir para o projeto societário e para o bem viver de cada comunidade indígena,

contemplando ações voltadas à manutenção e preservação de seus territórios e dos recursos neles existentes. Portanto, a exemplo dos processos de demarcação de terras indígenas, a construção de uma educação indígena diferenciada são processos complexos, demorados e exigem enfrentamentos diários.

Esses enfrentamentos vêm de diferentes lados, mas continuamos resistindo por meio de uma educação escolar intercultural diferenciada, pois sabemos que não é possível garantir a nossa cultura se os nossos territórios que estão em posse de fazendeiros estão em risco. Para os fazendeiros parece que a terra é somente um recurso para gerar dinheiro e isso tem consequências: o solo morre e os rios secam devido às plantações de eucalipto, pastos e lavouras que exigem usos de certos agrotóxicos que acabam afetando os animais, as plantas, os rios e a saúde de nós, indígenas, que vivemos do lado dessas fazendas.

Como alerta o outro parente Ailton krenak (KRENAK, 2019), o modo como o Estado vê a mãe Terra separa a vida do indígena da floresta. O Estado isola as áreas de floresta com a justificativa de preservação do ambiente, a exemplo da criação do Parque do Monte Pascoal no território ancestral Pataxó Barra Velha, e isso é também uma forma de extermínio do nosso povo, porque para nós, a Mãe Terra e o indígena não se separam.

Na comunidade Pataxó de Boca da Mata, vivíamos encurralados entre o parque do ‘descobrimento’ Monte Pascoal e as fazendas. Ampliar nosso território é primordial, afinal, as condições territoriais são fundamentais para se fazer uma educação escolar indígena diferenciada. Como afirma novamente o parente Gersem Baniwa, “Toda a cosmologia indígena vem da força da floresta” (POVOS...2021 online), de modo que uma escola indígena é orientada pela cosmologia do povo, sem território não tem educação diferenciada. Portanto, lutar pelo território é lutar por uma educação indígena diferenciada.

A retomada do território ancestral já não é apenas para reocupação de um espaço que é nosso, vai mais além, “retomada” é afirmar a nossa identidade neste espaço sagrado. É a “autodemarcação” que acontece pela necessidade de continuar existindo como povo Pataxó. Existir é ensinar a nova geração o nosso canto, a dança, os contos de histórias do nosso TI, é ensinar a cuidar da terra, plantar, cultivar e colher, coletivamente. É continuar a história dos nossos antepassados que lutaram contra sermos encurralados em um limite de terra que, na visão dos órgãos governamentais colonizadores, era o pedaço de que nós precisávamos e entregaram o restante para a posse dos produtores rurais e imobiliários.

Mas, ainda muitos acham que nós, indígenas, não precisamos de mais terra, disseminando o discurso de que ‘existe muita terra para pouco índio’. Desconstruir esse discurso não é fácil e apostamos na educação indígena diferenciada para isso.

O parente Cristian Wariu do povo Xavante discute a expressão “muita terra para pouco indígena” (O PODER...,2021). Ele justifica que 13,8 % das terras no Brasil são terras indígenas, enquanto 21 % são pastagem. Portanto, do ponto de vista de extensão territorial o território nacional está mais ocupado por pastagens do que por terras indígena, o que mostra que a expressão não se justifica. Ele também fala que 82% das reservas ambientais estão em território indígena, segundo estudos feitos por Guajajara e Terena (2021).

A parente Célia Xakriabá compartilha um *Podcast* com o parente Terena também debatendo essa expressão. Para ela “são muitas lutas para poucos indígenas e que o processo de demarcação é a vida da humanidade”. Esse ativismo dos parentes nos orienta sobre uma educação indígena que assume seu papel na luta pela existência dos povos indígenas. Não se pode pensar em uma educação indígena que se aparta dos movimentos de luta pela demarcação e proteção de seus territórios.

Nos processos de retomada para ampliação da TI Barra Velha, sofremos muito com esse julgamento pejorativo da sociedade, de que queremos mais terra sem necessidade. Percebo que esta pesquisa pode contribuir também para desconstruir as visões distorcidas sobre a luta dos povos indígenas pelos seus direitos, descolonizando expressões e até conceitos em relação aos povos indígenas.

Por sua vez, vivenciar o processo de autodeterminação e ampliação do TI Barra Velha em meio a esta pesquisa me faz refletir como se constrói uma educação escolar indígena, que se entrelaça aos processos de autodeterminação do povo.

Educar nas retomadas, como conta a mestra Mayá (2021), é ensinar onde nossos alunos estão, seja na casa do ancião, nas retomadas, no movimento indígena. Percebo que é também educar dentro do espaço físico de uma escola, como fazemos em Boca da Mata, mas não isoladamente do que se vive na comunidade, nas lutas do nosso povo.

As práticas educativas que ocorreram no espaço de retomada mostram como toda a escola caminha junto como a comunidade, a exemplo do que a Mestra Mayá fala em seu livro:

a escola acontecia com a gente andando de casa em casa. Para ensinar, eu vinha com as crianças nas casas para conversar e receber informação de pessoas. Era

um trabalho andando de casa em casa, pedindo à mais anciã para contar história para a gente ouvir e saber a verdadeira história. A gente desejava saber como foi retirada, da outra vez que nos retiraram daqui, o que o pessoal mais velho passou, quais foram as consequências.

Eu andava também de retomada em retomada. Os pais faziam retomadas e levavam suas crianças, eu tinha que ir onde as crianças estavam. (ANDRADE, 2021, p.62/63.)

Considero que a escola de Boca da Mata é também uma escola da reconquista, na perspectiva da Mestra Mayá, pois ela vai se constituindo em meio aos processos de autodeterminação do povo, colocando em evidência práticas educativas tradicionais indígenas que se impõem sobre um modelo de educação colonial.

Nesse sentido, a participação ativa da escola Pataxó de Boca da Mata nos processos de autodeterminação do povo revela pedagogias próprias. São as pedagogias das retomadas Pataxó, assim como são as Pedagogias das retomadas Anacé, nomeadas por Luciana Nobrega e Lia Barbosa (2022), em um estudo sobre os ensinamentos e aprendizagens do povo indígena Anacé, do Ceará.

As retomadas possibilitam acessar co-nhecimentos múltiplos a partir de contextos pedagógicos de formação e aprendizagens produzidos nas práticas políticas de reaver territórios, memórias, encantados, conectados, assim como saberes territorializados.

Na pedagogia das retomadas Anacé podemos perceber que não só modos de vida e compreensões de mundo são postos em confronto com o modelo ocidental capitalista. Os indígenas não estão preocupados somente em expor o conflito existente entre suas formas de se relacionar com o território e as formas capitalistas de exploração e despojo. Estão preocupados em recuperar os laços, em “fazer guerreiros”, em constituir pessoas Anacé, dispostas para a luta. Fazem isso sem dizer que efetivamente estão fazendo, porque o mundo não é organizado em caixinhas apartadas: aqui é território, aqui é meio ambiente, aqui é educação. O mundo Anacé é complexo e profundamente inter-relacionado. (NÓBREGA; BARBOSA, 2022 p. 265).

Dessa forma, uma escola que luta com seu povo para reconquistar seu território ancestral pratica uma *Pedagogia da retomada*, à medida que desenvolve práticas educativas que valorizam e fortalecem saberes do seu povo, no caso saberes Pataxó, cria espaços para a transmissão de conhecimentos geracionais e para a formação de novas lideranças, que denuncia as violências sofridas pelo povo e que enfrenta as colonialidades (QUIJANO, 2005) sem descartar os conhecimentos de fora que são importantes na formação das novas gerações.

Retomando a trajetória da escola de Boca da Mata, desde a sua criação até os dias de hoje, como relatado no capítulo 3, percebemos como, ao longo do tempo, uma instituição

estrangeira ocidental foi se *indigenizando*¹⁵, ou como prefere dizer a parenta indígena Célia Xakriabá,

chamamos de “amansamento da escola”. A comunidade deixou de se adequar à escola e um movimento inverso foi iniciado: a escola passou a interagir com as experiências vivenciadas pela comunidade, pois não foi a escola que chegou primeiro na comunidade, a comunidade já existia antes da escola. A escola passou a respeitar a cultura local, estabelecendo interlocução com os modos de viver e fazer do Povo Xakriabá. (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 133)

Assim, o amansamento da escola, segundo Célia, é um conceito nativo que seu povo utiliza para denominar a escola, elaborado “a partir da resistência de amansar aquilo que foi bravo, que era valente, portanto, atacava e violentava a nossa cultura.” (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 137).

Esse processo de amansamento da escola Xakriabá como descrito por Célia, também pudemos perceber ao descrever e analisar as práticas educativas da escola indígena Pataxó de Boca da Mata, principalmente, as práticas educativas que ficam em evidência nos movimentos de retomada para ampliação do TI Barra Velha. São práticas que estruturam o currículo da escola que valorizam e fortalecem os conhecimentos indígenas dentro dele e possibilitam diálogos com os conhecimentos científicos externos. São práticas que fortalecem a escola indígena politicamente, dando-lhe ferramentas para enfrentar as estruturas do sistema escolar governamental. São práticas que ajudam a justificar a mudança de um calendário, o deslocamento de alunos para outros territórios, além do delimitado ao prédio escolar. Nesse sentido, são práticas de amansamento de assimilação e integração de escola que se impõe por meio dos sistemas de ensino.

Os processos de amansamento da escola se constituem o que chamamos neste trabalho de processos de autodeterminação de uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada: alguns desses movimentos se deram quando a comunidade se mobiliza em querer uma escola indígena, quando reúne a comunidade para construção de uma escola, quando o professor, merendeiras e alunos indígenas trabalharam voluntariamente para se ter uma escola, quando introduzem as práticas ancestrais e cotidianas do povo como

¹⁵ Aqui, a exemplo da Celia Xakriabá, utilizamos o conceito de indigenização, cunhado por Sahlins (2007), segundo o qual as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais. Para esse autor, ao menos aqueles povos que sobreviveram fisicamente ao assédio colonialista não estão fugindo à responsabilidade de elaborar culturalmente tudo o que lhes foi infligido. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo (CORREA XAKRIABÁ, 2018, p. 52).

componentes escolares e quando se organiza para fortalecer um movimento de autodemarcação do território. São movimentos de autodeterminação porque vê a escola como o espaço de transmissão de saberes tradicionais, com um canto, uma dança, uma pintura dentre outros e de formação política para enfrentar as novas formas de luta e de violência para continuar existindo enquanto povo originário neste país.

Percebemos que, ao longo da história, a educação escolar indígena da aldeia Boca da Mata se transformou em um arco e flecha para nós, indígenas. Ou seja, uma ferramenta de luta. A comunidade é o arco que impulsiona e direciona a flecha que seria a escola. O arco e a flecha têm que estar junto para que a força do lançamento atire a flecha no alvo. Nesta metáfora, temos a comunidade e escola indígena que não se separam, como percebe-se nas práticas educativas tradicionais discutidas nesta dissertação. Todas retratam um fazer e aprender coletivos.

Por isso, entendo as práticas educativas tradicionais como eixos estruturadores do currículo da escola, particularmente, aquelas que tomam lugar no território em retomada, como processos de autodeterminação da escola, o que contribui para a desconstrução de uma educação colonial. São práticas que permitem a construção política de uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada, que valoriza e fortalece nossos modos de vida.

6 Considerações Finais

Nesta pesquisa, buscamos analisar como as práticas educativas na Escola Pataxó de Boca da Mata configuram processos de autodeterminação do povo Pataxó para uma escola indígena intercultural, bilíngue, autônoma e diferenciada.

No percurso da pesquisa, evidenciamos a luta e resistência do povo Pataxó pela ampliação do TI Barra Velha. Junto da luta pelo território vieram outras conquistas, sendo uma delas a educação escolar. Olhando para uma linha do tempo da escola indígena Pataxó de Boca da Mata percebemos que, ao longo dos anos, vivemos em constante movimento de autodeterminação de um território educativo que se efetiva em conjunto com movimentos de autodemarcação do TI ancestral.

A educação escolar que buscamos para nosso povo tem de ser diferenciada e sua base é a cosmologia Pataxó, a nossa ciência. Esta tem um jeito próprio de produção, transmissão de conhecimento que é de acordo com o nosso modo de vida. A luta pelo nosso território, que inclui realizar movimentos de retomadas e mobilização indígena em bloqueios de BRs é parte desse modo de vida, assim como é parte deste, nosso cantar, dançar, plantar, cultivar e colher. É também parte do modo de viver o luto, que é coletivo, de fazer reunião comunitária, de participar dos festejos e das cerimônias tradicionais e se engajar nas lutas pela demarcação do território ancestral.

Portanto, no decorrer dos anos, a educação escolar indígena de Boca da Mata foi se configurando dentro desses princípios e se engajando nas lutas constantes por direitos, principalmente, pelo direito originário de viver praticando nossa cultura no território ancestral. Nessa perspectiva, percebemos que aquela escola que chegou no ano de 1982 foi sendo ‘indigenizada’ ou ‘amanssada’ pela força da cultura Pataxó, em sucessivos processos de autodeterminação dessa educação escolar.

Assim, a luta pelo direito de uma escola participar ativamente das atividades da comunidade, que é o espaço legítimo de aprendizagem da cultura, de funcionar segundo a organização etnopolítica daquele povo, inclusive de participar legitimamente dos movimentos de retomada e em outros movimentos de reafirmação da identidade Pataxó, se configuram processos de autodeterminação da educação Pataxó, rumo a uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada.

Para tornar realidade essa educação diferenciada que almejamos, na proposta pedagógica da escola Pataxó de Boca da Mata propõe-se o trabalho com práticas educativas tradicionais Pataxó, motivando os alunos a criarem diferentes formas de acessar e expressar o que está aprendendo nessas práticas. Sem desprezar os momentos sagrados de rituais e rodas de conversa com os mais velhos que acontecem na aldeia, a escola cria espaços e momentos de compartilhamento de saberes tradicionais. Esses momentos adquirem formatos de eventos como a Semana Cultural, feiras, passeatas, em que os alunos fazem dramatizações, jogos educativos, brincadeiras, desenhos e outros tipos de escritas para comunicar o que aprenderam. Essa criatividade é presente em muitas outras atividades curriculares ao longo do ano.

Como vimos, as práticas educativas desenvolvidas na Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata garantem a participação ativa da comunidade, exemplo disso são as práticas educativas tradicionais desenvolvidas nas casas dos anciãos, nos passeios pelo território, nos piqueniques, nos projetos e em outros. Acrescenta-se a isso, a participação da escola nos movimentos de retomada para ampliação do território da TI Barra Velha, junto com a comunidade lutando pelos nossos direitos. Nesses movimentos, os alunos aprendem coisas novas e colocam em prática outros ensinamentos adquiridos dentro e fora da escola. Como descrevi neste trabalho, as práticas educativas tradicionais da nossa comunidade estão sempre presentes nos movimentos de retomada, fortalecendo o movimento e reconhecendo a legitimidade dos modos de transmissão desses saberes pelos mais velhos no espaço educacional e comunitário.

É importante ressaltar que as práticas educativas que registramos neste trabalho evidenciam esse percurso de autodeterminação da escola. Nossa luta por uma escola indígena diferenciada não se resume a ter uma formação que possibilite aos alunos indígenas participar de processos seletivos para ingresso em uma universidade, ainda que tenhamos isso dentro dos nossos horizontes, pois também lutamos pelo direito de estudar em uma universidade.

Porém, o movimento que estamos chamando de autodeterminação da escola Pataxó de Boca da Mata não se dá sem tensões com os órgãos governamentais que regulam a educação nacional. Cotidianamente, a escola precisa justificar para a Secretaria Municipal suas ações que fogem ao que se convencionou chamar de atividade letiva escolar: sala de

aula, conteúdos disciplinares, horários e calendários que seguem o sistema como um todo, testes de avaliação.

Quando a escola suspende as aulas no prédio para apoiar o movimento de retomada, como descrevemos no Capítulo 5, os responsáveis pela gestão escolar têm de entrar em diálogo com a Secretaria para justificar o porquê não houve aulas no prédio escolar, ainda que os alunos e professores estivessem realizando atividades educativas em outros espaços, que para nós também é sala de aula. Algumas vezes, essas justificativas não são aceitas e a escola tem de recompor o calendário, alinhando-se ao calendário da Secretaria. Esses são alguns dos enfrentamentos que a escola indígena faz para resistir a um projeto de educação escolar colonizador e eurocêntrico que não respeita e não reconhece a diversidade de povos. Aprendemos com a luta pela terra que o direito à educação diferenciada também é luta para desconstruir/ descolonizar, principalmente, a relação dos povos indígenas com os sistemas educacionais.

Portanto, a partir dos movimentos de autodeterminação da escola que incluem ações de apoio à retomada para ampliação do TI Barra Velha, a escola de Boca de Mata passa a inovar em suas práticas educativas, baseadas na epistemologia e lutas do povo pelo território ancestral Pataxó. São práticas educativas forjadas na cosmologia Pataxó, no nosso modo de vida, atreladas às nossas lutas. Falamos da Medicina Tradicional, do Awê, da construção de armadilhas, das pinturas corporais e do grafismo, da culinária, da roça e das retomadas de terra que dão a identidade Pataxó à nossa escola.

Nessa escola, aprende-se a ser indígena Pataxó, antes de tudo, a respeitar o conhecimento e as lutas dos mais velhos, respeitar e aprender com a mãe natureza a viver coletivamente e a dominar outras tecnologias e mídias para ter sabedoria, para enfrentar o mundo de fora, a buscar os parceiros certos. Nesta escola, também ressignificamos o ser professor indígena, pois este não é somente aquele que tem uma formação acadêmica, é um líder que coloca em prática seus saberes e fazeres da cultura como mediadores com outras culturas, garantindo uma educação intercultural para os alunos. São eles que lidam com os questionamentos das secretarias de educação, no que diz respeito ao calendário escolar, ao deslocamento das atividades da escola para o espaço de retomada, aos registros escolares. Eles travam lutas paralelas para fazer valer uma pedagogia indígena que se desenvolve nos diversos espaços educativos, o que inclui as retomadas de terra.

Com esta pesquisa, foi possível compreender que a participação da escola nos movimentos de autodemarcação do TI Barra Velha fortalece as lutas do povo pelo território tanto quanto amplia as práticas pedagógicas escolares, o que chamamos de *pedagogias das retomadas*. São nessas práticas que se permite ao aluno indígena participar do movimento e aprender socialmente sobre as lutas do seu povo, pois compartilha-se saberes tradicionais do povo, permite-se a transmissão de uma geração para outra, em encontros com os mais velhos por meio de contação de histórias, compartilhando formas de fazer juntos.

É nessa perspectiva que falamos em retomada da educação escolar indígena diferenciada, porque é uma educação que resiste às políticas educacionais nacionais homogeneizantes, é uma educação que se transforma ao longo do tempo com a luta do povo pelo território e pelo fortalecimento de outras práticas que efetivam processos de autodeterminação do povo Pataxó.

O fato é que vivemos em constante luta para manter a autonomia pedagógica e administrativa de nossas escolas. Enfrentamos tensões diárias com as secretarias de educação para exercitar a autonomia, na definição de um calendário, no currículo que é colocado em prática, no modelo de gestão escolar.

Mas, a escola indígena Pataxó de Boca da Mata não se submete a todas as pressões, se posicionado por meio de movimentos de autodeterminação coletiva da escola. Para nós, o território é nossa sala de aula. Por isso, a autonomia é um dos princípios do nosso (PPP), que reconhece uma pedagogia indígena, fundamentada em práticas educativas indígenas.

A discussão sobre a educação escolar indígena e os desafios de como lidar com eles foi pauta do VI Encontro do Fórum Nacional de Educação Escolar (FNEEI), em 2022. O relatório final desse encontro abordou as demandas nacionais pela carreira do professor indígena, a formação de professores indígenas, infraestrutura e construção de escolas indígenas. Discutiu e denunciou o desmantelamento das políticas públicas e o financiamento da educação indígena, a educação superior, o currículo da educação indígena, as línguas indígenas, a merenda escolar, o material didático e a importância do projeto Saberes Indígenas na escola. Questionou-se o modelo de Ensino Médio, pautado na BNCC para a educação escolar indígena, a necessidade de retomada dos conselhos estaduais e da comissão nacional de educação escolar indígena. Esses são alguns dos enfrentamentos que fazemos no dia-a-dia e que têm abrangência nacional. Por isso,

sabemos da importância de participar dos movimentos indígenas nacionais, pois esta é uma luta de todos.

Sou fruto dessas lutas, portanto fui acompanhando as conquistas e avanços em busca de uma educação escolar indígena Pataxó: aprendi sobre essa luta e a resistência dos nossos pioneiros da educação ouvindo as histórias contadas pelos professores mais velhos, pelos primeiros alunos. Minha família sempre esteve à frente da educação em minha aldeia, por isso, cresci ouvindo as histórias da luta pela escola que está sempre entrelaçada à luta pelo território. Como conta a liderança e coordenadora Juliana, a luta pela escola em Boca da Mata também se deu com movimentos de retomada.

Então resolvemos correr atrás, a gente ia fechar BR, íamos fazer greve em Porto Seguro, a gente ia para Salvador, ficava meses lá dormindo na escola. A gente ia em Brasília, também ficava meses lá, embaixo de barracas lá nos ATL [Acampamento Terra Livre] que acontecia na época para conseguir o Magistério Indígena, e conseguir também nossa categoria professor indígena e começar a receber o salário do professor para que as escolas fossem construídas e os alunos fossem assistidos. (Roda de conversa com os alunos, 11 de Abril 2023).

Lutar pela autonomia administrativa e pedagógica da escola indígena Pataxó são aspectos fundamentais que refletem os processos de autodeterminação do povo no campo da educação.

Ao finalizar esta dissertação, percebo que tenho outra compreensão da educação escolar indígena Pataxó em Boca da Mata. A vivência dessas práticas como pesquisadora indígena, assim como as análises que tive de fazer, me possibilitaram compreender melhor os processos de autodeterminação do meu povo e da minha escola. Tenho clareza de como os processos de colonização europeia nos impuseram um modelo de escola colonizadora, uma escola que subalterniza nossos saberes, nossos anciãos, nossas lideranças e nosso ser indígena Pataxó.

Minha participação no movimento de retomada, não somente como jovem mulher da comunidade e professora, sobretudo como pesquisadora, me ajudou a refletir como os processos de autodeterminação territorial são parte da educação em uma escola indígena. Percebi como é importante a escola estar nesses movimentos para a afirmação da identidade dos nossos alunos indígenas que se reconhecem como sujeitos da história e valorizem a luta do povo Pataxó.

Valorizo mais ainda a dura a luta diária das lideranças e dos professores para ‘amansar’ a escola que chegou em nossa aldeia com poder de nos calar, de colonizar nossas mentes e corpos. Eles não se curvaram e lutam para reafirmar a nossa identidade, valorizando e

fortalecendo nossa língua e cultura. Nos contínuos processos de autodeterminação dessa escola, ampliam-se as pedagogias indígenas, rumo a uma educação escolar indígena intercultural e diferenciada que é fundamentada na cosmologia de vida Pataxó de Boca da Mata.

Portanto, acredito que esta pesquisa tem contribuições para dar ao meu povo Pataxó, nas lutas territoriais, e especificamente na luta por uma educação escolar indígena de Boca da Mata. Vejo uma educação que reconhece suas próprias práticas educativas indígenas, forjadas nos modos de produzir conhecimento da vida Pataxó. Tenho clareza de que a minha entrada na pós-graduação, motivou os parentes da minha aldeia a concorrer nos processos seletivos da pós-graduação. Afinal, fui a primeira da minha aldeia, mas com certeza não serei a única.

Ao longo da minha formação no mestrado, no PPGE-UFMG, percebi a dimensão do percurso que teria de caminhar na academia. Convivi com pessoas de visão acadêmica que me ensinaram muitas coisas. Entendi que fazer mestrado não é somente fazer uma pesquisa e defender uma dissertação, é também atuar politicamente na luta pela demarcação desse território acadêmico-científico que ainda estamos ausentes. Participar da Comissão de Ações Afirmativas foi o espaço formativo que encontrei para nossa luta.

Ao mesmo tempo, estar nesse território acadêmico fez com que minha comunidade me redefinisse, pois se orgulhava de me ver na universidade, cursando uma pós-graduação, apontando que isso contribuiria com a luta do povo.

Mas, além de contribuir com a luta do povo, percebo que meu papel como pesquisadora indígena também é desconstruir, dialogar com as outras ciências e demarcar o lugar onde devemos querer estar, na universidade. Vestir nossa identidade com orgulho e adentrar nessa luta científica e política na defesa do nosso bem viver. Como diz a Japira Pataxó, devemos marchar em busca da nossa terra demarcada. Ser pesquisadora indígena é também ir em busca do conhecimento que se disputa por aí. É fazer retomada desse território acadêmico em prol da diversidade de ciências, trazendo nossa ancestralidade para repensar a sociedade e a própria universidade, o que contribuiria para o bem viver da humanidade e do nosso planeta.

7 Referencias

ALMEIDA, Emanilson Braz de. A educação indígena e a linguagem teatral: as narrativas orais do povo Pataxó na Aldeia Boca da Mata. 2016. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura)–Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Habilitação em Línguas, Artes e Literatura.

ARAÚJO, Mariane Dias. “*Demarcando território*”: tensionamentos nas pesquisas de autoria indígena no contexto da Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI). – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

D’AMBRÓSIO, Ubiratan. ***Sociedade, Cultura, matemática e seu ensino***. Universidade Estadual de Campinas. Educação e Pesquisa, São Paulo, V 31, n. 1, p. 99-120, já. / abr. 2005.

KNIJNIK, Gelsa et al. Etnomatemática em movimento. Coleção Tendências em Educação Matemática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Tendências em Educação Matemática, 25).

Bogdan, Robert; Biklen, Sari. Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

Teixeira, Érica Jaqueline Pizapio; Pacífico, Juracy Machado; Barros, Josemir Almeida. O diário de campo como instrumento na pesquisa científica: contribuições e orientações. CUADERNOS DE EDUCACIÓN Y DESARROLLO, v.15, n.2, p. 1678-1705, 2023

ARCHIBALD, Jo-ann, LEE-MORGAN, Jenny, SANTOLO, Jason De. Decolonizing Research: Indigenous Storywork as Methodology. Editors: Published by Zed Books, 2019. <https://indigenoustorywork.com/>

BANIWA, Gersem. Territórios Etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. Texto apresentado na CONAE 2010. Brasília., 2010.

BRASIL Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. ***Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas***. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. PARECER CNE Nº 14/99- CEB – APROVADO EM 14.9.99. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

BRASIL. RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. Brasília, 17 de novembro de 1999.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012. Diretrizes curriculares nacionais para Educação escolar Indígena na Educação Básica. Brasília.

BRAZ, Txahá Alves. “O Saber matemático nas vivências cotidianas a aldeia Muã MImatxi”. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Habilitação em Matemática. (2018).

BRAZ, Uilding Cristiano. ***O ensino de língua patxôhã na Escola Indígena Pataxó Barra Velha***: uma proposta de material didático específico. 2016. 73 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

BRITO, Ruana Priscila da Silva. *Apropriação das práticas de numeramento em um contexto de formação de educadores indígenas*. 268f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

CANTO de Yãmyĩxop [S.I.:n.]. 2023. 1 vídeo (03:51 min). Publicado pelo canal GEPEPI 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/@gepepi2022>

CARNEIRO, Raquel Gomes. *Sujeitos Comunicacionais, indígenas e processos etnocomunicacionais: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo (RS), 2019.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de 1977 - Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador.

CARVALHO, Maria Rosário. Pataxó - Luta por demarcações. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/patax%C3%B3/luta_por_demarcacoes.pdf

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Volume II – Textos temáticos. Texto 5: “Violações de direitos humanos dos povos indígenas”. 2014. Disponível em: . Acesso em 30 agosto 2021.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais

CORREA, Célia Nunes. O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2018.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas- 107ª Sessão Plenária 13 de setembro de 2007.

DIÁRIO, da república [S.I.:n.].

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/principio-autodeterminacao>

ENSINO SUPERIOR INDÍGENA: Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena (LICEE) <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/liceei/>

GEPEPI, 2022. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Pluriepistêmica e Intercultural (GEPEPI), <https://www.youtube.com/@gepepi2022>

GUEDES, Iraia Santos. **Pataxó quer o seu território de volta:** O Parque Nacional do Monte Pascoal como unidade de conservação e Terra Indígena. Trabalho de Conclusão

de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Habilitação em Ciências Sociais e Humanidades.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro geográfico e estatística: <https://indigenas.ibge.gov.br/>

IDEIAS, para adiar o fim do mundo [S.I.:n.]. 2019. 1 vídeo (18:34 min). Publicado em: https://www.youtube.com/watch?v=IYf_OfuyCS0. Acesso: 01 de out. 2023.

KAYAPÓ, Edson. O jardim Laboratório de Mestra Japira. In: SANTANA, Antônia Braz. Saberes dos matos Pataxó. BELIZÁRIO, Ana B. Q.; MIRANDA, Victor A. M. (Orgs). Belo Horizonte: Teia dos Povos: Peseagrama, 2022, p.16-22.

LUCIANO, Gersem José dos Santo, O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

MARTINS, D. A. “*A gente precisa ter um olhar mais atento, porque é a nossa escola, né? [...] e quem tem o conhecimento somos nós*”: currículo e práticas educativas no ensino médio da escola Pataxó de Barra Velha (BA). 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

MARTINS, D. A.; TOMAZ, V. S. “Eu penso que o nosso está a nossa cara”: o currículo escolar indígena como um projeto de educação intercultural. *Interfaces da Educação*. 2022. Aceito para publicação

NÓBREGA, Luciana Nogueira e BARBOSA, Lia Pinheiro. Uma Pedagogia das Retomadas: ensinamentos e aprendizagens a partir do povo indígena Anacé. rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 31, n. 67, p. 248-267, jul./set.

O PODER, da palavra [S./:s.n.], 2021. 1 audio (25:21 min). Publicado pelo canal Papo de Parente. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/papo-de-parente/b0abed61-1120-4b59-bd9b-566b88b26100/?s=0s>. Acesso em 27 set. 2023.

PALESTRA, A universidade e os saberes indígenas: diálogos epistemológicos [S.I.:n.]. 2020. 1 vídeo (33:46 min). Publicado pelo canal TV UFSJ. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=bu3A6J1Gj8I>. Acesso em 13 de abri. 2022.

PESQUISADORA Paula C. P. Silva [S.I.:n.]. 2022. 1 vídeo (03:54 min). Publicado pelo canal GEPEPI 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/@gepepi2022>

PESQUISADORA Txahá Pataxó [S.I.:n.]. 2022. 1 vídeo (03:22 min). Publicado pelo canal GEPEPI 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/@gepepi2022>

PONÇADA, Adriele Braz. *Moytãxó'wã'y apekôy'txê ug iõp koxuk txóp kioiã tsa?hú upâ pataxi txó hãhãwré urauna'há makiamé*: Pinturas corporais e os grafismos dos objetos artesanais das aldeias do território Barra Velha. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Habilitação em Matemática. (2018)

POVOS, indígenas e educação| ensaios sobre | Instituto Unibanco [S.I.:n.]. 2021. 1 vídeo (19:03 min). Publicado pelo canal Instituto Unibanco. Disponível: <https://youtu.be/oo1HrHKf4Vc?si=iTNNt7EhgI9Brgy3> . Acesso em 01 out. 2023.

POVOS, S.I.:n.]. 2021. 1 vídeo (33: min). Publicado pelo canal Instituto Unibanco. Disponível:

QUIJANO, Aníbal.

RCNEI, Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/SECAD. 2005

SANTANA, Joseane Ponçada. Práticas e dosagens da medicina tradicional da aldeia Boca da Mata. Trabalho de Conclusão de curso (Licenciatura)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Habilitação em Matemática, 2018.

SANTOS, Erilsa Braz dos. *A história da demarcação da terra indígena Barra Velha*. 2018. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Habilitação em Matemática.

SEPÚLVEDA, Bastien ; ARRUZZO, Roberta Carvalho, & GUERRA, Emerson. Andanças territoriais indígenas no Brasil: resistências e reconfigurações contemporâneas. *Confins* [En ligne], 53 | 2021, mis en ligne le 18 janvier 2022, consulté le 02 novembre 2023. URL: <http://journals.openedition.org/confins/43265> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.43265>

SILVA, Paula Cristina Pereira. Xi Hõnhã? E agora? [recurso eletrônico] : vamos ser pesquisadores : um fazer pesquisa Tikmũ'ũn entre múltiplos seres, saberes e fazeres Belo Horizonte: UFMG / FaE, 2023.

SIMONDS, Vanessa W; CHRISTOPHER, Suzanne. Adapting Western Research Methods to Indigenous Ways of Knowing. In: *American Journal of Public Health*, 2013. v. 103. n. 12.p.2185-2192.

SOUZA GOMES, Ana Cláudia. Escola e reafirmação étnica: o caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. (Dissertação, de Mestrado Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. (2001)

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. *Escola e Reafirmação Étnica*. 2001. Dissertação. 124 páginas. Universidade Federal da Bahia.

TUHIWAI SMITH, L. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

XIIEM, Jo-ann Archibald Q'um Q'um; LEE MORGAN, Jenny Bol Jun; SANTOLO, Jason De. *Decolonizing Research: Indigenous Storywork as Methodology*. 2019. by Zed Books Ltd, The Foundry, 17 Oval Way, London SE11 5RR, UK.

8 Anexos

Anexo 1- Parecer final do Projeto de Pesquisa – CONEP.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA 				
PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP				
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: Os saberes tradicionais na Escola Indígena Pataxó Boca da Mata: um olhar indígena sobre as práticas pedagógicas Pesquisador: Vanessa Sena Tomaz Área Temática: Estudos com populações indígenas; Versão: 4 CAAE: 59793822.7.0000.5149 Instituição Proponente: Universidade Federal de Minas Gerais Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP DADOS DO PARECER Número do Parecer: 5.884.313 Apresentação do Projeto: As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas das Informações Básicas do Projeto (arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1891788.pdf). INTRODUÇÃO A pesquisa proposta neste projeto tem o objetivo de analisar como saberes tradicionais do povo Pataxó são transmitidos/ressignificados nas práticas matemáticas da escola Pataxó de Boca da Mata (BA). O interesse em desenvolver esta pesquisa vem, primeiramente, do compromisso com meu povo com a construção de uma escola indígena diferenciada e cada vez mais forte. Também busco fortalecer a luta dos povos indígenas pela ocupação de mais um território, o território acadêmico da pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sou indígena pertencente ao povo Pataxó. Moro na aldeia Boca da Mata, na Terra Indígena Barra Velha, município de Porto Seguro –Bahia. O povo Pataxó pertence ao tronco macro-jê e a família linguística Maxakali. Vive numa região desde a faixa litorânea e interior do extremo sul do estado da Bahia, em diversos Territórios Indígenas - TI, nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado, Itamaraju (PONÇADA, 2018). Nós, do povo Pataxó, sempre vivemos no litoral do extremo sul da Bahia, tendo seu território entre as montanhas mais próximas do litoral. Como contam os mais velhos, essas são as balizas do território Pataxó, onde vivíamos livremente. O				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">UF: DF Município: BRASILIA</td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br</td> </tr> </table>	Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar	Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040	UF: DF Município: BRASILIA	Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br
Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar				
Bairro: Asa Norte CEP: 70.719-040				
UF: DF Município: BRASILIA				
Telefone: (61)3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br				

Anexo 2 – Quadro Síntese do Material de Pesquisa

TIPO DE MATERIAL /SUPORTE	PARTICIPANTES	EQUIPAMENTO UTILIZADO	DATA E LOCAL DO REGISTRO	TEMPO DE DURAÇÃO
Rodas de conversas na retomada. (escrita)	Anciãos, lideranças, professores e alunos	(Diário upú trioká Suyhê)	16/09/2022 Retomadas base da Jaqueira, base Azul e base Krokxi	Aprox. 4 h.
Rodas de conversas. (semana Cultural na escola e comunidade) (áudio transcrito)	Lideranças, professores, coordenadores e alunos.	Celular	11/04/2023 12/04/2023 13/04/2023 14/06/2022 Escola Indígena Pataxó Boca da Mata.	Aprox. 2 h.
Conversas informais e entrevistas	Diretor, professores. Alunas	Celular	06/02/2023 Casa do diretor. 13/04/2023 17/04/2023 Escola Indígena Pataxó Boca da Mata. 19/04/2023	22:57 min. 5 min. 2 min.
Apresentação biografia: Anotações dos alunos do 3ano. (escrita)	Alunos 1º e 2º Ensino Médio.	Anotações caderno dos alunos	11/04/2023 Escola Indígena Pataxó Boca da Mata	
Fotografias	Alunos, Professores, coordenadores anciãos, lideranças	Celular	Território da aldeia: escola e comunidade.	
Diário upú trioká Suyhê	Anciãos, lideranças, professores e alunos	Caderno/ celular e notebook.	14/06/2022 a 19/04/2023 TI Barra Velha, Aldeia Boca da Mata	

Anexo 3 - Quadro síntese do PPP da Escola Indígena Pataxó de Boca da Mata

OBJETIVOS 2023	AÇÕES					
	O que fazer (Ações estratégicas)	Como fazer (Procedimentos, metodologias)	Com quem (Coordenadores, participantes, parceiros)	Recursos (Materiais, financeiros, didáticos, humanos)	Onde fazer (Espaço físico)	Quando (Cronograma)
1. Preservação e fortalecimento da cultura indígena.	Semana Cultural – Momento de valorização e fortalecimento dos costumes e hábitos tradicionais dos povos indígenas.	Discussões, debates, intercâmbio de comunidades, prática dos Jogos Indígenas, awê, apresentações teatrais, stand de artesanato, stand de culinária indígena, stand de remédios caseiros, stand de plantas medicinais, stand de mudas de árvores nativas, produção de material didático sobre a aldeia, recital de poemas e poesias, participação da comunidade.	Corpo docente, discente, lideranças, escolas não-indígenas e comunidade.	Maracás, tacapes, imbiras, trajes Pataxó, artesanatos Pataxó, peixe, patioba, palha de côco, beiju, Kauim, farinha de puba, gamela de madeira, colher de pau, estopas, taboa, máquina fotográfica, filmadora, caixa de som, microfone, computador, data show, palha, sementes,	Espaço físico escolar e espaço externo da comunidade.	Mês de Março e abril.
Favorecer o intercâmbio entre as diversas áreas de conhecimento, assim como, estimular a troca de conhecimento da cultura indígena e não-indígena.	Feira de Conhecimento Intercultural;	Construção de Stand de cultura indígena; Stand de biodiversidade e Stand de jogos e experiências, produção de maquetes e engenhocas, demonstração de experimentos químicos e físicos, exposição de jogos matemáticos e	Direção, coordenação, professores, alunos, comunidade, escolas estaduais, municipais e particulares não-indígenas.	Cartolina, isopor, cola de papel, piloto, recursos da natureza, data show, computador, caixa de som, microfone.	Todo espaço escolar e comunitário	Final do mês de outubro.

		da língua portuguesa.				
25. Valorização do prestígio de luta do guerreiro ou guerreira membro da aldeia que venha a falecer deixando todos da comunidade com uma imensa tristeza aos parentes da sua comunidade.	luto	Sendo assim dispensado o funcionamento oficial da escola.	Todo corpo da escola	Pessoal da escola	Comunidade.	
Fortalecer a identidade cultural do povo pataxó, através da língua, músicas, dança, pinturas, artesanato e apresentações de rituais.	Afirmação cultural indígena com os jovens da comunidade;	Despertar o interesse dos alunos do ensino infantil, fundamental e médio para manifestações culturais indígenas pataxó em eventos da escola, da comunidade e fora dela.	Corpo docente, discente e comunidade.	Adereços, tinta de jenipapo, barro, urucum, lenha, carvão, pincel, cachimbo, timbero, músicas, maracás.	Área da escola, espaços da comunidade e de fora dela.	Sempre que forem convocados.

Apêndice - Biografias de Lideranças elaboradas pelos Alunos do 3º ano do EM**ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BOCA DA MATA****BIOGRAFIA - JOSAFÁ FERREIRA DE ALMEIDA***SEMANA CULTURAL 14º Edição 2023*

Turma 3º Ano Médio

Estudantes: Arielliton, Emily, Kaionan, Maria da Conceição

Professores: Emanuel e José Raimundo

Josafá Ferreira de Almeida é indígena da etnia Pataxó nascido no dia 09 de agosto do ano 1950 na aldeia Mãe Barra Velha, filho de Francisca e Francisco sempre trabalhou na roça desde criança. Ainda criança perdera o seu pai e foi criado pelo padrasto Tibúrcio. Atualmente com 72 anos idade ainda trabalha no cultivo de plantações na forma de subsistência familiar. É casado com dona Maria José da Conceição Braz, eles são pais de (07) sete filhos.

Ele não teve oportunidade de estudar, tudo que seus pais lhe ensinaram foi a trabalhar, conta ainda que sente muita falta dos seus pais, e é muito grato por tudo que eles fizeram por ele. Sua mãe Francisca faleceu ano passado 2022 e seu pai biológico desde quando era criança. O padrasto faleceu há uns trinta anos.

Contando a história desse pedaço de Terra que habitamos foi conquistado juntamente com os indígenas Tururim, Alfredo, Cassiano, Palmiro, Edvaldo, Júlio entre outros de Barra Velha. Quando novo ele, Benedito, Claudionor, todos juntos trabalhando pela melhora da comunidade. E aqui estamos até hoje, as lutas pelo território não foram fáceis e ainda continuamos lutando pelos nossos direitos, conquistar novas áreas do território garantidos por lei.

Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Cassiana, depois disso criou aldeia Pé do Monte, Trevo do parque, Guaxuma, Coroa Vermelha, Corumbauzinho são algumas aldeias habitadas por nossos parentes. Temos que continuar trabalhando como eles trabalharam, procurando normalizar essa situação que está em poder do governo, se nós

não cobrarmos com união, com respeito e consideração não receberemos ela. Com tudo isso fica muito difícil receber as nossas terras.

Quando chegaram para Boca da Mata Josafá a esposa Maria José e a filha Maria Dajuda ainda bebê, seu pai de criação Alfredo, mas conhecido como (Tibúrcio) sua mãe Francisca, os irmãos pequenos Manoel (Vaquero), Domingos (Gote) e Maria, Marinalva era a mais velhas entre os irmãos. Já possuía família.

Junto com os parentes viajaram muito, muitas caminhadas de reivindicação para o governo demarcar esse pedaço de terra que estamos habitando agora ou melhor uma das partes. A luta continua por cobranças pela demarcação do território. Ele tem fé que um dia Deus vai ajudar o povo ter suas terras demarcadas.

Boca da Mata no ano de 1979 segundo seu Josafá só tinha matas, caças em abundância, era o que tinha, não havia outros moradores. Na chegada não tinha roça, a farinha que ajeitava era feita na meia com outras pessoas e assim iam passando. Logo foram trabalhando no roçado e cultivando os próprios plantios como: banana, cana, mandioca, milho, e dessa forma ajudava outras famílias que foram chegando depois.

Tempos mais tarde com a chegada de outros membros, juntaram-se a caminhada Manoel Santana, Firmo, Elí, Zezito, outros velhos e foram à Brasília para conseguir materiais que não tinham. Como não tinha condições de comprar então foram solicitar aos órgãos competentes e assim lutar pela sobrevivência. Ele confirma com seu relato: *“Então cobramos escolas, cobramos estradas, cobramos transportes e tudo que temos hoje, tem pouco, mas tem. Mas foi tudo luta da gente, nós cobramos juntos e hoje estamos desse jeito. O quanto que as famílias cresceram”*.

Quando eles chegaram para morar aqui Josafá e a mulher só tinha a filha Dajuda com três meses de vida, depois veio os filhos Aurilene, Emanuel, Emanilson, Jorge e duas meninas gêmeas que faleceram ainda bebês por causa de uma tosse muito forte. Sua história não acaba por aí, nessa época as coisas ainda eram difíceis. 10 anos ou mais se passaram, como não tinha escola, foram para Coroa Vermelha colocar os meninos para estudar um pouco. Lá eles estudaram e aprenderam um pouco, foi quando ele disse *“agora vamos pra roça (Boca da Mata) para vocês aprender um pouco da roça também”*, retornaram em fevereiro do ano de 1997. Hoje eles são professores.

Chegaram aqui na aldeia Cassiana (na época era extensão de Boca da Mata) foram lutar de novo para conseguir uma escola aqui para cima, e hoje eles estudaram, Emanilson, Emanuel, Aurilene e Josemilson (Jorge) são professores, porque estudaram com o interesse deles, segundo Josafá não podiam ajudar em nada. Eles carregavam o caderno na sacolinha de arroz, porque nem bolsa eles podiam comprar. Os meninos de hoje não querem ir para escola dessa forma, tem que ter bolsa. O interesse que eles tiveram a gente agradece a cada um. Também aos demais filhos dos parentes, de todos vocês.

Ele faz a reflexão. *Porque a vida, não é toda vez que a gente tem, um dia a gente acaba e só Deus pode nos sustentar. Que você seja uma pessoa feliz, pessoa que tenha interesse de estudar, respeitar, considerar todo mundo dentro de uma sala de aula, ter o maior respeito isso é o que vale. Hoje a gente ver coisas passar na televisão, no rádio que são de tremer. Nunca vimos isso e estamos vendo.* Isso é feito dentro de nossa aldeia. Temos que pedir a Deus que nunca aconteça. Ele não aprendeu ler e escrever mal assina o seu nome.

Seu desejo é que nós estudantes sejamos pessoas honestas, capacitadas, dedicadas e respeitadas, porque nossas vidas estão nas mãos de Deus até o dia que ele quiser, quando for no tempo dele. *Seu Josafá afirma que graças a Deus andou nessas estradas por aí tudo, trabalhou em fazendas e que ainda está por aqui, com seus 72 anos de vida. Porque nunca casou problemas com ninguém.* E dessa forma nunca procurou confusão com ninguém assim prolongou a sua vida. Vamos levando a vida até quando Deus quiser. Porque Deus é bom para todos nós, lutar pelos nossos interesses é uma coisa boa, ter esforços, porque quem faz a vida ser boa somos nós. Estas são as palavras de incentivos de seu Josafá aos jovens da comunidade.

Biografia

José Raimundo Santana

Pataxó, liderança e professor

Eu José Raimundo Santana, nome indígena Patxyó, nasci em Barra Velha no ano de 1962, filho de Manoel Santana e Maria Braz Ferreira. Pertencente a etnia Pataxó sou pescador, agricultor e artesão. Morei em Barra Velha até os 16 anos de idade. A minha infância não foi boa, onde perdi a minha mãe quando pequeno; eu nem conheci a minha mãe. Conta a minha tia que ela era muito trabalhadeira e gostava muito de roça. Uma noite ela teve febre e no outro dia foi para a roça chegando lá encontrou um abacaxi maduro e ela

chupou, quando ela chegou em casa com muita febre e com isso veio a morrer rápido logo no dia seguinte. Para mim foi um pesadelo, mas para minha sorte, minha tia não tinha filho e ela tomou conta de mim como se fosse filho dela. Com isso fui vivendo aqui e ali. Como temos uma família grande um dia ficava na casa de um, outro dia na casa do outro e assim fui levando a minha vida até os 14 ou 15 anos. Anos se passou e passei a dialogar com meu pai, já que meu pai tinha 4 filhos de um outro casamento, mas não tivemos um bom convívio, foi triste para mim.

Na aldeia não tinha escola nesse tempo, foi aí que minha tia chamou meu pai e falou que ele tinha que me ajudar. Nessa época, tinha um índio na aldeia Barra Velha que veio corrido lá de Caramuru e ele sabia ler e escrever. Os pais da aldeia sabendo dessa informação reuniram e fizeram uma proposta para o tal senhor Sulino, pedindo para que ele nos ensinasse a ler que eles pagariam com alimentação. Nesta ocasião, meu pai me ajudou, e como não tinham dinheiro, eles levavam o que produziam na aldeia: um levava peixe, outro levava farinha, banana, batata entre outros. E desse modo pagavam o professor Sulino.

Em 1978 a 1979 a Funai colocou a primeira escola na aldeia Barra Velha, onde vieram professores de Minas Gerais para ensinar e isto foi um grande alívio para os pais na aldeia. Eu e meus colegas já estávamos bem avançados, fazendo a escrita do nosso nome. Desse modo, a escola foi e continua sendo uma arma de luta para nós Pataxó, nesse período começaram a primeira pesquisa da língua Pataxó, onde os parentes viajavam para Brasília para reivindicar nossos direitos e encontravam os outros indígenas que falavam suas línguas, e ouviam comentários que nós Pataxó não éramos indígenas porque não sabíamos falar nosso dialeto. Após ouvirem isto, ao retornar para a aldeia reuniram todos da comunidade para fazer perguntas aos mais velhos na aldeia sobre algumas palavras da língua materna Pataxó que estavam adormecidas. E quando fizemos esta pesquisa com nossos mais velhos ficamos supressos, os nossos velhos sabiam falar a língua materna. Mas, não conversavam entre si devido a opressão do estado de dizimar os indígenas do Nordeste, a partir de então começamos a pesquisa nas rodas de conversas a “corta Língua” era essa palavra que nossos mais velhos usavam. Nessa época, eu e meu colega Salvino conhecido atualmente como (Kanatxyó) gostávamos muito de cantar, ele era apaixonado por um cantor português chamado de Roberto Leal. Eu e meu amigo fizemos algumas músicas Pataxó, inclusive tem uma delas, a mais antiga, que nunca foi cantada:

Hamiou kakusú a cocar o kigeme da jokana ta pibá Ihé oi oi itxiado remugou hamiou mokiado Jokana tokina tem não mokia atamia Ihé oi oi itxiado remugo hamio mokiado (2 x)

Durante este período na aldeia mãe, eu e um parente, José Pinheiro, fomos escolhidos para participar de um curso de enfermagem em Recife, no estado de Pernambuco. Quando chegamos no local tivemos que passar por uma prova de reconhecimento como indígena e como nós não falávamos a língua materna de forma fluente os outros indígenas disseram que tinha que colocar uma marca em nós, ou seja, fomos obrigados a furar a orelha para que pudéssemos continuar no curso. O meu parente José não aceitou, mas eu aceitei.

Quando retornamos para a aldeia foi um grande susto para a comunidade, nesse tempo o nosso povo ainda tinha medo devido ao que tinha acontecido com eles no período do fogo

de 1951, onde os mesmos tinham passado por uma grande violência por parte da polícia e do povo não índio da região. Nessa época não tinha ninguém na região com a orelha furada, tinha-se preconceito onde os mais velhos da aldeia queriam que eu não me apropriasse daquele costume tradicional. Eu fui o primeiro Pataxó a furar a orelha depois do fogo de 51, isso para nós foi um avanço, e hoje perdemos o medo e a vergonha, se tornou um orgulho Pataxó.

Concluir o curso de enfermagem só que naquele tempo ninguém da aldeia tinha documentos pessoais. Por isso não poderia atuar, foi então que a Funai me levou para tirar os documentos em Governador Valadares, em Minas Gerais. Mas, não foi possível fazer os documentos porque tinha apenas 16 anos e a idade exigida era 18 anos.

Diante disso, a Funai tinha um tempo para encerrar as contratações desse pessoal na área da saúde, mas acabei perdendo a oportunidade de trabalhar na Funai como enfermeiro. Mesmo assim eu ajudava meu tio na enfermaria da aldeia como voluntário. Nesse mesmo período arrumei uma jokana e me mudei para a aldeia Boca da Mata, onde os pais dela tinha roça e ela não queria sair de perto de seus pais.

A Aldeia Boca da Mata, era de difícil acesso mata fechada e estava iniciando com três famílias. Então, em 1980 me mudei para Boca da Mata com minha mulher, naquela época não havia nada apenas as primeiras roças abertas com seus plantios. Em 1980, havia poucas famílias e algumas décadas depois mais de 100 famílias, hoje tem aproximadamente 300 famílias.

A Educação em Boca da Mata, começou a sua trajetória com o crescimento da aldeia as lideranças se reuniram para irem em busca da escola. De início conseguiram juntamente com a FUNAI. As primeiras escolas construídas de taipa e tabua pela comunidade e FUNAI, com o desenvolvimento da comunidade houve a necessidade da ampliação de turmas e demandas para construção de novas escolas padrões e que atendesse nossos alunos.

Em Boca da Mata, eu e a jokana trabalhava na roça, e nesse tempo disparamos a fazer menino, só conseguimos fazer 10 filhos. A dificuldade foi cuidar deles tive que me virar de todo lado, foi uma luta muito grande. Tempos depois, eu lembro que um dia eu estava doente, trabalhando doente, com febre, e meu pai chegou lá, se sentou num pau peguei a conversar com meu pai. Então ele chegou para mim e falou, me lembro como hoje ele falou assim: “Olha, você vai ter que parar de trabalhar na roça e você vai ter que estudar... Olha, você vai ter que estudar pois estamos precisando de pessoas preparadas aqui na aldeia para tomar conta da saúde da educação e são vocês que tem que cuidar”. Neste período já havia escola em Boca da Mata, então eu falei para o meu pai: “Como é que eu vou para a escola? Pai, como é que eu vou para a escola com essa gente de menino para cuidar?”. E ele falou: “Não, você tira um tempo, você tira um tempo para os seus estudos, você trabalha de dia e de noite você... uma horinha que você vai estudar...”. Então coloquei na minha cabeça e falei: “Poxa, então é isso mesmo que eu vou fazer!”. E ele falou: “Porque quando você chegar cá na minha idade você não vai ter fôlego para você ficar puxando enxada não”. Então eu pensei: “E agora hein?”.

Naquele tempo, os filhos obedeciam aos pais, e sempre digo isso: eu fui de um tempo que o respeito que os filhos tinham pelos pais eram diferentes. Retornei para casa e disse a

minha mulher a conversar que havia dialogado com meu pai. Naquele dia a minha mulher deu um pulo e falou: “Ôh, negativo! Você vai fazer o que na escola? ”. Então ela jogou água no meu pensamento, mas mesmo assim eu falei: “Rapaz, eu vou enfrentar e vou fazer o pedido do meu pai! ”. E assim, eu peguei um livro, comprei um caderno e na hora de ir para a escola, abracei meu caderno e fui para a escola, chegando na escola encontrei com uns camarada que me falaram: “Ói, ele bota o caderno igual as muié!” Na volta, vindo da escola eu encontrei um compadre e falei: “Compadre, bora para a escola moço, mais eu? ” E ele falou: “Rapaz o que você vai fazer lá moço? Para com isso moço, tu não aprendes nada mais não! ” Ele falou: “Vai trabalhar em sua roça rapaz, é melhor, você vai para a escola perder o seu tempo, não vai aprender nada!

Comecei a estudar e no segundo ano de escola me convidaram para dar aula de cultura. Na ocasião eu falei: “Poxa, mas como é que eu vou dar aula? Dar aula pareceu muito forte naquele momento, como é que eu ia dar aula se eu não sabia nada? Eu já sabia falar algumas palavras de nossa língua tradicional, sabia cantar algumas músicas, mas mesmo assim eu neguei.

No mês seguinte me convidaram de novo: “Rapaz vai, você tem potencial para isso”. Mas eu tinha muito receio de ir para frente de um grupo de pessoas para falar. Foi então que o cacique falou que me ajudaria, ele era meu irmão e então resolvi começar. Depois uma pessoa da secretaria de educação me falou: “Se você vai estar dando aula, você vai ter que fazer um curso, você vai ter que fazer o magistério”. Fiz um programa que chamava Acelera Brasil, Ensino Médio e magistério.

Depois de anos, a minha mulher viu que aquele trabalho estava virando uma renda, ela começou a me apoiar para que eu não parasse de estudar e começou a mudar, a ter uma visão diferente sobre os estudos. Incentivado pelo meu pai Manoel Santana que começamos e hoje concluir a faculdade, graduado no curso Licenciatura Intercultural Indígena no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia, no campus de Porto Seguro. Nesta mesma tradição, eu e Dona Ana, minha jokana, também continuamos apoiando os nossos filhos para estudar: Edir Marcos licenciado pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Josiane, Sebastiana, Cleidiane e Josicleide concluíram a licenciatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Marcones concluiu pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA).

Organização: Prof^a Adriele, Cosme e alunos do 1ºano 2023.

Biografia

Alfredo Santana

Pataxó e liderança.

Terra indígena: Barra Velha

“Não foi fácil chegar até aqui, lutar sempre e desistir jamais. ”

Minha História de Vida como Liderança

Alfredo Santana Ferreira, nasci em 06/09/1973, na Aldeia Barra velha no município de Porto Seguro Bahia. Filho de Manoel Santana e Dona Anália Maruim Santana. Nasci e sempre morei na Aldeia Barra Velha, meu pai sempre foi uma grande liderança na Aldeia, era pescador, serrador, carreiro de tudo fazia um pouco para ajudar a comunidade.

Em 1985, tinha 12 anos de idade, estudei até a segunda série na Aldeia Barra Velha, como as terras não eram muito produtivas para a agricultura, meus pais tiveram que vir mora na Aldeia Boca da Mata. Em 1985, eu tive que vir com eles, chegando em Boca da Mata, seu irmão Firmo Ferreira na época, era o cacique da Aldeia e conseguiu uma posse de terra para nós fazermos nossa casa e nossa roça.

Neste período voltei a estudar de novo e a trabalhar na roça, comecei uma jornada de trabalhar na roça e estudando, porém, esse período que estudei a educação era pela FUNAI, de alguma forma essa documentação foi perdida e meu histórico da 3ª série não foi encontrado, por isso em 1998 tive que iniciar novamente a 3ª série e em 1999 fiz a 4ª série.

Em 1986, logo depois, meu pai resolveu ir morar na Aldeia de Coroa Vermelha; como ele era pescador, achava que lá era melhor a sobrevivência. Tivemos que largar tudo para lá e ir para Coroa Vermelha, tornei a parar de estudar para ir com eles. Morando em Coroa Vermelha, ficamos sem estudar de novo e fui vender artesanato era um dos meios de sobrevivência do povo de Coroa Vermelha na época, artesanato e pesca. Éramos 9 irmãos, 6 mulheres e 3 homens, minhas duas irmãs mais velhas se casaram com indígenas da Aldeia Coroa Vermelha, eu fui trabalhar para minha irmã vendendo artesanato e meu pai pescando, depois de mais ou menos um ano novamente meu pai deu na cabeça de voltar para Boca da Mata. De novo largamos tudo para trás e tivemos que acompanhar meu pai e voltamos a trabalhar na roça.

Meu tio Firmo Ferreira passou a liderança para meu pai e ele foi ser o cacique da Aldeia Boca da Mata, foi trabalhar em busca de melhoria para a comunidade. Na época foi quando meu pai em parceria com prefeitura de Porto Seguro conseguiu fazer a estrada da aldeia, uma ponte de madeira, começou a movimentação de carros na Aldeia. Passando alguns meses, aconteceu um acidente com meu irmão saindo de carona em cima de um caminhão da Aldeia carregado, subindo a ladeira o caminhão não aguentou subir a ladeira e voltou para traz e meu irmão foi pular de cima do caminhão e não conseguiu vencer, em cima da barranca da ladeira escorregou e caiu de baixo do pneu e quebrou a perna esquerda. Em imediato o levaram para o hospital na cidade de Eunápolis, mais não deu jeito, teve que ir para São Paulo, na época a saúde indígena era pela Funai, e a Funai teve que alugar um avião para leva ele e meu pai para São Paulo, como eu era o mais velho da família

tive que ficar e trabalhar para garantir minha mãe e meus irmãos, com toda essa responsabilidade não tive como estudar.

Nesse período meu pai ficou com meu irmão por um ano em São Paulo, depois de recuperado eles voltaram para Aldeia, foi quando meu pai se reuniu com a comunidade e passou a liderança de cacique para mim. Em 1989, nessa época eu estava com 16 anos, assim fui dar continuidade nos trabalhos da comunidade, também viajei muito e as coisas não eram muito fácil, havia ainda muitas dificuldades em sair da Aldeia, não tinha transporte, quando eu saía da Aldeia para viajar tinha que pegar um caminhão que transportava leite das fazendas próximo da Aldeia, essa carona era até chegar na BR-101, de lá o destino era pegar um ônibus até a cidade de Eunápolis onde a Funai atendia as comunidades indígenas.

Durante essa trajetória, arrumei família onde tive cinco filhos, com a Elenildes Santos de Oliveira, todos homens; o primeiro, mais velho Itucuri Santos Santana, Werquis Santos Santana, Wanderson Santos Santana, Werlys Santos Santana, Wilson Santos Santana, moramos juntos por 11 anos. Mas o casamento não deu certo tivemos que separar, eu fui morar em Itamaraju, na casa de uma mulher, que se chama Vera Lúcia Lima, trabalhava comigo na época no Ministério do Meio Ambiente, no projeto FAO, no parque Nacional de Monte Pascoal, juntos às comunidades indígenas do seu entorno que beneficiava as comunidades indígenas no território Barra Velha.

Com a luta continua do povo não foi possível concluir os meus estudos, a minha prioridade foi a luta. Diante disso, em 1998 fui estudar a 3ª série e no ano seguinte concluir a 4ª série. Em 2001, fiz o EJA concluir 5º e 6º ano, em 2002 terminei o 7º ano.

Em 2003, casei novamente com Luciana Santos Silva, uma professora que veio trabalhar na comunidade, com quem tive duas filhas a mais velha chama Akiria Santos Santana, a mais nova Thaina Silva Ferreira, com quem convivo até hoje. Em 2009, minha esposa me matriculou no 8º ano, comprou meu material escolar e me levou até a escola, no primeiro dia de aula estava com vergonha de estudar, por já estava com a idade avançada. Depois perdi a vergonha e tomei gosto novamente pelos estudos e em 2010 concluir o 9º ano, para terminar o ensino médio eu fiz à distância por motivo de viajar muito não tinha como fazer presencial, em 2013, finalmente concluir o ensino médio, e logo depois em 2016 surgiu a oportunidade de prestar vestibular no Instituto Federal da Bahia (IFBA), encarei esse desafio e em 2022 concluir a minha licenciatura, não foi fácil chegar até aqui, lutar sempree desistir jamais.

Logo que iniciei como cacique eu viajava muito nessa época, para Brasília, em busca de melhoria para as comunidades, passava de 5 a 10 dias por lá resolvendo as questões da comunidade, quando voltava pegava um ônibus de volta, chegando no ponto, onde encontra-se a entrada da aldeia caminhava 18 km até a Aldeia e assim era a minha trajetória, na época também a maioria dos indígenas não tinham documentação, consegui uma pasceria com o cartório de Itabela para ir na Aldeia, um homem que chamava-se Fernando, o responsável pelo cartório para tirar RG (carteira de identidade) e CPF (cadastro de pessoas físicas), e assim conseguimos tirar muitos documentos dos índios, conseguimos levar para Aldeia o projeto de luz para todos e um colégio de padrão do governo do estado. Uma conquista também foram modos sanitários pelo Ministério da

Saúde, junto a SESAI, a construção de um posto de saúde, equipado onde a equipe médica começou a cuidar da saúde da comunidade e assim as coisas foram melhorando.

Em 1999, numa reunião do Conselho de Cacique do povo Pataxó, como cacique convidei uma Assembleia na Aldeia Boca da Mata, onde reunimos por três dias para fazer uma retomada no Parque Nacional de Monte Pascoal. Articulamos para retomar e chegamos no local a retomar por volta das cinco horas da manhã com mais de 400 índios da região, os guardas estavam dormindo e os chamei a acordar e falei que a partir daquele dia nós indígenas íamos tomar conta do que era nosso. Reunimos e convidamos a chefe do Parque, ela veio, pedimos para retirar as coisas dela de lá, que a partir daquele momento não iriam mais ficar no Parque, eles saíram e nós tomamos conta do entorno do Parque até hoje.

O Parque é um lugar histórico do povo Pataxó, local onde nos quinhentos anos de Brasil, vários parentes de diversas etnias ficaram acampados, quando vieram para protestar, contra a comemoração feita pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, para nós foi uma grande vitória porque recebemos os parentes de todo o Brasil em nossa casa, no Parque Nacional do Monte Pascoal. Nesse período os parentes de toda parte do território nacional ficaram por três dias e após se deslocaram, deslocaram para a Aldeia de Coroa Vermelha, onde teve um grande protesto dos índios contra essa festa dos quinhentos anos, teve vários enfretamentos contra a tropa policial. Como cacique da minha Aldeia também estava na organização do movimento, sempre contribuo para nosso povo ter sua liberdade, e autonomia em busca de nossos direitos, garantido pela constituição de 1988.

Em 2014, como presidente do concelho de caciques da Terra Indígena de Barra Velha, fizemos uma retomada no território, e conseguimos retomar mais de 20 fazendas naquela região, onde não foi muito pacífica, mas conseguimos dominar e os indígenas colocaram suas roças e fizeram seus plantios. Mas, a pressão era muita por conta dos fazendeiros e do Governo do Estado, com uma conjuntura que não apoiava os movimentos indígenas, mesmo assim conseguimos ficar na retomada por nove meses, foram várias reintegrações de posse por conta do juiz da região, mas nós conseguimos derrubar. Meses depois o Governo Estadual mandou a Força Nacional e vários tipos de policiamento, para retirar nós das retomadas e saímos à força e violência. Houve muitos tiros de balas de borrachas e bombas de gás, como cacique tentei me entregar para a polícia porque se eu me entregasse eles não iriam machucar meu povo indígena. Mas as mulheres que estavam presentes no momento não deixaram que me entregasse a polícia, e eles começaram a atirar em nós. Então, tivemos de sair correndo, mulheres grávidas desmaiando, idosos e crianças correndo foi uma tragédia contra nosso povo Pataxó. Durante esse acontecimento tive que me esconder nos matos para não ser preso, 3 parentes estavam comigo e andamos 18 Km por dentro da mata e o brejo. Os parentes que estavam comigo foram um ancião junto comigo, um filho meu e meu sobrinho Edir Marcos, fomos chegar na Aldeia a tardezinha, cansados e com fome, mas graças a NIamisu todos estão bem ninguém foi ferido.

Nas eleições de 2020, eu cacique Alfredo, fui candidato ao cargo de vice-prefeito de Porto Seguro, pelo DC (Democracia Cristã) na coligação Pra Cuidar Da Nossa Gente, em Porto Seguro. Mas já na reta final da campanha, o Governador da Bahia, senhor Rui

Costa dos Santos, e o Senador Jaques Wagner do Partido dos Trabalhadores, pediram para apoiar outro candidato a prefeito de Porto Seguro. Porém, eu e meu grupo não aceitamos honramos nosso povo Pataxó e minha Família Santana, somos honestos e jamais nos damos em troca de capitalismo, até o juiz da cidade de Porto Seguro me ligou pedindo para mim apoiar outro candidato, mas também não aceitei a proposta do juiz, só perguntei a ele se eu podia da continuidade com a campanha até a votação, ele me respondeu por celular que podia, até porque não tinha eleição para vice, mas as urnas já estavam lacradas e eu continuei. Assim conquistei 1.680 votos, só de um dia para outro porque a minha candidata a prefeita de Porto Seguro, Livia Bittencourt, do PT, fechou acordo com eles e eu continuei só, reuni minha turma de campanha que me acompanhava e voltamos para Aldeia chegando na Aldeia por volta das 3 horas da Madrugada, a maioria da comunidade estava toda acordada me esperando. cheguei cumprimentei a todos e falei o acontecido, as nove horas da manhã eu fiz uma reunião no barracão do centro da aldeia com todos os índios e não índios que me acompanharam de Porto Seguro até a comunidade, eu expliquei tudo e os indígenas me apoiaram, pela a minha decisão, eles fizeram dois dias de festa na Aldeia, me carregam nas costas, fizeram uma vaquinha e arrecadaram dinheiro e compraram uma vaca para matar, foram dois dias de festa na aldeia parecia até que eu tinha ganhado a política, mas o que importa é a honestidade com seu povo e sempre trabalhei com minha comunidade dessa forma.

Em 2006, em uma Assembleia do Conselho de Cacique da Terra Indígena Barra Velha, na sede da FUNAI, na cidade de Itamaraju, eu fui eleito o presidente do Conselho de Caciques por todos os caciques da Terra Indígena Barra Velha, e da Terra Indígena Cahy Pequi. Assumir uma dupla função, e responder por todo o Território e também por minha aldeia Boca da Mata, coletivamente os encontros do Conselho se reuniam de três em três meses em cada aldeia para fazer levantamentos das demandas e levá-las às autoridades competentes, assim como presidente do Conselho de Caciques sempre viajava para Brasília, levando as demandas das comunidades do Território indígena de Barra Velha, juntamente com outros caciques, fomos várias vezes em reunião com o Ministro da Justiça em Brasília para discutir as questões do Território de Barra Velha, vários projetos na minha gestão junto com os caciques conseguimos executar, nas Aldeias como o Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida.

Na Aldeia de Barra Velha, eu fui um dos pioneiros também pela educação de qualidade para nossos jovens indígenas; em 2004, conseguimos levar o ensino médio em parceria com o município de Porto Seguro, para a Aldeia de Barra Velha. Os alunos da Aldeia de Boca da Mata tiveram que ir estudar o ensino médio em Barra Velha, não era fácil para eles. Como cacique da Aldeia Boca da Mata e Presidente do Conselho de Caciques sempre preocupado com esses alunos, fomos até a secretaria de educação de Porto Seguro, em 2005. Conseguimos o ensino médio para a aldeia Boca da Mata.

Biografado: Juliana da Conceição Santana

Aldeia: Boca da Mata

Terra indígena: Barra Velha.

Estado: Bahia

Minha História de Vida como Pataxó, Liderança e Professora

Sou **Juliana da Conceição Santana**, nasci em 1977 na aldeia mãe Barra Velha, tenho 46 anos. Filha de Manoel Santana e Dona Anália Maruim Santana, pertencente ao povo Pataxó, **família Ferreira, Santana e Conceição**. Atualmente vivo na aldeia Boca da Mata, é servidora pública na área de Educação escolar Indígena, casada e tive 5 filhos, com a perda de uma filha em 2012.

Com sete anos meus pais se mudaram para a aldeia Boca da Mata, 4 anos depois foram morar na aldeia Coroa vermelha, nesse período o povo Pataxó eram bem nômades, viviam de aldeia em aldeia, de acordo com os tempos do calendário cultural Pataxó de caça, pesca, alimentos frutíferos, mariscos etc. três anos depois voltamos para Barra Velha e assim acompanhei minha família logo após meu pai retornou para Boca da Mata. Durante este retorno eu constituir família, me casei.

Aos meus 19 anos, como havia falado me casei, e tinha estudado até a 4ª série. E nesta época não tinha como seguir os estudos no ano de 1992 a 1994 parei de estudar. Diante das dificuldades de estudo a comunidade me convidaram a dar aula, porque aos meus treze substituía a professora não indígena conhecida como Maria dos Mildes. Quando ela viajava para ver a família, eu ficava como substituta e com isso fui adquirindo experiência em sala de aula.

Entrei como professora em minha comunidade devido ficarmos 4 anos sem professor, a escola que tinha na época era de tabua e taipa revestida, isso no ano de 1982 construída pela comunidade e FUNAI. Em 1994, foi construída a 2ª escola de tabua pela FUNAI.

Em 1995, comecei a lecionar como professora da minha comunidade, anos depois a escola começou a desmoronar, os cupins comiam as madeiras. Nesse tempo era a professora Maria dos Mildes que lecionava, trabalhando modular em um ano durante seis meses lecionando e seis meses ficava com sua família.

Havia uma grande dificuldade porque os professores não indígenas que aqui passaram não permaneciam devido a distância e por ser uma localidade de difícil acesso sem energia, água encanada, muitos mosquitos, não tinha transporte e a estrada não era acessível e acabavam desistindo.

A comunidade percebendo a desistência dos professores e que seus filhos estavam sendo prejudicados, crescendo e se casando, perdendo a oportunidade de não irem à escola, e viver continuamente dentro da comunidade. Os pais da comunidade de Boca da Mata se mobilizaram chamaram o cacique para uma reunião comunitária para discutir quem iria ensinar seus filhos, mas os pais queriam alguém da comunidade. E em fevereiro de 1995, a comunidade analisaram os perfis dos jovens que tinham até a 4ª série para lecionar na aldeia, a prioridade foi para os homens, mas eles não aceitaram, os convidados indicados na reunião comunitária para serem professores foram (Xarru, Jovino de Alizeu, José Raimundo), já que eles não aceitaram passaram a oportunidade as mulheres, eu Juliana e Maria Da Silva aceitamos a indicação da comunidade para sermos professoras.

Começamos a trabalhar voluntariamente para nossa comunidade, nesta época ninguém da comunidade tinha documentação, na verdade não sabíamos o que era esses documentos, nossos maridos correram atrás para tirarmos nossos documentos para que pudéssemos receber nosso dinheiro do trabalho como professora, e isto levou um período de 6 meses porque naquele tempo tudo era de difícil acesso.

As aulas começaram e nossa escola estava caindo a água da chuva entrava no fundo e saía na sala, não tínhamos merendeira, não tinha ninguém de serviços gerais da limpeza, não tinha diretor, apenas existia as duas professoras voluntárias, os alunos e uma escola que molhava. Desse modo, nós assumimos a responsabilidade de continuar a educação escolar indígena de Boca da Mata. A rotina da escola era, acordávamos cedo, limpava o espaço da escola e esperava os alunos para ajudarem nas atividades, as meninas pegavam água na cabeça e os homens pegavam lenha para a minha mãe Anália, ela que produzia a merenda dos alunos voluntariamente. Após todo esse processo, a partir de 13:30 a 14:00 que iniciávamos a aula em sala, assim aplicávamos os conteúdos e os alunos super. Empolgados a aprender algo novo, eram bons alunos além de estudar estavam sempre disponíveis para ajudarem nas atividades para que assim construíssemos uma educação escolar indígena na nossa comunidade.

Após entrarmos como professora muita coisa em nossa comunidade foi transformando, as participações dos alunos nas reuniões comunitárias eram constantes, mutirões de casas, roças, plantios e colheitas. A nossa prática pedagógica baseava-se nas práticas culturais da aldeia. Quando acontecia essas práticas na aldeia suspendíamos as aulas em sala e íamos para as atividades coletiva na comunidade. Também destaco que os materiais escolares e merendas, os alunos maiores (**Reinaldo, Sebastião, Tiúba entre outros**) juntamente com os professores buscavam essa merenda e os materiais didáticos em Barra Velha.

Em 1996, reunimos a comunidade para reclamar sobre a escola que estava caindo. Diante disso, as lideranças e comunidade se reuniram novamente; Eli, Mocotó, Raimundo, Zezito, Assilino, Bendito Bal, Santana entre outros parentes. Convidaram a comunidade e foram para a mata tirar madeira e em uma semana construíram outra escola com duas salas de aula, uma secretaria, a cozinha e banheiro. Nesse período, ainda chegamos a trabalhar na igreja, no horário da manhã, tarde e noite.

Em 1997, as lideranças correram atrás para a construção de uma escola adequada para o número de alunos. A escola junto à comunidade, perceberam a necessidade de ampliar o ensino fundamental, reivindicaram à prefeitura municipal, e então, construíram um prédio escolar, contendo todos os padrões atribuídos, com duas salas de aula, banheiros e cantina, com término no ano de 2000. Em 2001, teve a primeira turma deste ensino, sendo alunos do fluxo, 5ª e 6ª, 7ª e 8ª séries.

Durante este período nós professores fomos chamados para uma formação de professores no município de Porto Seguro, por sermos professores atuantes com estudo até 4ª série, teríamos que seguir nossos estudos para buscar novos conhecimentos. E assim dar continuidade aos estudos, concluímos nessa formação 5ª série a 8ª série do ensino fundamental. Após esse curso tivemos outro chamado de pro formação para concluirmos

o ensino médio. Em 1998, surgiu o magistério indígena, que através das lutas contínuas dos mais velhos, professores lideranças e indigenistas conseguiram esta conquista.